

REVISTA MENSAL

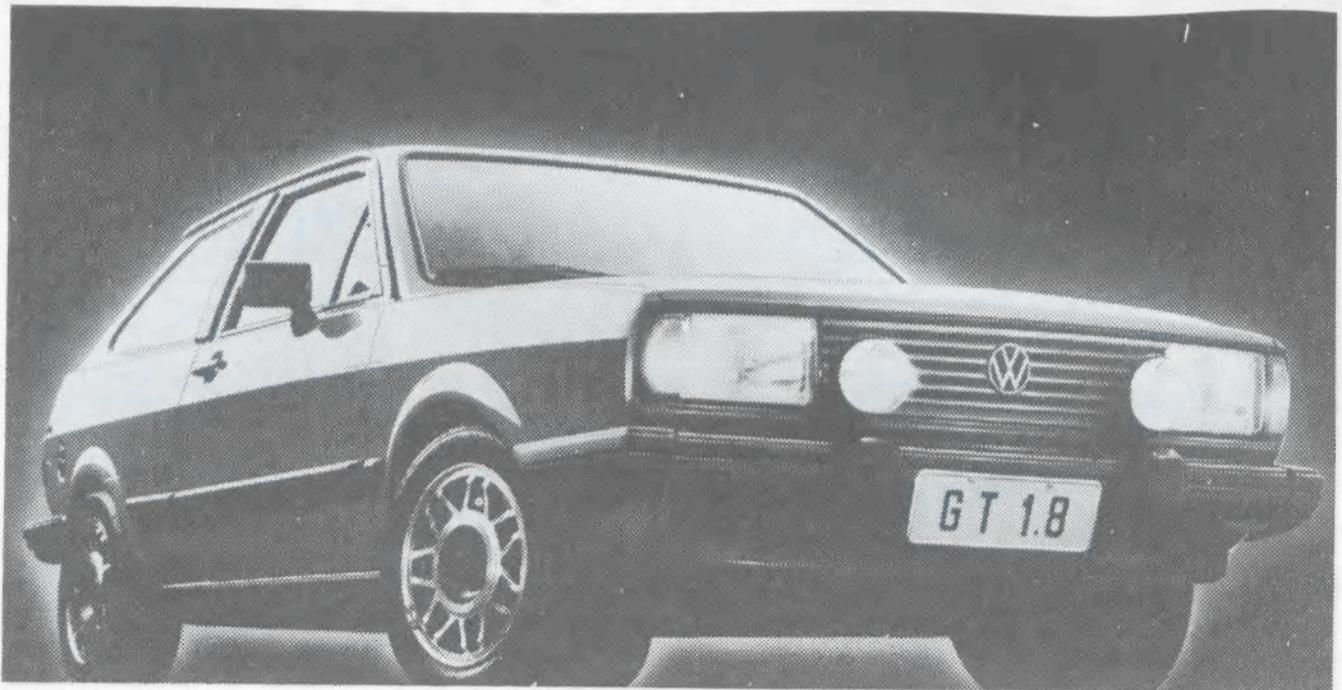
RN ECONÔMICO

ANO XV — N.º 156 — AGOSTO/84 — CR\$ 1.500,00

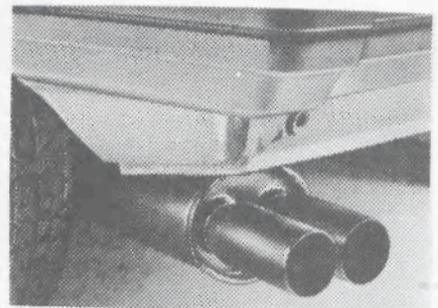
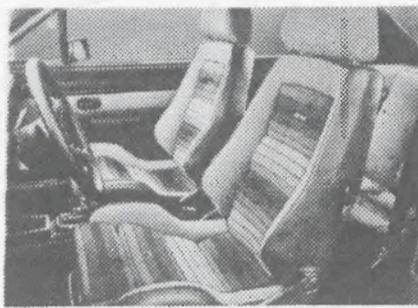
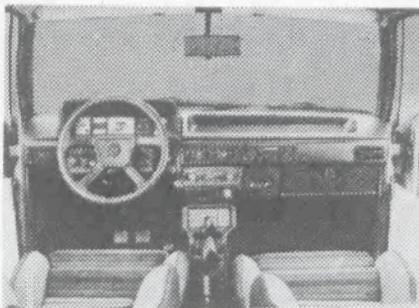
FLÁVIO AMÉRICO NOVAES



**RN repartido
na luta pelo poder**



GOL GT 1.8 - O ÚNICO CARRO EM QUE VOCE PODE SENTIR O DESEMPENHO A ZERO km/h.



O Gol GT 1.8 tem detalhes que você precisa conhecer, ao vivo. A começar pelo motor 1.8 a álcool ou a gasolina, o mais potente entre os carros da sua categoria. Ele chega aos 80 km/h em apenas 6,6* segundos, o que significa maior segurança nas ultrapassagens e muito mais potência para enfrentar as mais duras subidas. E não é só dirigindo que você sente todo esse desempenho. Porque o Gol GT foi inteiramente projetado para ser um carro realmente exclusivo. Ele tem rodas de liga leve com design diferenciado, um conjunto estilístico agressivo e harmonioso formado pela grade dianteira na

mesma cor do veículo, spoiler e faróis de milha incorporados ao pára-choque. Internamente, bancos esportivos muito mais confortáveis, relógio digital e muitos outros itens exclusivos que você precisa ver de perto. Venha conhecer e experimentar o Gol GT 1.8. Você vai descobrir que ele é o único que continua esportivo, mesmo depois que você dá a partida.



Distribuidores Autorizados

DIST. SERIDÓ S.A.



MARPAS S.A.

AV. NASCIMENTO DE CASTRO, 1597

TAVARES DE LIRA, 159 - PTE. SARMENTO, 592

(*) Versão a álcool.

Alguns itens são opcionais. Consulte o seu Concessionário Volkswagen sobre as facilidades de financiamento, leasing ou arrendamento e consórcio

ESTADO

RN se divide na luta pelo poder	7
Assembléia: uma amostra da crise do PDS	8
Na Câmara, crescem projetos e brigas	11
Futebol: crise de longa duração	14
Mesmo com projetos, Porto vai mal	16
Mudanças políticas: solução para o ensino	17
Nas práticas orientais, o futuro	20
A ascensão do futebol das mulheres	22
Comerciantes querem revogar o 2065	25
Nova ocupação para os emergenciados	27
A notícia, segundo as colunas sociais	30
Grafitos: a vida anônima da cidade	34
Alcool e negligência: perigos no trânsito	35
Em Natal, a doença da civilização	37
Falta de crédito: um problema para o algodão	38
Congresso da CUT vê greve pelas diretas	40
O saldo da greve na Universidade	41
A crise da indústria têxtil	43
Relativo consenso na sucessão da Academia	45

ARTIGOS

Cortez Pereira	13
Raimundo Soares	19
Garibaldi Filho	29
Pedro Simões	33
Aluizio Dantas	50
Olga de Mattos	54

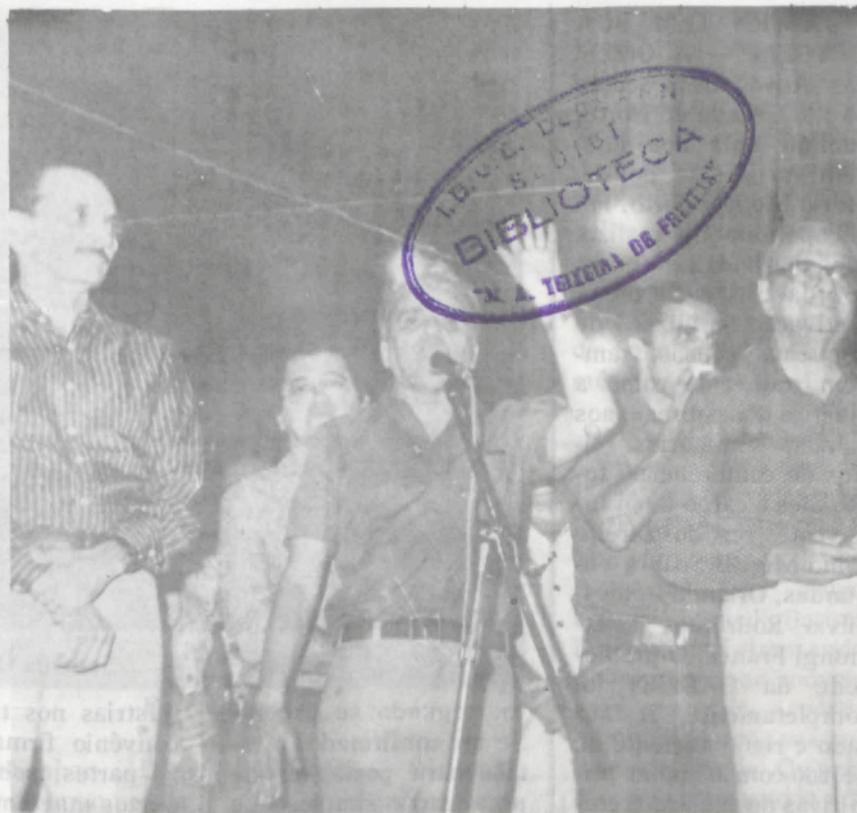
SEÇÕES

Homens & Empresas	4
Cartas & Opiniões	6
Cultura	48
Agenda do Empresário	51

HUMOR

Cláudio	52
---------------	----

FOTOGRAFIA Emerson Amaral
CAPA Arte: Flávio Américo



AS ENTRELINHAS DA POLÍTICA

O momento político nacional, em franca efervescência principalmente no que se refere ao PDS — partido cuja desunião ameaça implodir em divisões concretas — tem reflexos naturais e óbvios no cenário potiguar. Contudo, nem todos os matizes desse conturbado quadro são tão claros assim, e por vezes é necessário inferir o real significado de atitudes aparentemente coerentes dos políticos filiados ao Palácio Potengi. E dos próprios ocupantes — de direito ou de fato — dessa casa de Governo. É essa análise, interpretativa das ocorrências políticas no Estado e com projeções que assinalam o possível

futuro das hostes partidárias norte-riograndenses, a matéria de abertura deste número da **RN/ECONÔMICO**. Um artigo, tanto quanto possível, compatibilizado com as mudanças galopantes do noticiário político, que freqüentemente acena com surpresas capazes de modificar totalmente informações anteriormente sedimentadas. Mas não o suficientemente para alentar a expectativa de transformações efetivas da caótica situação brasileira e potiguar. A tônica da análise faz ver que, quando muito, modificam-se os nomes. A partir da página 7.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XV • N.º 156 • AGOSTO/84 • CR\$ 1.500,00

DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira

DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Josimey Costa

ARTE E PRODUÇÃO

CHEFE: Eurlly Morais da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO:

Moacir de Oliveira

FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira

GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EM-

PRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 1.500,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 15.000,00. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 3.000,00. Consulta ao arquivo memória: Cr\$ 10.000,00. **COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:** RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA

OAB/RN TEM BOA IMAGEM — A Ordem dos Advogados, secção do Rio Grande do Norte, ganhou uma boa imagem na gestão do dr. Mário Moacyr Porto. Foi um período de realizações e atividades em favor da classe, desde a efetivação do juizado de pequenas causas, também conhecido como a «justiça dos pobres», aos cursos, seminários, ciclos de conferências, todos eles a cargo de grandes mestres do Direito como Miguel Seabra Fagundes, Orlando Gomes, Sílvio Rodrigues e Limongi França. O prédio-sede da OAB/RN foi completamente restaurado e rigorosamente de acordo com as linhas primitivas de sua arquitetura que remonta aos anos 30. No mesmo período funcionou a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Justiça. A Casa está realmente arrumada e os seus serviços em muito boa ordem.



Sede da OAB

★★★★★

BUROCRACIA MUNICIPAL — Ganha novos espaços os serviços burocráticos da Prefeitura de Natal que acaba de alugar dois prédios na Rua Vigário Bartolomeu — Edifício Arnon César e o antigo Primeiro Cartório, de protestos de títulos — onde vão se alojar algumas repartições municipais.

★★★★★

TARIFAS POSTAIS MAIS CARAS — Logo no início de setembro as tarifas postais sofrerão um reajuste de aproximadamente 75 por cen-

to, segundo se espera. Se for confirmado, a tarifa para postagem de uma carta simples, de até dez gramas, passará dos atuais Cr\$ 65,00 para Cr\$ 114,00. O acumulado no ano deverá superar os 140 por cento.

★★★★★

LAVOISIER JOGA SUA CARTADA — Desta vez o ex-Governador Lavoisier Maia divergiu dos familiares ex-Governador Tarcísio Maia e Governador José Agripino. Ficou com a candidatura Paulo Maluf, e pra valer. Se ganhar o dr. Maluf, o dr. Lavoisier vai «dar as cartas e jogar de mão». Caso contrário, ainda tem garantida sua eleição pra Câmara Federal.

★★★★★

CONVÊNIO EXPORTADORES/FIERN — As empresas exportadoras do Estado estão sendo visitadas e orientadas pela Federação das In-

dústrias nos termos do convênio firmado entre as partes, sobre os aspectos mais importantes da exportação, tais como: oportunidades comerciais fornecidas pela Cacex, Itamaraty e Confederação Nacional da Indústria, esclarecendo-se outros entraves às exportações. Outros detalhes a respeito consultar a Associação de Exportadores ou a Federação das Indústrias.

ELALI NO HIPER BOMPREGO — O arquiteto Esam Elali está no Hiper Center Bompreço com a sua galeria de artes fotográficas. Videofotomania é o nome da loja de Elali. Moderna e bem decorada.

★★★★★

O «BOA PRAÇA» VAI EM FRENTE — O Banco Mossoró inaugurou sua agência de Recife e



Lavoisier Maia

já está preparando a inauguração de sua agência de São Paulo para o início de janeiro do próximo ano. Também em 85 deverá sair a do Rio de Janeiro, de acordo com os planos de Francisco Souto, diretor-presidente do Banco Mossoró.

★ ★ ★ ★ ★

TONY MODAS TAMBÉM TEM MODA FEMININA — O empresário Antônio Gentil resolveu botar artigos da moda feminina na sua loja Tony Modas, da Av. Rio Branco. Decisão acertada que amplia ainda mais as perspectivas de vendas, considerando a frequência de público feminino naquela área onde se encontra Tony Modas.

★ ★ ★ ★ ★

MINIBOX NA ORDEM DO DIA — Em pouco mais de um mês o grupo Pão de Açúcar inaugura o terceiro Minibox. Até parece uma jogada política do grupo para Natal. Pequenas lojas de auto-serviço, do tipo mais popular e nos bairros mais populosos. Artigos de alto consumo a preços menores. Talvez uma estratégia concebida para esta região.

★ ★ ★ ★ ★

A CRISE EM ALTA — A crise econômica brasileira foi o grande momento da «I Semana do Economista», realizada por diversos órgãos ligados à economia no Campus da UFRN. Isso nas duas mais concorridas palestras: a do editor da



Ferreirinha

revista «Senhor», Luís Gonzaga Beluzzo, e da professora Liana Aureliano, da Unicamp. Ambos analisaram os aspectos estruturais da economia brasileira e mostraram que o caminho, com as atuais diretrizes, é imprevisível.

★ ★ ★ ★ ★

EMPLACAMENTO SEM BUROCRACIA — O empresário Carlos Porto, revendedor FIAT e presidente da ABRAVE/RN, está acertando detalhes com o sr. Gastão Mariz, diretor do DETRAN, e revendedores locais das outras marcas, visando implantar o mais rápido serviço de emplacamento, reduzindo-se ao mínimo a burocracia hoje existente. Falta pouco, talvez até o final deste ano o novo mecanismo seja posto em prática.

★ ★ ★ ★ ★

FERREIRINHA NA

COMLUX — O menino João Carneiro Morais, com 14 anos, começou a trabalhar na firma Galvão Mesquita, nos idos de 1937. Esse menino tornou-se conhecido por Ferreirinha, e a firma cresceu, desdobrou-se noutras casas comerciais. Foi quando apareceu a Casa Lux, para onde foi Ferreirinha e onde está até hoje. Só que, agora, como dono do negócio e a casa com o nome de COMLUX. Ferreirinha, com o apoio total de sua família e tendo consigo o filho Nilson Tavares Morais na direção da loja, continua trabalhando no comércio com a mesma competência que Deus lhe deu.

★ ★ ★ ★ ★

AS MEDALHAS DA FIERN — O eng.º Fernando Bezerra, presidente da Federação das Indústrias, vai agraciar, com a Medalha do Mérito Industrial da FIERN,

os senhores Albano Franco, presidente da CNI, Camilo Calazans, presidente do Banco do Nordeste, e Expedito Amorim, ministro do Superior Tribunal do Trabalho. A cerimônia de outorga das medalhas ocorrerá dentro do programa de inauguração do Solar Bela Vista, no mês de setembro.

★ ★ ★ ★ ★

FINASA TRANSA IMÓVEIS — O Banco Mercantil de São Paulo (FINASA), do grupo Gastão Vidigal Batista Pereira, está transando a compra de oito imóveis para construir, a partir do próximo ano, sua sede nesta cidade. Os prédios que estão sendo adquiridos acham-se localizados entre a Av. Rio Branco, rua Auta de Souza e rua Princesa Isabel. É mais uma operação bilionária no mercado imobiliário de Natal.

★ ★ ★ ★ ★

O CORAÇÃO BALANÇA — Entre os dois, o coração balança. Isso o que estaria acontecendo entre partidários dos senhores José Agripino e Lavoisier Maia. Alguns observadores da cena política, questionaram alguns fatos da reunião do Governador José Agripino com prefeitos para explicar sua posição, face a sucessão, de apoio à candidatura do dr. Tancredo Neves. Só que depois da conversa com o Governador, todos ou quase todos os prefeitos passaram na casa do ex-Governador Lavoisier Maia, antes de regressarem às suas bases.

Ainda os sebos

Sr. Redator,

Li na edição de julho da revista **RN/ECONÔMICO**, um texto onde se diz que atrás do Mercado (hoje prédio do BB da Cidade Alta) teria surgido o primeiro sebo de Natal.

Não é verdade. O primeiro sebo de Natal foi o do velho Nicodemos, ocupando o térreo e o 1.º andar de um prédio da Av. Tavares de Lyra, proximidades da Alfaiataria Vilaça. Foi o maior acervo de livro usado que vi até hoje.

Depois o velho Nicodemos se transferiu para a Rua Dr. Barata, vizinhanças da Clima.

Lembro bem o fato porque foi no sebo da Tavares de Lyra que se deu o meu encontro com a poesia de Cassiano Ricardo, cujos sonetos devorei durante a viagem de trem entre Natal e Angicos, no caminho de regresso ao Açú, em 1948.

Esse reparo tem o objetivo de restaurar uma verdade e fazer justiça ao Nicodemos, que morreu esclerosado e injustamente esquecido. Ele prestou serviços relevantes à cultura desta cidade. Mestre Cascudo sabe disto e todo o pessoal que faz literatura no RN.

Se duvidam, perguntem a João Rodrigues, ex-livreiro da Livraria Internacional que pertencera a Fortunato Aranha, outro precursor do comércio de livros em nosso Estado. — **CELSO DA SILVEIRA** — NATAL/RN.

Bobo da corte

Sr. Redator,

queria só um spaçozinn pra dizer ao Franklin Jorge que o presidente da Associação dos Artistas Plásticos Profissionais do RN é o Bobo da Corte. E que o Bobo trabalha, não paspalha. — **EDUARDO ALEXANDRE DE A. GARCIA** — PRESIDENTE DA AAPP/RN.

Incentivo em palavras

Sr. Redator,

Confesso que RN/Econômico era, até muito pouco tempo, uma revista desconhecida para mim. Considero hoje uma oportunidade feliz havê-la conhecido. Uma revista que, pela seriedade dos seus assuntos, estimula o leitor a descobri-la cada vez **mais e melhor**. Apresentação e impressão dignas de todo público

Parabenizo a direção da RN/Econômico pelo nível em que consegue manter este eficiente meio de comunicação escrita; agradecendo ao mesmo tempo a gentileza de havê-la feito chegar às minhas mãos. A minha palavra é de incentivo e aplausos neste ano em que está sendo preparada carinhosamente a sua festa de 15 anos. — **MARIA NORMA FERNANDES** — CAICÓ/RN.

Uma saída honrosa

Sr. Redator,

RN/Econômico é uma revista bem feita, inteligente, profissional, com diagramação ágil, matéria de redação bem dosada, enfim, dentro dos recursos locais, é modelo para outros Estados vizinhos. Meu artigo:

“O povo brasileiro não merece os políticos que tem” — disse o General Figueiredo, recentemente, em São Paulo, sem a menor intenção de auto-crítica. Ao contrário, manifestava decepção, ao final do mandato, não com o acúmulo de erros de seu Governo — política monetarista às avessas, com a desastrosa desvalorização contínua do cruzeiro, que acelera a inflação, fazendo que o povo fique cada dia mais pobre; decuplicação da dívida externa; avassaladora onda de corrupção que tem explodido em escândalos vergonhosos, envolvendo homens públicos; divórcio entre Estado e Nação pelo sistemático desrespeito à vontade do povo —, mas com «uma ambição pessoal» (dos políticos), uma luta por interesses próprios e a falta de amor à Pátria”.

A quem se referiu o General? Ao vice-Presidente Aureliano Chaves não terá sido, pois este chegou ao extremo ato de desprendimento pessoal retirando a sua candidatura à Presidência da República, com vistas a uma eventual conciliação de interesses nacionais. Aos presidenciais também não terá sido, pois o General, embora se pronunciando, num dado momento, favorável às diretas, pegou o pião na unha e foi o maior responsável pela derrota da Emenda Dante de Oliveira, inclusive decretando medidas de emergência com o objetivo de inibir a livre manifestação popular em favor do anseio nacional, amplamente ratificado em comícios memoráveis — os maiores, mais ordeiros e mais espontâneos já realizados neste País — por eleições diretas. Não se tratando de auto-crítica, certamente não se referia o General ao Ministro Delfim Neto, acusado de corrupção no Relatório Saraiva, de que jamais se defendeu, preferindo tangenciá-lo com a prudência do silêncio.

A frase se aplica vagamente aos políticos da Frente Liberal, que se cansaram de se curvar a um Governo sem rumo nem definição e decidiram optar pelo candidato das oposições.

Mas, no caso, cai no vazio a queixa do General, pois as oposições interpretam a vontade do povo e a ela são bem-vindos todos os que optam por mudanças.

“O povo brasileiro não merece o Presidente que tem”, eis o que seria de esperar dissesse o General num gesto patriótico de renúncia, ele que insistentemente repete não desejar outra coisa que se livrar da faixa presidencial. A renúncia agora teria a vantagem de investir o vice-Presidente Aureliano Chaves da responsabilidade de convocar eleições diretas para princípios de dezembro, satisfazendo assim, os anseios do povo brasileiro. Indiretamente, o General teria honrado o seu compromisso público de fazer deste País uma democracia. — **GENIVAL RABELO** — RIO DE JANEIRO/RJ.



Agripino: explicações



O PDS se reparte

POLÍTICA

Os reflexos da sucessão no quadro político do RN

Postas, no Colégio Eleitoral, as candidaturas de Paulo Maluf e Tancredo Neves à sucessão do Presidente João Figueiredo em 15 de janeiro de 1985, tanto no plano nacional quanto no plano local começam a emergir os desdobramentos do fato, todos convergindo para uma reforma partidária que já se prenunciara no instante em que instalou-se a dissidência pedessista formalizada pela Frente Liberal. No caso, os reflexos locais — em que pesem as peculiaridades partidárias da província — surgem como uma espécie de redimensionamento da situação a nível nacional.

Indiscutivelmente, é em torno do PDS que gravitam todas as modificações (e possibilidades futuras de) mais expressivas. Um cabedal bastante vasto que começou a ser delimitado tão logo, finda a convenção do partido, o Governador José Agripino, investido de porta-voz dos governadores nordestinos que professavam a

fé andreazzista, anunciou que não estaria disposto a «engolir» o Deputado Federal Paulo Maluf. Foi um diálogo áspero entre os dois políticos, com o terceiro Maia dizendo-se sem disposição para comprometer o seu futuro político apoiando um «presenciável» execrado pela maior parte da opinião pública nacional.

TAL PAI, TAL FILHO — E nem mesmo a reunião convocada pelo Presidente João Figueiredo demoveu tão acirrada intransigência, acobertada — no plano local — pelo namoro firme entre o pai do governador, senhor Tarcísio Maia, e os liberais pedessistas. Um namoro cuja implicação mais provável será a investidura de Tarcísio Maia na presidência do partido — Democrático Liberal ou Liberal Progressista — em que a Frente Liberal será transformada tão logo cessem os rumores do atual processo sucessório.

Mas se há concordância entre pai e filho, nem assim as águas em que os dois velejarão serão tão calmas quanto certamente desejariam Tarcísio Maia e José Agripino. Com a vitória de Paulo Maluf na convenção pedessista, Lavoisier Maia foi subitamente guindado a uma posição de liderança estadual que pode ganhar cores de banco de areia na rota dos outros dois Maia. Como se sabe, mesmo afastado do centro decisório do poder (ao menos em termos de barganha a partir da ocupação de cargos), o ex-Governador Lavoisier Maia sempre exerceu muita influência sobre prefeitos, ex-prefeitos (contemporâneos do seu Governo) e chefes políticos do interior do Rio Grande do Norte.

Aliás, não foi outra a razão que o levou a defender publicamente a candidatura de Paulo Maluf; foi deste respaldo junto às bases pedessistas que Lavoisier retirou o material com que construiu os alicerces da candi-

datura malufista no RN, auxiliado na tarefa pelo apoio do falecido Senador Dinarte Mariz. Pois bem: constatada a divergência no íntimo do clã Maia, restariam duas hipóteses a serem formuladas: ou está formada a briga interna, com implicações ainda imprevisíveis nas eleições governamentais de 1986, ou tudo não passa de mais uma jogada estratégica do clã, que estaria de olho no controle dos dois partidos (o dos liberais e o próprio PDS). O que por tabela, neutralizaria a possível ascensão do senhor Aluizio Alves, citado como uma das vozes ouvidas usualmente pelo presidenciável Tancredo Neves.

QUEM DEBANDA? — Tudo estaria convenientemente armado, não fosse a existência de outras figuras igualmente sequiosas de controlar as fatias mais tentadoras do bolo pedesista. Nesse caso, é de se prever que — se Paulo Maluf conseguir derrotar Tancredo Neves no Colégio Eleitoral — poderemos vir a presenciar uma autêntica «briga de foice no escuro», envolvendo Lavoisier Maia, Carlos Alberto de Souza, João Faustino e Moacyr Duarte. Considerando que a vaidade possa ser o componente mais primário da personalidade dos nossos políticos, é difícil indicar qual deles estaria disposto, por exemplo, a abrir mão do papel de personagem principal no enredo do espetáculo de malufização a que inevitavelmente, o Estado sucumbirá.

Não o Senador Carlos Alberto, que já promulgou o seu desejo inarredável de candidatar-se à sucessão de Agripino em 1986; não Lavoisier Maia, que não estará disposto a ver recompensado, com funções coadjuvantes, o risco de provocar uma cisão no clã Maia; e não o Deputado Federal João Faustino, que abdicou do prestígio público oriundo da pregação pelas diretas-já em troca do apoio ao presidenciável Paulo Maluf.

O quarto nome — o Senador Moacyr Duarte —, investindo-se, ao menos a nível de projeção nacional, em herdeiro do espólio dinartista, provavelmente exigirá honras compatíveis com o que ele imagina ser a estatura política da memória de Dinarte Mariz. Se as coisas se encaminharem para essas latitudes belicosas, o PDS precisará de muito mais que bons estrategistas para fazer frente à avalanche liberal, engrossada certamente pelo apoio do empresariado, em prosseguimento à tendência desenhada pelas lideranças nacionais da classe.



Rui Barbosa acredita-se traído



Márcio Marinho: bancada unida

Na Assembléia, fidelidade ao PDS é voto questionado

Minutos antes de ser efetuada a votação que definiria os representantes do povo do RN, saídos do PDS para o Colégio Eleitoral, cinco deputados conversaram reservadamente com o Deputado Rui Barbosa, e nessa conversa ficou acertado que todos eles tinham um compromisso em votar no deputado para o Colégio Eleitoral. Entre os seis deputados que saíram vencedores da votação, os cinco estavam entre eles.

O Deputado Rui Barbosa, visivelmente irritado, deu entrevista à imprensa condenando um a um os autores desta obra-prima de «tração» parlamentar. «Nós que tínhamos um compromisso expresso com o governador», disse o deputado, «só tomamos conhecimento da votação, em cima da hora». Entretanto, as surpresas não terminaram. Dos seis deputados eleitos, apenas um não tem ligação explícita com o candidato Paulo Maluf. Os outros, apesar de afirmarem fidelidade ao Governador José Agripino, estão abertamente compromissados com grupos ligados ao presidenciável.

O VOTO DE OTIMISMO — O mais atingido pelo resultado da

eleição foi o Deputado Márcio Marinho, que não se preocupou em fechar a guarda e recebeu, em cheio, a dura constatação de que não fora indicado para o Colégio Eleitoral. Para um presidente da Assembléia Legislativa, o golpe foi seco demais. Com um ar de supremo enfado, o deputado se declarou satisfeito com o resultado: «Pela minha formação democrática, entendo que eles agiram certo». No entanto, a formação democrática a que se refere o deputado certamente não estava habituada a receber notícias tão funestas.

Ao comentar sobre a postura política de seus colegas vencedores, Márcio Marinho preferiu a prudência ao desafoço. «Todos eles têm condições de representar o RN», enfatizou, preferindo acreditar que todos eles seguirão a vontade de José Agripino: «Eu declaro que todos eles têm uma posição política igual a do governador». A maioria dos deputados escolhidos para o Colégio Eleitoral corrobora essa frase, embora alguns atribuam o teor da declaração ao possível enfraquecimento do presidente da Assembléia Legislativa.

Mas se a ingenuidade é a tônica



Assembleia e partidos divididos

de todos os pronunciamentos públicos de Márcio Marinho, o mesmo não acontece com um dos deputados vencedores do pleito. O Deputado Jeová Alves, muito simbolicamente ao assinar a compra de um carro nas dependências da Assembleia, soltou o seguinte comentário: "Nosso líder é o Governador José Agripino, e eu seguirei sua orientação. Os colegas, além de prestar apoio ao governador, certamente seguirão suas diretrizes". Este tremendo jogo de cintura, se não der ao deputado o prêmio de melhor dançador de rumba do Estado, certamente lhe valerá o apoio incondicional do não menos esperto Senador Carlos Alberto. Mais adiante, Jeová Alves haveria de fazer mais um brilhante comentário: "Sou eleitor de José Agripino, não de Tancredo ou Maluf". Acontece que o Governador José Agripino não é candidato a nada, mas Maluf é.

Menos inspirado, o Deputado Márcio Marinho repete insistentemente que "a bancada do PDS está unida". Porém, as agruras que Márcio Marinho teve que enfrentar durante o período da votação parece que o transformaram no maior otimista do Estado. Sua afir-

mação de que acredita piamente que o governador tem o respaldo de toda a bancada do PDS é de fazer Lavoisier Maia morrer de rir.

Dos seis deputados vencedores do pleito — Carlos Augusto Rosado, Vivaldo Costa, Raimundo Fernandes, Amaro Marinho, Jeová Alves e Manuel do Carmo — somente este último se mantém mais ou menos distante do jogo de influência do grupo pró-Maluf. Ainda assim, a confirmar o Deputado Márcio Marinho em seu voto de confiança quando diz que "não há brigas dentro da bancada. Eles não votarão em Maluf, os deputados estão solidários com o governador", os deputados eleitos permaneceram junto ao governador em suas consultas aos prefeitos do PDS, em meados deste mês. Só que, mesmo com essa aparente confirmação, o voto dos deputados é tão incógnito quanto secreto.

AINDA AS DÚVIDAS — O Deputado Rui Barbosa prefere lamentar a sua derrota com um breve comentário: "Eu sabia que ia dar Maluf na convenção do PDS, mas a superioridade de votos que ele conseguiu me surpreendeu. Só assim é que se pode avaliar o

PMDB 1x0 — Configurado o conflito de interesses, a indagação mais plausível é esta: quem sai primeiro e para onde irá? Lavoisier e Faustino são os nomes mais cotados para debandar e seguramente para o lado das hostes liberais. Mas há quem prefira abrigar-se da virtual implosão pedessista bem antes de ser alcançado pelos destroços do partido: o Senador José de Souza Martins Filho — o Zezito. Estranhamente, ele também seguiu o comportamento do Deputado João Faustino: gritou vivas às diretas-já e depois engoliu o palavreado malufista. Vencida a convenção pelo ex-governador paulista, Zezito transferiu-se, incontinenti, para o PMDB, atitude que tem raízes na sua visceral aversão ao clã Maia.

quanto houve de jogo por trás de tudo". Rui Barbosa acredita que a "tendência do governador em apoiar Tancredo Neves pode se refletir muito bem para o seu futuro político". Quanto ao comportamento dos deputados eleitos não tem dúvida: "Mesmo que o governador tome uma posição firme, infelizmente é preciso duvidar de como será o voto destes senhores".

O curioso é que, no mesmo dia em que o deputado disse isso, alguns jornalistas, reunidos em torno de uma mesa em que estavam presentes vários deputados — inclusive Jeová Alves — fizeram um rápido escrutínio para saber quantos malufistas estavam presentes. Os que assumiram imediatamente a condição de malufistas não eram parlamentares. Estes preferiram dar uma saidinha discreta para aliviar a tensão.

Entre o grupo de insatisfeitos que foram preteridos na votação, estão os Deputados Willy Saldanha, Leonardo Arruda, Rui Barbosa e o inconsolado Márcio Marinho. Estes seguramente seguiriam a vontade de José Agripino. Mas foram driblados pela habilidade conjunta do grupo malufista do Estado, que tem à sua frente a presença do ex-Governador Lavoisier Maia.

Enquanto se agrava o quadro político do Estado, a situação dentro da Assembleia Legislativa demonstra as lutas intensas do PDS, em que várias facções lutam em busca do monopólio total da política do Estado.

A preferência pela companhia de Geraldo José de Melo, Aluizio Alves e demais opositoristas seguramente foi motivada pela perspectiva do futuro Partido Liberal — seu destino natural — vir a ser controlado por Tarcísio Maia. É uma defecção considerável, que diminui ainda mais o poder de fogo do PDS para os anos e eleições que virão. Com redutos eleitorais bem razoáveis, Zezito é político financeiramente cheio de saúde, o que é peso considerável numa eleição.

OS CACIQUES BRIGAM — Se a adesão de Zezito constitui reforço apreciável para o combalido PMDB norte-riograndense, apenas amortiza um pouco as agruras que são o cotidiano do partido desde a autêntica surra aplicada por José Agripino em Aluizio Alves nas eleições governamentais de 1982. Obscurecido pela máquina governamental, que ocupa praticamente todos os espaços políticos do RN, o PMDB encara agora uma briga de caciques cujo resultado final apontará alterações radicais no perfil do núcleo opositorista. O processo tem início com o ingresso de Geraldo José de Melo no partido, num voluntário distanciamento das benesses auferidas, enquanto vice-governador, na gestão de Lavoisier Maia.

Após ingressar no PMDB, Geraldo Melo abocanhou, logo depois, a presidência do partido, num lance que afastou Aluizio Alves do comando partidário, presidido então pelo seu filho, o Deputado Federal Henrique Eduardo Alves. Instalado na proa do PMDB, Geraldo José de Melo imprimiu ao partido uma rota de navegação cada vez mais ao largo dos interesses de Aluizio Alves, criando um hiato político entre o ex-governador e as bases e lideranças partidárias, agudizado pelo hiato geográfico (Aluizio vive no Rio de Janeiro, onde desempenha funções de direção do Banco do Estado de Minas Gerais).

Agora, com a candidatura de Tancredo Neves, a cotação de Aluizio volta a crescer geometricamente, o que parece ter ensejado a sua ânsia de exercer sobre o PMDB do Rio Grande

do Norte o mesmo controle de antes. Resultado: uma colisão de estilos e interesses, envolvendo o ex-governador e Geraldo Melo, virtual candidato opositorista ao Governo do Estado em 1986. Uma aspiração legitimada pelo trabalho de aglutinador de interesses desenvolvido por Geraldo Melo, de modo a aparar divergências entre os chamados «moderados» (Aluizio Alves e seguidores) e os «radicais» (representados pela ala ideológica do partido).

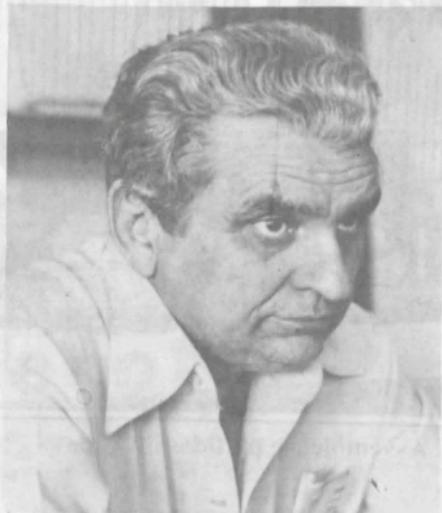


Tarcísio...

Esse trabalho de conciliação cresce de importância pelo trânsito mantido por Geraldo Melo com os setores pedessistas e governamentais, que sempre respeitaram a sua disposição de não comprar brigas radicais — exatamente o oposto do comportamento de Aluizio Alves. A briga deve crescer até a disputa no Colégio Eleitoral, de onde, saindo vencedor Tancredo Neves, pode vir o tiro de misericórdia nas pretensões de Geraldo Melo. O dedo no gatilho, é óbvio, seria o de Aluizio Alves. Então, a briga ganhará contornos definitivos de crise.

QUEM FICA? — Apesar da possibilidade do «jogo de cintura» vir a ser um recurso capaz de serenar os ânimos e conciliar os interesses conflitantes, a resposta mais plausível recai sobre o nome de Geraldo Melo, exatamente pelo trânsito nas outras áreas políticas do Estado. Até porque

o usineiro sempre foi encarado como uma espécie de protótipo do liberal brasileiro. E para o ex-Governador Aluizio Alves, o problema é justamente a refração dos pedessistas — principalmente das bases municipais — ao seu nome. A razão: a campanha de 1982, quando a tática de Aluizio para neutralizar a ação da máquina governamental em favor de José Agripino levou-o à utilização de recursos ainda hoje atravessados na garganta dos políticos do interior.



... e Aluizio: consenso

Uma razão que cresce em substância, se for considerado o fato de que José Agripino (e, principalmente, Tarcísio Maia), pela razão avocada aí atrás, teria dificuldades para explicar aos seus liderados uma aliança com o aluizismo. Tanto é que, atualmente, com a possibilidade de que venha a apoiar o mesmo candidato eleito por Aluizio para a Presidência da República, Agripino tem tido dificuldades para esclarecer que um hipotético apoio a Tancredo Neves não significa exatamente a consolidação da aliança indesejada. Formados numa escola política à antiga, prefeitos e lideranças municipais são do tipo «o preto no branco» e não gostam de comprar brigas que depois são transmutadas em tratados de paz.

De modo que, apesar de tantos sintomas e evidências, só mesmo após a definição do sucessor de João Figueiredo os grupos, blocos e partidos políticos do Rio Grande do Norte toma-

**Não existe
sexo frágil.**



Você já chamou o seu marido para uma esticada no Tahiti? Se ainda não, experimente. É o tipo do convite que nenhum homem resiste.

Para o Tahiti não existe esse negócio de sexo frágil. É tudo forte, lindo e maravilhoso.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui.

rão cores mais consistentes em termos de definição. Enquanto isso, é se divertir com o espetáculo, imaginando que, mais que um analista político, seria necessário um psicanalista para explicar tantas opiniões e com-

portamentos descontraídos dos políticos potiguares. Ou lamentar desconfiando de que, com os atuais nomes, nada de novo vai aflorar. □

OLGA DE MATTOS

CÂMARA MUNICIPAL

Com a população, crescem os projetos. E as brigas

Enquanto o Estado se vê envolvido em uma intensa luta para saber quem será o dono do poder nos próximos anos, os vereadores levam uma vida calma, sem muitos tumultos. O presidente da Câmara Municipal, vereador Lauro Melo, confessa com modéstia que "o Estado já tem pessoas dignas que podem muito bem representar um simples vereador". Na Câmara, apesar da distância das turbulências de cunho nacional, o PDS também enfrenta seus problemas. A briga com a Prefeitura continua. Só que, no momento, essas divergências municipais perdem um pouco.

Como a maioria de seus colegas, Lauro Melo prefere não se envolver com os assuntos da cúpula política do Estado. E, coerente com esta atitude, afirma: "Sou um homem puramente partidário; sigo a orientação de meu partido". Mesmo assim se coloca como satisfeito com a escolha de Antônio Câmara, Henrique Eduardo Alves e Agenor Maria, para representar seu partido no Colégio Eleitoral.

NEM TUDO É CALMA — Cuidadoso no falar, Lauro Melo evita tocar em assuntos delicados, tais como a briga que envolve os vereadores Leôncio Queiroz, Roldão Procópio e Edmilson Lima com o Prefeito Marcos Formiga. Os vereadores, ao atacarem o prefeito, criaram um clima pesado dentro da Câmara. No entanto, Lauro Melo prefere não comentar a briga. "Para ser sincero, não posso entrar numa seara que não me pertence, o assunto não é ligado a mim e tenho que respeitar a opinião de cada colega". Preferindo abrir mão de suas prerrogativas de presidente da Câmara Municipal, Lauro Melo se omite de dar uma opinião sobre o caso.

Falando sobre a rotina da Câmara Municipal, Lauro Melo se esmera em

demonstrar o bom andamento dos trabalhos e faz o seguinte comentário: "Nossos trabalhos são rotineiramente calmos, e o que acontece de extra é caso puramente pessoal". Se uma briga entre vereadores e prefeito passa a ser caso pessoal, talvez seja preciso questionar se os assuntos discutidos na Câmara Municipal são, realmente, do domínio público.

Segundo Lauro Melo, os vereadores têm se preocupado muito com o crescimento acelerado da cidade,



Na Câmara, muitos projetos

pois, em decorrência de tal crescimento, as necessidades do povo aumentam. "Diariamente, entram em pauta para ser apreciados e votados, 18 requerimentos e 6 projetos". As reivindicações, são as mais variadas possíveis, e a Câmara Municipal é atualmente uma instituição de vida muito ativa, mesmo alijada do processo político que se desenrola no Estado.

Sobre suas responsabilidades enquanto presidente da Câmara filiada ao PMDB, Lauro Melo argumenta que "a Câmara é um poder independente e tem a sua autonomia; não há nenhum problema em ser presidente

e pertencer ao PMDB", acrescentando que o presidente da Câmara Municipal atua como magistrado da coisa pública. Assim, desenvolve atividades de político, administrador, fiscalizador. As funções paralelas não interferem no bom andamento dos trabalhos do presidente. "Aqui se faz de tudo", acrescenta Lauro Melo, no recinto da Câmara as diferenças partidárias desaparecem".

Falando sobre os projetos que tramitam na Câmara Municipal, o vereador tem a seguinte opinião: "Todos os projetos são sérios e visam o benefício imediato da comunidade". Agora mesmo, está entrando um projeto para se criar uma Comissão de Defesa ao Consumidor. Ao ser aprovado este projeto, os vereadores terão condições de fiscalizar o comércio. O projeto, de autoria do Vereador Marlindo Pompeu (do PMDB), pretende melhorar as condições de atendimento ao consumidor do Estado.

No tocante à política nacional, o Vereador Lauro Melo se detém um pouco antes de afirmar que acredita

na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Porém, diz, convictamente, que profundas mudanças acontecerão no País. Só não fala quais serão essas mudanças, embora aventure que poderá haver uma transformação na política do BNH e no salário mínimo. Não vai adiante quando inquirido sobre reformas sociais, mas arremata: "Não sei se, com a vitória de Maluf, haverá continuismo. Espero que qualquer um que seja eleito efetue a transformação necessária para o País. No entanto, como membro do PMDB, acredito que o autor de tais transformações será Tancredo Neves". □

15 ANOS RN/ECONÔMICO

Dois anos com o RN



Para quem tinha saído da cadeia e só pensava em casar, até que não era uma proposta ruim: ser sócio de uma publicação que já estava na praça, com um nome se firmando. O fato de a revista não ter um centavo em cofre, nenhum patrimônio e estar atrasada no pagamento de duas edições com Carlos Jorge, o dono da gráfica, também não era obstáculo para quem estava a fim de fazer alguma coisa.

Na época, a «RN/Econômico» era um boletim quinzenal e, pelo fato de Marcelo Fernandes prestar assessoria à Federação das Indústrias, fonte de muitas matérias publicadas, terminava oferecendo a muitos a idéia de uma publicação oficial. Ou officiosa.

Para a minha entrada na sociedade, houve uma reunião que começou com Marcelo se dispondo a se retirar, «para não atrapalhar», mas terminamos os três sócios.

Sem nenhum papel passado.

Mas com uma gana enorme de emplacar.

Fazer da RN uma empresa tornou-se a nossa primeira meta. E isso só era possível com diminuição de custos, garantia de um faturamento mínimo, abertura de novos mercados.

Os ventos começaram a soprar a nosso favor. De subinquilinos da Sucursal do *Jornal do Comércio*, onde Marco Aurélio trabalhava, saímos para o Centro da Cidade, térreo do Edifício Bahia, na Princesa Isabel, alugado a Zeca Passos, com mesa de tampo de mármore, máquinas de escrever, equipamentos e material de expediente.

A RN havia se transformado em revista mensal, com anunciantes fixos. Lembro que Fernando Bezerra, então diretor do DER, nos havia dado a maior força, programando uma página mensal, o que praticamente cobria os custos industriais, juntamente com a publicação de uma página da COFERN (atual BDRN) garantida por Enio Melo.

Descobrimos que as empresas locais apoiadas pela SUDENE tinham obrigação de fazer determinado tipo de publicação, uma espécie de perfil industrial, juntamente com o balanço e, começamos a faturar.

O Brasil vivia o ufanismo do milagre econômico e o Rio Grande do Norte o sonho da industrialização.

Tudo na medida de nossa proposta: defender o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e criarmos um canal para a classe empresarial.

A escolha do professor Cortez Pereira cujo discurso era semelhante a tudo o que pregávamos na revista, para o Governo do Estado, terminou nos aproximando até por gravidade.

Mesmo «adversário» do novo Governador (fui editor da «Tribuna do Norte» até 16 de maio de 1969, quando me prenderam), mas também seu aluno na Faculdade de Direito, terminei convidado por Cortez para ser o seu Assessor de Comunicação.

Cortez chegava como um novo Pedro Álvares Cabral, descobrindo o Rio Grande do Norte e disposto a provar a sua viabilidade. Foi buscar na Universidade os componentes da sua equipe e passou a inovar. A partir de um curso para o Secretariado.

Do curso participávamos Marcelo (escolhido Assessor de Relações Públicas) e eu mesmo (Assessor de Imprensa), Marco ia lá todos os dias conversar conosco sobre o andamento da revista. Terminou convidado para Diretor da Imprensa Oficial.

No Governo, os três sócios participando, terminei por prejudicar a RN/Econômico duplamente. Primeiro

por não mais poder oferecer o tempo que a revista exigia. Depois porque, controlando a verba de publicidade do Governo, me sentia impedido de programar anúncios para uma revista onde os diretores ocupavam cargos em confiança, fato que nos afastava de nosso principal anunciante.

O ano de 1971, portanto, foi de dificuldades para a revista, embora os seus diretores usassem ternos Clobe Um, andassem nos Opalas pretos e frequentassem as rodas palacianas.

A RN, que vinha crescendo em ritmo acelerado, passou a viver novas dificuldades, enquanto os seus diretores brilhavam.

Foi então que Marco Aurélio fez uma carta (da qual ainda guardo cópia) propondo comprar as outras duas partes.

Acitei no ato.

Dado o balanço patrimonial, me foi pago o correspondente a um terço do patrimônio da empresa — mesmo sem assinar um papel. O que deu para trocar o carro.

Deixei a RN e fiquei com um Corcel GT.

Na minha saída, o que era só um arremedo virou empresa mesmo. Sob a direção de Marcelo e Marco, entrou no campo industrial-gráfico.

E não parou mais de crescer.

Viveu novas crises. Superou-as.

Hoje, está sob o comando de Marcelo. Mantendo a idéia, Marcelo conseguiu preservar uma proposta válida, além de materializar um dos sonhos que acalentávamos nos primeiros dias, quando a RN engatinhava: garantir um lugar para os nossos filhos no futuro.

Ele com a dupla ventura de ter filhos dedicados e competentes. E são do ramo. Constituem um vitorioso modelo de empresa familiar, aplicando na prática o que era só uma imagem de linguagem.

Ter contribuído para o Rio Grande do Norte possuir uma publicação voltada para assuntos econômicos é algo que me gratifica sobremodo. E, numa hora como esta, de comemoração dos seus 15 anos, me deixa com a felicidade de quem vê um filho emancipado e próspero.

(CASSIANO ARRUDA CÂMARA, jornalista e professor da UFRN, foi Diretor Comercial de RN/Econômico em 1970 e 1971).

Impulso que se manteve



O Rio Grande do Norte tem inarredável vocação pioneira. Quase nada de bom ou de mal acontece no Nordeste que não comece no Rio Grande do Norte. O problema é a falta de continuidade. Damos o impulso inicial e outros pegam a bandeira e ganham o benefício. O pioneirismo de manter uma revista de caráter econômico e mantê-la bem por 15 anos é um ato extraordinário para o nosso Estado. Sinal de capacidade, vontade forte e otimismo da sua Diretoria. Não sei onde começa a RN/Econômico e onde termina Marcelo Fernandes. Creio que o seu bom humor permanente, sua condição natural de fazer amigos e conservá-los, a sua identificação com os valores nobres da terra muito contribuíram para o êxito. Ninguém poderia acreditar, não seria verossímil que a Revista se mantivesse e crescesse em condições tão adversas como as nossas. Mas aqui não é o lugar exato para se desmoralizar o verossímil?

(DIÓGENES DA CUNHA LIMA, ex-Reitor da UFRN, é advogado, professor e escritor com diversas obras publicadas).

Sugestão e apelo à Universidade — II

CORTEZ PEREIRA

O subdesenvolvimento pesa demais e para removê-lo exige-se um esforço coordenado e contínuo, uma integração inteligente de planos e ações. Para se lutar contra ele é necessário, preliminarmente, ter-se a sua visão de unidade, mesmo quando se trabalha a multiplicidade do particular. É preciso cuidar de árvores, sem perder a perspectiva da floresta...

Projetos isolados, sem integrarem-se à realidade total, por melhores que pareçam ser e por mais numerosos que sejam, serão sempre impotentes para derrotar o atraso. Há um potencial multiplicador dos resultados quando se estabelece, rítmica e coordenadamente, uma só direção, recebendo a contribuição de todos os esforços. Os vários projetos devem guardar uma íntima coerência que os façam como dentes de uma mesma roda impulsionadora, na qual cada um é empurrado pelo de trás e empurra o da frente, potencializando-se reciprocamente.

Para tentar esclarecer ainda mais, o sentido da imagem empregada, lembramos o exemplo da fertilização artificial feita para superar a pobreza natural do solo. Quando se trabalha para obter um aumento na produção é preciso estabelecer uma aplicação proporcional e inter-dependente do nitrogênio, fósforo e potássio. O excesso na aplicação de um desses elementos não apenas deixa de ser utilizado — perde-se, portanto —, como compromete o aproveitamento ótimo dos outros, mesmo quando suas dosagens tenham sido aplicadas satisfatoriamente.

Coisa semelhante ocorre com projetos, quando não guardam entre si uma coerência, um comprometimento técnico, com a definição política global. Neste caso os recursos são sub-aproveitados, os projetos atropelam-se, contrapõem-se na incoerência desordenada que poderá transformar benefícios previstos, em novos obstáculos criados.

Uma reflexão sobre tudo tornará mais claro o sentido da nossa proposta à Universidade do Rio Grande do Norte.

Sonhamos com uma Universidade transformada em Fórum de Debate, em plenário permanente das dificuldades que nos angustiam, em discussão aberta de soluções e caminhos que nos dêem um destino diferente desta realidade que sofremos hoje.

Ao lado do sentido universalista de que tanto carece a nossa política de desenvolvimento, a Universidade poderia oferecer ao Governo e ao Estado o desdobramento necessário de estudos indicadores das

reações diversas aos vários investimentos feitos em cima da realidade particular do Rio Grande do Norte.

Ora, todos nós sabemos que só através de investimentos é possível romper a compacta muralha do atraso e ninguém desconhece a escassez de recursos para isto. Se aqui estar o ponto de estrangulamento maior, aqui se encontra a exigência maior, também, para exercermos a nossa competência.

É indiscutível a falta de recursos mas, contraditoriamente, é evidente o esbanjamento desses mesmos recursos escassos. Vejam o monumentalismo de tantas obras, a ociosidade de fábricas e equipamentos, o desperdício desarticulador dos concentrados investimentos urbanos, tantas coisas feitas em lugar de tantas outras.

A Universidade poderia muito bem projetar os benefícios, os resultados sociais, econômicos, financeiros que este ou aquele investimento determina. Se uma contribuição desta fosse dada pela competência e isenção de nossa Universidade, duvidamos muito que algum Governo, conhecendo os benefícios resultantes, fosse capaz de construir, por exemplo, o Viaduto do Baldo.

Para que se tenha uma idéia de valor constante, informamos que no Viaduto do Baldo foram gastos 417.408 ORTN's, a metade do aplicado, por exemplo, em Serra do Mel. Agora é fácil medir os resultados de uma e outra aplicação, conhecer a Contribuição do Viaduto como via necessária ao descongestionamento do trânsito, como prioridade estabelecida para solução de problema tão grave que tenha deixado em segundo plano a necessidade de aumentar a produção, empregando, permanentemente, o povo.

As 806.375 ORTN's investidas na Serra do Mel dão um emprego crescente, direto e indireto, que já é hoje da ordem de 16.000. A produção que este ano sairá da Serra será superior a 3.000 toneladas de castanha, 30.000 toneladas de caju, mais de 2.000 toneladas de feijão e não sabemos quanto de mandioca, algodão e milho. Só as primeiras representarão em torno de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) para o Estado, na forma de ICM.

Enfim, o que defendemos é a colaboração da Universidade estudando e dimensionando o que haveremos de colher, quando plantarmos neste ou naquele investimento, as poucas sementes de capital que dispomos.



No Juvenal, o tamanho do futebol

FUTEBOL I

Crise e críticas: o tom do esporte das multidões

O futebol natalense, senão o de todo Estado, vive periodicamente às voltas com crises. Porém, a crise por que passa atualmente é a maior de todas. Maior também é o número de críticas e polêmicas em torno da situação e das saídas para superá-la. Torcedores sonham com os tempos áureos do futebol local no Castelo. Cartolas também; mas, diante da crise econômica que também tem influenciado para afastar aqueles dos estádios, põem em prática nos clubes uma brusca política de contenção de despesas. Só que o atestado público de que o futebol profissional natalense anda com pernas bambas veio com a interdição do Estádio Castelo Branco, escandalosamente ameaçado de desabamento.

O quadro, que já era preocupante, tornou-se desalentador quando, no início de agosto, a CBF propôs uma reforma radical no Campeonato Brasileiro para o próximo ano. A proposta reduz de 40 para 20 clubes na divisão A, e cria uma divisão B com 22 clubes, com a Copa Brasil e os campeonatos regionais correndo juntos. Um golpe considerado forte contra os clubes menores, que ficaram revolta-

dos com a medida e querem modificações. A idéia privilegia os grandes times do RJ, SP, MG, RS, e dois Estados do Nordeste — Bahia e Pernambuco — ficando os demais na possibilidade de passar para a divisão B, com acesso para apenas dois clubes.

APERTO FINANCEIRO — O entusiasmo do torcedor para com o futebol profissional, em decorrência, anda meio em baixa. O que anda em alta são as críticas. Aí, o barulho é grande. O protesto geral cresce desde torcedores aos cronistas esportivos, passando inclusive pelos cartolas que, diante do agravamento da crise, a reconhecem publicamente e estão sendo forçados a procurar saídas. Nesse sentido, o presidente do América, Henrique Gaspar comenta: "Acho que, em 84, tomamos uma atitude certa, procurando botar o futebol na realidade nossa: não contratando gente de fora e dando vez ao amador". Com isso, mostrou ele, o América conseguiu reduzir a sua folha de pagamento, que no ano passado foi de Cr\$ 12 milhões mensais, para Cr\$ 4 milhões e 800 mil".

Agora, um problema que os dois maiores clubes da cidade não conseguiram ainda resolver, mesmo com a crise econômica ou talvez por isso mesmo, é a regularização do pagamento das mensalidades dos seus sócios. O América, que segundo Gaspar conta com cerca de 10 mil associados — de onde poderia auferir uma arrecadação mensal calculada em torno de Cr\$ 30 milhões — só consegue arrecadar cerca de Cr\$ 1 milhão. Porque a maior parte dos sócios está com suas mensalidades em atraso. Daí, lembra ele, como só as despesas administrativas do clube somam Cr\$ 2 milhões, no final o déficit do clube fica acima de Cr\$ 1 milhão.

DECADÊNCIA OU RENASCIMENTO — Enquanto os dirigentes procuram se adaptar aos tempos de aperto, uma nova realidade vai despontando. Uma realidade que está levando o futebol natalense a retroceder no tempo e no espaço. Especial e literalmente quanto ao espaço. Já que o futebol retornou ao velho estádio Juvenal Lamartine que, descontados o desconforto para o público de hoje e o pequeno tamanho, provou ter sido melhor construído do que o Castelo, ainda interditado. Este, o ponto alto, sem dúvidas, daquilo que pode-se chamar decadência. Todavia, há a outra face da moeda.

Afinal, esse retorno às origens do futebol potiguar, por conseguinte às origens do profissionalismo, parece ter coincidido com a política do Amé-

rica e ABC em investir nos seus quadros juvenil e júnior. Aí então, sob diversos ângulos, estaria o renascimento. Uma volta às origens simples e realistas, esquecidas nos tempos das vacas gordas. O que, por certo ou errado, já vem ocorrendo, pois os dirigentes estão com seus olhares despertados para os garotinhos daquelas divisões, onde depositam confiança de um futuro melhor, ao mesmo tempo em que riscam dos seus planos os grandes contratos com jogadores vindos de fora. Inapelavelmente, estrelas ofuscadas pela crise.

PROBLEMAS DE DIRIGENTES —

O presidente do ABC, Rui Barbosa, também concorda que essa é uma das maiores crises dos últimos tempos. “Agravada com a interdição do Castádio Castelo Branco”, critica ele. Um assunto que, aliás, Henrique Gaspar prefere nem mais comentar. Afinal, ele, que denunciou a situação em que se encontra o estádio, se viu de repente sob o estigma da maldição. Críticas e elogios foram muitos. “Talvez mais críticas”, confessa Gaspar, chateado. Questionado quais seriam as soluções, Rui Barbosa disse que primeiro deveria ser feita uma recuperação urgente do estádio. “E é preciso os dirigentes contarem com apoio e compreensão dos torcedores no sentido de que seja reduzida a folha de pagamento dos clubes, fazendo com que receitas e despesas fiquem equilibradas”.

A receita do ABC gira em torno de Cr\$ 9 milhões mensais, dos quais Cr\$ 5 milhões são arrecadados da Loteria Esportiva e Cr\$ 4 milhões referentes a títulos patrimoniais, mais arrecadação das bilheterias dos jogos. As despesas totais, porém, ficam acima do dobro: Cr\$ 21 milhões. O déficit fica em torno de Cr\$ 15 milhões. Diante disso, Rui Barbosa também está impulsionando uma política parecida com a do seu colega, Henrique Gaspar, dando preferência à prata da casa, apoiando as divisões iniciantes e apostando igualmente na descoberta de novos valores. Comentando o fato de que, dos cerca de 1 mil 300 sócios do clube, apenas 300 pagam regularmente a mensalidade de Cr\$ 1 mil, Rui afirmou categoricamente que “se houvesse interesse, o ABC não estaria em dificuldades”.

Outra saída para a crise seria a veiculação de anúncios de empresas privadas nas camisetas dos atletas, o que já acontece com os clubes do Sul do País. O investimento que o empre-



Handebol: apolo de uma semana

sário fizesse seria deduzido na sua declaração de Imposto de Renda. Henrique Gaspar conta que já procurou cinco empresas natalenses para acertar contrato nesse sentido, mas nenhuma se dispôs a fazer tal investimento. Rui Barbosa disse, também, que até agora o ABC procurou apenas uma empresa, e que estão negociando. Já o locutor esportivo, Marco Antônio, da Rádio Trairy, acredita que isso só poderia acontecer se os nossos times tivessem maiores atrações. De qualquer forma, é uma possibilidade que ele não descarta.

HORA DAS CRÍTICAS — Ainda há dúvidas se, adaptado à realidade atual, o futebol potiguar poderá renascer, motivando os torcedores a desembolsar dinheiro para comprar os (caros) ingressos e ir aos estádios.



Luciano Herbert: pesquisa

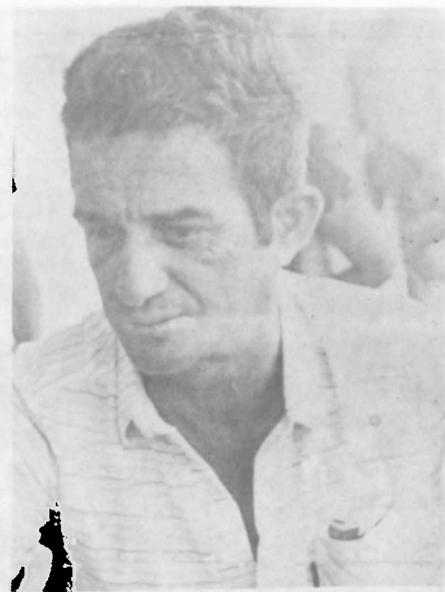
Para o jornalista Luciano Herbert, torcedor do Alecrim e ex-editor de esportes de «A República» e «Tribuna do Norte», as soluções para a crise existem. Falta apenas os dirigentes pô-las em prática. “Antes de mais nada, existe uma crise de dirigentes”, aponta ele, abrindo exceção somente para a atuação do presidente do ABC, Rui Barbosa. “Rui pegou o ABC sem nada e conseguiu o título de campeão, após o América ter sido tetracampeão, e formar algum patrimônio”. Os dirigentes, acha Luciano, não têm demonstrado capacidade administrativa para tirar os clubes do buraco.

Sugere inclusive que, se os dirigentes querem saber por que o torcedor anda afastado dos estádios, devem partir para uma pesquisa de opinião pública junto ao Gallup ou IBOPE. Com dados precisos, e não empíricos, as soluções seriam encontradas logo, e não haveria tantas polêmicas. Apesar de tecer críticas às administrações, e de reconhecer que outras modalidades esportivas têm crescido junto ao gosto do público, ele não acredita que essas modalidades venham superar o futebol como esporte de massa. Quanto ao esporte amador, ele é da opinião que, sem apoio de empresas do setor privado, não haverá crescimento:

“Enquanto no Sul e em outros Estados as empresas dão apoio efetivo, no Rio Grande do Norte acontece o contrário. O que é lamentável. Não é possível que, agora, a nossa equipe de handebol feminino, que conquistou uma medalha de ouro,

após lutar por mais de cinco anos às próprias custas, não consiga um patrocínio efetivo durante o ano inteiro, e não apenas uma semana antes dos jogos”.

De certa forma entoando o mesmo coro de Luciano, o repórter da equipe esportiva da Rádio Trairy, Ricardo Silva, diz enfático: “A crise é de valores”. Cita por exemplo, que o América não tem jogadores de maior renome. Crítica, ainda, os preços dos ingressos, que ele também considera altos. (No JL, sem maiores confortos, cobra-se Cr\$ 2 mil e 500 para arquibancadas e Cr\$ 1 mil e 500 na parte descoberta). Volta a bater na tecla da questão da falta de transportes coletivos para os torcedores que moram em bairros mais distantes. E pede ônibus-plantão. □



Henrique Gaspar: dificuldades

TRANSPORTES

Codern tem projetos para melhorar o porto de Natal

Mesmo acreditando que a solução para o problema do Porto de Natal não depende de iniciativa isolada, a Codern — Companhia Docas do Rio Grande do Norte — responsável por sua administração, tem providências asseguradas pela Portobrás. Esperando recursos ainda não disponíveis para sua execução — cujo montante não é do conhecimento da Codern —, existem dois projetos que garantem melhorias para o tão polêmico e criticado Porto de Natal.

O primeiro deles prevê um aprofundamento no calado do Porto, de menos de sete para uma acostagem de dez metros. De acordo com o projeto da Portobrás, isso seria conseguido mediante a construção de uma nova frente de cais situada a mais ou menos dez metros da frente que é utilizada hoje. Com essa providência, será possível promover a atualização das características do Porto, o que, segundo dizia o diretor-presidente da Codern, Maurício Bailly de Sá Peixoto, se faz imprescindível.

BARRILHA, UMA LUTA ANTIGA — “Esta solução”, ressalta ele, “também trará a vantagem de permitir a instalação de guindastes de maior porte e capacidade, que substituirão os dois atuais guindastes elétricos de duas toneladas. No entanto, para o integral aproveitamento des-

sas novas condições, torna-se imprescindível compatibilizar as características do canal de acesso”.

Diante disso, o Instituto de Pesquisas Hidroviárias da Portobrás já vem realizando um minucioso estudo para definir as obras que necessitarão ser executadas. Segundo Maurício Bailly, o estudo tem alto grau de especialização, e se justifica também em razão do custo das obras além da possibilidade de insucesso, “no caso de definições errôneas ou deficientes”.

O outro projeto elaborado pela Portobrás está intimamente ligado a uma luta antiga do Governo do Estado junto a órgãos federais: a construção de uma fábrica de barrilha em Macau. A intenção é construir um terminal específico para o escoamento da barrilha a ser produzida pela Álcalis do Rio Grande do Norte. A Portobrás vai esperar a conclusão da barrilha para pôr em execução o seu projeto, que será um adendo para os trabalhadores portuários.

MUITOS FATORES — Ainda acerca da obtenção de calado mais profundo para o Porto, a Codern, apesar de não conhecer o montante de recursos necessários para as obras, tem incluído sua execução nos últimos orçamentos propostos à Portobrás. Como ainda não foi esse ano que o pedido foi atendido, nova solicitação já foi incluída no orçamento para 1985. “É uma obra que não vai ser feita em pouco tempo. Provavelmente vai tomar mais de um exercício”, comenta Maurício.

Enquanto as melhorias não vêm, os administradores do Porto continuarão como alvo de críticas que os qualificam de incompetentes, ou desconhecidos das necessidades prementes. Críticas que são rebatidas — quando o são — com um argumento que parece não convencer os portuários, carregadores, arrumadores, e tantos outros que tiram a vida da beira do cais: o problema não é tão simples de resolver e depende de uma série de fatores que se entrecruzam.

Sinterizando, este argumento vem expresso nas palavras de Maurício Bailly, quando fala da oscilação do



Estivadores ainda ociosos

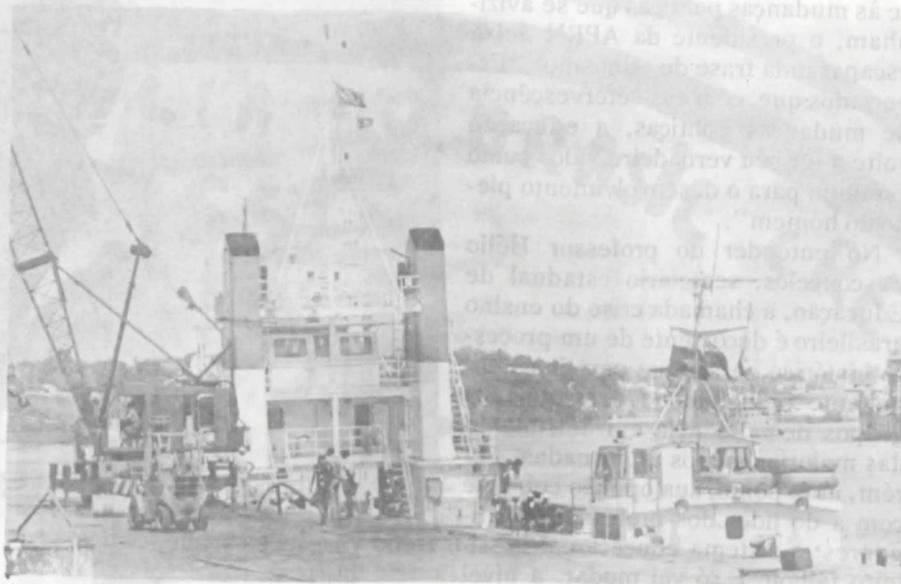
movimento de carga no Porto: "As alterações sofridas ao longo dos anos pelo perfil da movimentação têm sido geradas pela combinação de expressivo número de fatores que contribuem decisivamente na escolha do meio de transporte (pelo exportador) a ser utilizado, tais como rapidez, facilidade de envio de pequenas cargas, custos financeiros elevados, etc".

OCIOSIDADE E SEGURANÇA — O Porto de Natal hoje é dotado de área coberta para armazenagem com total de aproximadamente 6.500 metros quadrados, área distribuída em três armazéns de 1.800 metros quadrados e três galpões. Para movimentação de carga, existem dois guindastes elétricos de pórtico para duas toneladas, um guindaste sobre pneus para cinquenta toneladas, 10 empilhadeiras frontais para três toneladas e um sugador para cereais de 75 HP. Suas características construtivas e operacionais, como diz Maurício, obedeceram às condições existentes e as previsíveis na época de seu projeto e construção, no início do século.

Mesmo passado todo esse tempo, o diretor-presidente da Codern assegura que o Porto de Natal está em condições de movimentar, e garante até que existe ociosidade, por diversos fatores, como a falta de praça de navio, o que obviamente dificulta o movimento de mercadorias por via marítima. E é justamente essa ociosidade que perturba os trabalhadores do Porto, que chegam hoje ao número de cem, entre portuários, operadores, etc, todos contratados pela Companhia Docas do RN.

Dentro dessas boas condições de operacionalidade, não falta também o fator segurança para os trabalhadores — que agora, contratados pela Codern, têm salários fixos, independente de atracamento de navios. Segundo Maurício Bailly, a Companhia Docas tem a obrigação de fornecer os equipamentos, como luvas e capacetes, entre outros. Os acidentes são raros, pois o próprio Maurício não lembra que nenhum tenha acontecido desde que assumiu a administração do Porto, há mais de um ano.

EMBARQUE INCREMENTADO — "Quanto à movimentação global de cargas", informa Maurício mais adiante, "constata-se que, da mesma forma que o sistema portuário como um todo, tem havido um gradual incremento, notadamente devido aos



Em junho, 47 atracções

acréscimos ocorridos nos embarques". No ano passado, os embarques chegaram a 42% contra 58% de desembarque no total de 393.681 toneladas movimentadas por todo o ano, com a participação de 80% de granéis líquidos, 16% de carga geral e apenas 4% de granéis sólidos.

Em 83, foram registradas 729 atracções, incluindo as embarcações de apoio da Petrobrás, que representam a maioria dessas atracções. Desse montante, o número de navios de grande porte chegou a cerca de cinquenta. De acordo com informações da Carteira de Comércio Exterior — Cacex —, em termos de divisas de exportações, esse movimento representou a quantia de cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Até junho último, o movimento chegou a 150.565 toneladas. Somente no mês

de junho, atracaram no Porto dois navios de longo curso, sete de cabotagem e trinta e oito de alto-mar.

Maurício disse não ter tomado conhecimento de memorial entregue pelos trabalhadores do Porto ao então Governador Lavoisier Maia, em 81, e também ao Governador José Agripino, no ano passado, expondo toda a situação. Mas garante que o Governador tem feito gestões junto ao Governo Federal, reivindicando melhorias. "Seria até injustiça dizer que não", comentou. Maurício Bailly não concorda que as taxas de serviços cobradas aos transportadores sejam muito altas, segundo reclamam os portuários. Conforme disse, elas não são maiores do que em outros Estados, como a Paraíba, para onde vai parte da mercadoria que é transportada pelo nosso Porto de Natal. □

EDUCAÇÃO

Mudanças políticas podem melhorar nível de ensino

Não seria por falta de motivos que os professores da rede de ensino estadual deixariam de acionar seus canais reivindicatórios para exigir mudanças sancionadoras da grave crise que se abate sobre o ensino público de 1.º e 2.º graus em nosso Estado. Entre eles, falta de concursos para o magistério no interior, inexistência de cursos de preparação para professores leigos, baixa remuneração para os mestres, carência de material didático nas salas de aula, etc.

Centrando a crise do ensino público norte-riograndense dentro de um quadro mais amplo, conjuntural e, por conseguinte, nacional, José Antenor de Azevedo — presidente da Associação Norte-riograndense de Professores — APRN —, afirma que seus efeitos a nível regional têm sido particularmente negativos, em virtude da pobreza acentuada do Estado, bem como da política praticada pelos homens públicos, que colocam a educação em plano secundário. Mas, fa-

ce às mudanças políticas que se avizinhavam, o presidente da APRN deixa escapar uma frase de otimismo: "Esperamos que, com essa efervescência de mudanças políticas, a educação volte a ter seu verdadeiro valor como caminho para o desenvolvimento pleno do homem".

No entender do professor Hélio Vasconcelos, secretário estadual de Educação, a chamada crise do ensino brasileiro é decorrente de um processo histórico geral, que vem insistentemente privilegiando determinados grupos de influência em detrimento das maiorias menos afortunadas. Porém, num ponto, sua opinião coincide com a do líder dos professores potiguares: o sistema educacional brasileiro falhou, e só vai mudar, a nível nacional, na medida em que esse mesmo sistema volte a ser prioridade, investindo na capacitação do docente e fortalecendo as instituições de ensino.

NOVO CONCURSO — Quanto à situação específica do Rio Grande do Norte, mormente o ensino público secundário, Hélio Vasconcelos destaca que priorizá-lo tem sido um dos objetivos do Governo José Agripino, e como exemplo, revela que para cobrir as despesas com o aumento dado aos professores este ano, o Governo desembolsou um montante de Cr\$ 25 bilhões e 588 milhões, ressaltando ser esta uma quantia bastante vultosa, tendo em vista os limites orçamentários. Mas não descarta novos aportes à educação, desde que haja um aumento na arrecadação financeira, ou, ainda, uma reforma tributária, como pleiteiam os Governos do Nordeste, quando os Estados e Municípios passariam a dispor de maior receita.

Quanto às críticas dos professores à qualidade do ensino, o Secretário de Educação lembra que isso só poderá mudar na medida em que houver um maior comprometimento do magistério com o ensino e que os mais capazes sejam selecionados pelo processo de concursos públicos, como o que foi realizado meses atrás. E anuncia para outubro próximo um novo concurso para o magistério nas áreas de 1.º e 2.º graus, extensivo a todo o Estado.

No entanto, fazendo uma auto-crítica da situação do ensino. Hélio Vasconcelos reconhece que há sérios problemas como, por exemplo, a existência de 152 escolas situadas na zona urbana em situação precária. O mes-



Hélio Vasconcelos: auto-crítica

mo acontecendo com 400 escolas instaladas em áreas rurais. Para reparar essa situação, o titular da Educação adianta que recursos do MEC, repassados do Finsocial, estão sendo aguardados nos próximos dias.

ELEIÇÕES — Outro tema conflitante entre Governo e comunidade docente no Estado é o que diz respeito à eleição de diretores de escolas. De acordo com Antenor Azevedo, a escola é uma célula de transformação da comunidade, mas o regime autoritário cassou o direito da comunidade de eleger o seu diretor, só tendo afrouxado as rédeas do autoritarismo em meses recentes, com a realização de eleições em três estabelecimentos: Atheneu, Isabel Gondim e Centro de Ensino Supletivo Felipe Guerra, todos em Natal. Antenor entende que essa experiência resultou num completo êxito, vez que promoveu uma maior integração entre professores, diretores, alunos e comunidade. Acentua que o diretor eleito livremente pela comunidade se sente muito mais comprometido com a escola e, em consequência, dá prioridade aos interesses dos seus integrantes, que são os professores e os alunos. Com base nisso, reivindica, através da APRN, que o mesmo processo seja estendido às demais escolas públicas de Natal e até mesmo do interior.

Em tese, o Secretário Hélio Vasconcelos concorda com essa idéia, afirmando ser o caminho natural do processo de mudanças em curso no âmbito da educação. Mas lembra que as eleições de diretores já realizadas fazem parte de um plano experimental que foi concluído e, no momento, está sendo avaliado, e que esse plano foi negociado com os professores no

âmbito da Comissão Paritária, reativada em sua gestão, que integra diretores de escolas, supervisores de ensino, administradores escolares, além do presidente da APRN e representante da Secretaria de Educação. Segundo ele, a idéia de novas eleições precisa ser mais amadurecida a fim de evitar impasses como o que se deu quando da eleição do diretor do Atheneu. Esse impasse surgiu da resistência dos professores a cederem mais participação minoritariamente das eleições, diz.

De todo modo, o titular da Educação destaca que a experiência já realizada se constitui num avanço importante e coloca o Rio Grande do Norte na vanguarda do ensino entre os Estados nordestinos, de vez que apenas o Paraná já passou por essa experiência.

EMENDA CALMON — O Secretário de Educação vê com grande expectativa a regulamentação da Emenda João Calmon, que assegura a alocação de maiores recursos para o setor educação, oriundos das arrecadações de impostos municipais, estaduais e federais. Ele explica que, embora a Emenda Calmon tenha sido aprovada há quase um ano, sua regulamentação tornou-se necessária em vista de fazer uso de alguns termos que não foram devidamente esclarecidos, como é o caso de «despesa com ensino», tendo dado margem a interpretações diferentes.

Com a regulamentação, já enviada ao Congresso, confia Hélio Vasconcelos que essas dúvidas serão dissipadas e que, a partir daí, os Estados e Municípios poderão programar melhor suas despesas com ensino, haja vista que disporão de maiores recursos. □



A Pátria é a união de todos os brasileiros.
No dia 7 de setembro comemoramos o Dia da Independência.
O Dia da Pátria.

Neste dia, todos os brasileiros têm por dever lembrar seus compromissos para com seu país. Para com a Pátria.

Pátria que se afirma com o esforço, o trabalho, a dedicação de cada um de nós na imensa tarefa de construir uma sociedade

democrática e pluralista, uma nação livre e soberana.
Pátria que se consolida com o aproveitamento do nosso potencial e dos nossos recursos em benefício dos brasileiros.

Pátria que consagra o ideal da independência política e de construção de um país no qual todos possamos viver com ordem, bem-estar social e progresso.

Pátria que sintetiza a unidade nacional.

**Independência,
Liberdade,
Ordem
e Progresso.**



Lucinha: magia no tarô e na música

COMPORTAMENTO I

No dia-a-dia de Natal, o futuro que vem do Oriente

Já não é tão surpreendente assim, quando um típico cidadão natalense classe média, com sua cotidiana roupa americanizada, **blue jeans** e tênis, cruza com outro cidadão natalense classe média — numa movimentada tarde no Grande Ponto — vestido dos pés à cabeça com calçados e roupas vermelhas e amarelas, colares com retratos dos seus gurus indianos — tipo Rajneesh — no pescoço. E está se tornando comum o fato de que cresce o número de pessoas que estão deixando, sob o olhar desconfiado e irreverente dos mais regionalistas, um tradicional prato potiguar — feijão verde, macaxeira, carne de sol acompanhada de manteiga do sertão — por um prato de arroz integral, misso, molho de soja; e verduras no lugar da carne bovina. Sem açúcar refinado, com afeto.

Para muitos, é moda. Para alguns, esses aspectos da cultura oriental não devem ser vistos como meras mercadorias de consumo, incentivando modismos mil, mas encarados com maior seriedade. Na onda do orientalismo contemporâneo, entretanto, inevitavelmente há lugar tanto para os iniciados quanto para os diluído-

res. Estes últimos, claro, em maior número. Aqui em Natal além de religiões orientais — como por exemplos a Fé Baha'i, Seicho-No-Iê, Movimento Rajneesh e Igreja Messiânica — vê-se também a introdução e utilização gradativa do I Ching, Horóscopo Chinês e o Tarô por um número crescente de pessoas. O que poderá redundar, também aqui, na continuidade da tradição — hoje aberta não apenas para iniciados, e que contou com o interesse de importantes estudiosos, como por exemplo o psicanalista Carl Gustav Jung, não por acaso dissidente da escola freudiana.

Se, em outras capitais maiores, a moda do I Ching, Horóscopo Chinês e Tarô já atinge milhares de pessoas, aqui por enquanto fica restrita a um grupo mais ligado às artes. Embora conte, também, com a seriedade de estudiosos academicamente gabaritados. Mas em geral, as três práticas não são apenas instrumentos de profecias, mas máquinas que pretendem mudar o modo de ser do indivíduo.

O DESPERTAR DO INCONSCIENTE — Cartomante de bola de cristal,

cigana quiromante, astrólogos de periferia; tudo isso é folclore se comparados com aqueles que estudam a sério — ou por modismo — os livros, as cartas, os oráculos daqueles três meios de vaticínios e cofres de antigas sabedorias. Não que a cartomancia, a quiromancia e a astrologia comuns não mereçam respeito. Merecem. Ainda que, por exemplo, com relação ao horóscopo publicado em jornais, exista uma historinha bastante engraçada e conhecida por jornalistas e leitores: em alguns jornais, quando não chega o telex com o horóscopo do dia, improvisa-se um com recortes de edições passadas. Isso sem contar os charlatões que abundam por aí. Entretanto, entre confianças e desconfianças que cercam o mundo dos adivinhos, todos saem vivos.

“O que é mais importante do que o uso do I King para fins de adivinhação é o seu emprego como livro de sabedoria. Lao-Tsé e Confúncio, os dois mais importantes filósofos da antiguidade chinesa, meditaram prolongadamente sobre o I King”, a ressalva é feita pelo professor Eduardo Maciel, do Departamento de Filosofia da UFRN, que prefere usar essa grafia para o I Ching, com «I» (às vezes, é grafado com «Y») e «K». Também conhecido como Livro das Mutações, “o I King oferece”, afirma ele, “uma teoria das transformações observadas na natureza. Essas transformações obedecem a determinados fluxos, que estão vinculados aos vários agentes possíveis — humanos, animais ou puramente materiais”.

Segundo Eduardo Maciel, para usar o livro com sucesso é indispensável uma certa sensibilidade afinada com as intuições básicas dos comentadores do texto. “O I King, assim como vários outros produtos culturais do Oriente, é um caminho de integração da imaginação com a realidade”. Questionado quanto aos benefícios que isso poderia trazer, Eduardo responde que “seria o de facilitar as manifestações dos processos inconscientes”. Comenta, ainda, que o inconsciente tem capacidade muito maior do que o consciente (o ego) para enfrentar situações inesperadas.

Sobre a multiplicação de religiões e outros produtos culturais orientais também por aqui, Eduardo explica que “a cultura ocidental asfixiou seu lado imaginário em função da decadência dos seus valores, o que leva a burguesia, a partir do final da 1.^a Guerra Mundial, a um estado de pri-

são de ventre espiritual, e é absolutamente natural a multiplicação de messianismos e de soluções para o vazio, de natureza efêmera". Acrescenta, ainda, que o Século XX alterna periodicamente preocupações sociais com preocupações individuais, desenvolvimento técnico com reabilitação de valores nostálgicos. Para ele, "tais oscilações são indícios claros de caotização coletiva da sociedade moderna".

Eduardo Maciel não poupa críticas à utilização desses produtos culturais como meros modismos: "Não que o I King, o Horóscopo Chinês e o Tarô sejam destituídos de valor", ressalva ele, "mas a sede desproporcional e desesperada das pessoas por novidades, os banalizam e os transformam em meros objetos de consumo e de reabilitação da neurose". Diz, ainda, que mesmo em círculos acadêmicos e universitários, esses modelos de cultura oriental não são ainda suficientemente levados a sério. Mas questiona ironicamente e sorri: "Existe Universidade séria para levar, por exemplo, o I King a sério"? Ele exemplifica que, na maioria das Universidades brasileiras, não existe sequer as cadeiras de Filosofia Oriental e/ou História do Oriente. "À exceção, salvo engano, de uma Universidade do porte da USP".

PARA OS JOVENS, NOVIDADE

— Sábado à noite, a TV Globo passa um filme em sua sessão «Primeira Exibição». Plim, plim. Entra no ar uma propaganda do patrocinador: uma bela modelo, vestida com sofisticado **jeans**, **close** no rosto diz sensualmente — "sou dragão" — depois conta uma rápida historinha e o telespectador percebe que aquele inusitado «sou dragão» é o signo da moça no Horóscopo Chinês. **Jeans** da moda, horóscopo também. Nas livrarias da cidade, por exemplo, estão sendo (bem) vendidos os livros do «Zodiaco Chinês» — Rato, Búfalo, Tigre, Gato, Dragão, etc —, de Catherine Aubier, editados por uma bem conceituada editora de livros de ocultismo e religiosos, a «Pensamento». «De resto, a juventude intelectual e dourada do Baixo, na Praia dos Artistas, já se encarrega de vulgarizar a moda em suas conversas nas noites coloridas dos finais de semana.

A história da origem do Horóscopo Chinês, segundo Aubier, remonta há mais de cinco séculos de nossa era, quando "o Senhor Budha convidou todos os animais da criação, pro-

metendo-lhes uma recompensa correspondente à sua onipotente e miraculosa mansidão. Com a alma turvada pelas preocupações do momento — não se diz no Oriente que é próprio do animal comer, dormir, acasalar-se e sentir medo? — quase todos desdenharam o chamado do divino Sábio. Doze espécies, todavia, fizeram-se representar. Pela ordem de comparecimento: o Rato, o Búfalo, a Cabra, o Macaco, o Galo, o Cão e o Javali. Outras tradições substituem o Gato pelo Coelho e o Javali pelo Porco".

"Para agradecer a esses animais, o Budha ofereceu a cada um deles um ano que lhe seria dedicado daquele

cos são complementados, no livro, pela síntese do signo chinês e do signo ocidental. O leitor pode fazer a sua própria consulta, a partir do jogo do I Ching astrológico: seus 64 oráculos trazem uma resposta personalizada a todas as suas perguntas e preocupações, particulares ou gerais.

A ESTÉTICA DO NOVO — Assim como Eduardo Maciel, que entrou em contato com o I Ching em 1978, o artista plástico J. Medeiros, também começou a consultar os oráculos do I Ching há cerca de cinco ou seis anos. "O I King é muito útil para mim para efeito de articulação do meu inconsciente", confessa Eduar-



Eduardo Maciel e a filosofia oriental

do. Já Medeiros afirma que seu interesse nasceu a partir da curiosidade que teve para com esse oráculo milenar chinês, até que um dia partiu para a prática. "Tenho, para com o I Ching, uma relação íntima e intrínseca que anula a tradição de distância entre o Oriente e o Ocidente". Viagem à parte, Medeiros considera o I Ching até como uma espécie de computador. "Pode parecer algo banal, mas é por demais hermético".

Eduardo Maciel, contudo, acredita que o Tarô é mais preciso e versátil do que o I Ching, quanto a profecias. "O Tarô é um instrumento do peso da Bíblia", assegura ele. Eduardo Maciel, que também é filiado à «Sociedade Teosófica Fraternal Rosacruziana São Paulo» e à «Igreja Expectante» (cristã), também concorda que os ciganos foram os grandes divulgadores do Tarô no Ocidente. "A origem é lendária, mas a tradição aponta para o Egito do tempo dos últimos sacer-

do. Já Medeiros afirma que seu interesse nasceu a partir da curiosidade que teve para com esse oráculo milenar chinês, até que um dia partiu para a prática. "Tenho, para com o I Ching, uma relação íntima e intrínseca que anula a tradição de distância entre o Oriente e o Ocidente". Viagem à parte, Medeiros considera o I Ching até como uma espécie de computador. "Pode parecer algo banal, mas é por demais hermético".

Eduardo Maciel, contudo, acredita que o Tarô é mais preciso e versátil do que o I Ching, quanto a profecias. "O Tarô é um instrumento do peso da Bíblia", assegura ele. Eduardo Maciel, que também é filiado à «Sociedade Teosófica Fraternal Rosacruziana São Paulo» e à «Igreja Expectante» (cristã), também concorda que os ciganos foram os grandes divulgadores do Tarô no Ocidente. "A origem é lendária, mas a tradição aponta para o Egito do tempo dos últimos sacer-

dots do Templo de Alexandria, alguns séculos antes de Cristo". Afirma o espanhol Alberto Cousté, em seu livro «O Tarô — Ou A Máquina de Imaginar», que o Tarô é o pai sincrético de todos os tipos de baralhos.

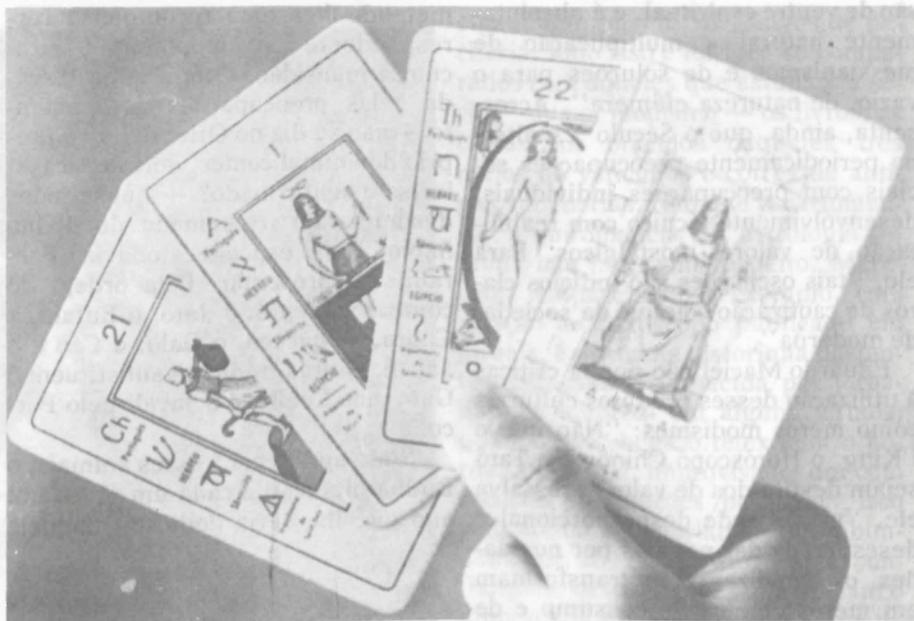
Para Cousté, aparentemente é difícil lidar com o Tarô. "A razão é simples: além da divisão tradicional (em quatro séries ou naipes, e em uma progressão de números e figuras), o Tarô conta com 22 cartas adicionais, com nomes e números individuais, que não têm uma relação seriada e se denominam «arcanos». (Cousté explica que empregando uma definição geral, «arcano» se aplica a tudo aquilo que não se compreende por ser misterioso demais).

"Há duas exceções a esta ordem: por desconhecidas razões iconográficas, o arcano XIII (chamado **A Morte**) não leva o seu nome impresso; por válidas razões simbólicas, **O Louco** (arcano 0 ou 22) não traz o número. Em todos os outros (quatro séries de 14 cartas cada uma, que perfazem um total de 56), o Tarô poderia ser tomado pelo jogo originário de que descendem, por simplificação, o baralho francês (que elimina o cavaleiro) e o espanhol (que elimina a dama, e os números oito, nove e dez), entre os principais".

Talvez a confirmar a advertência de Maciel, que vem implícita quando ele compara o Tarô ao peso da Bíblia no que diz respeito à tradição milenar, o artista plástico Alcides Sales confessa que sua primeira experiência de consulta ao Tarô o deixou assustado. "Coloquei as cartas para um parente e o resultado foi positivo: ele estava se envolvendo com uma pessoa nefasta. As cartas mostraram que ele cairia num abismo e que depois sairia com a ajuda de terceiro. Mas sem conseguir se reabilitar, seria levado pela morte". Depois disso, "resolvi que não adiantava ficar vendo o futuro". Ele, porém, discorda que o Tarô leve ao fatalismo. "A pessoa pode modificar-se. Afinal, a carta é dupla: em cima traz uma visão filosófica, embaixo a fatalista".

Apesar de tudo, Alcides considera a experiência válida e afirma que até hoje estuda o Tarô. Agora, o utiliza para um trabalho especial: xilogravuras baseadas nas figuras das cartas, readaptadas para a realidade local.

SEM DIFICULDADES — A cantora e compositora natalense, Lucinha Moreno vai, à sua maneira, direto ao assunto: "O Tarô é um estudo que



Nas cartas do tarô, o destino

está pintando, sabe cara"? Explica que o está utilizando "dentro de uma linguagem esotérica" e que não tem dificuldades "para transar com essa linguagem porque ela me é intuitiva". Morena bronzeada, camiseta sem mangas, axilas à la Baby Consuelo. Lucinha confessa: "Depois que descobri o Tarô, pirei de vez". Ao contrário de Alcides, se diz corajosa para usá-lo e acha que o Tarô veio parar em suas mãos por "uma predestinação dos magos".

Por acaso remontando à sua árvore genealógica, Lucinha lembra que a

sua avó era cigana. Atavismo à parte, ela diz ser "uma cigana simbólica". Aliás, não apenas "cigana, mas bruxa, princesa, peregrina". Ela, que está «transando» o Tarô há um ano, e que antes disso "já ia a cartomantes", concorda que o estudo do Tarô a está ajudando enquanto artista. "Porque é mágico, e a música também é mágica. E aí que encontro meu templo". Por fim, no entanto, reconhece que ainda está se preparando para lidar com o Tarô. □

JÓIS ALBERTO

FUTEBOL II

Pique e raça das craques driblando o preconceito

Quando elas entram em campo, em meio aos muitos aplausos ainda escutam um certo corinho irreverente: "Sapatão! Sapatão!". Elas não dão bola, e, assim que a partida tem início, mostram a todos que não adiantam as críticas e argumentos desfavoráveis à presença da mulher no futebol: «as garotinhas», como diria o entusiasmante Osmar Santos, "sabem lidar com a gorduchinha". Driblam, dominam no peito e fazem gols. O público vibra. O entusiasmo é dobrado: tanto porque, sem dúvida, jogam bem, como ainda pelo fato de ser mais um espaço conquistado pela mulher. Nesse sentido, o proprietário da Drogaria Guararapes, José de Paiva Torres, que patrocina um

dos melhores times de futebol feminino natalense — o «Drogaria Guararapes» — é taxativo: "Ridículo é quem ainda tem preconceitos contra o futebol feminino".

Ele não apenas acredita que está se acabando o preconceito, como também garante que, no mundo do esporte amador, o futebol feminino é a modalidade que tem mais possibilidades de arrebatar multidões para os estádios. Por ora, atrai um público pequeno. Em clássicos, porém — e já existe o clássico, que é a acirrada disputa entre o time da Guararapes e o da Empresa Cidade do Sol — o público já atinge centenas de pessoas, tanto do sexo masculino quanto do feminino. O que desmente a informa-

Cheque pré-datado

RAIMUNDO SOARES

Pela lei brasileira, de três modos se impede a realização do cheque: pela insuficiência ou falta de provisão, pela frustração do pagamento (contra-mandado) e pelo desvirtuamento de sua finalidade. Neste último se inclui a figura do cheque quando deixa de ser ordem de pagamento para caracterizar-se como título de crédito.

Nesta hipótese, o credor recebe o título, sabendo-o a descoberto e como pagamento. E, além disto, também há a prática de exigí-lo do devedor uma garantia do débito. Em todos estes casos, a vítima se converte em co-autor, do ponto de vista penal.

O Código Penal de 1940 incluiu esses ilícitos na figura genérica do estelionato. O novo Código mantém todavia somente a frustração do pagamento como estelionato e a emissão sem fundos está ali tipificada como falsidade documental, com agravação da pena.

Com estas noções preliminares queremos tratar do alarmante índice de cheques a descoberto registrados neste último trimestre e que apavoram principalmente os comerciantes e desmoralizam o instituto.

A causa principal vem sendo apontada como a crise, em que nos debatemos. Quanto à prevenção do mal, todos sabemos quão difícil é estabelecer medidas que evitem o problema. O sistema brasileiro é essencialmente punitivo, tanto na esfera administrativa e fiscal quanto na do direito penal. Multas, impedimento de abertura de novas contas ou manter contas de depósito, pena de reclusão, são algumas dessas medidas, ao que parece sem resultados práticos. A consequência é o total desprestígio do instituto, a tal ponto que é cada vez mais freqüente o aviso nos estabelecimentos comerciais de que não se aceitam cheques, malgrado configurar este aviso contravenção penal, mantida no novo Código de Contravenções Penais.

Mas o que aqui desejamos realçar é o problema relacionado com o desvirtuamento do cheque, ou seja sua conversão de ordem para promessa de pagamento. Não é a mesma situação da chamada extorsão indireta, constitutiva de crime, em que alguém é obrigado a emitir um cheque em garantia de pagamento.

No caso do cheque pré-datado, o credor, aceitando-o para descontá-lo no Banco em dia posterior à emissão, concorre evidentemente para descaracterizar o cheque. Com isto, deixa de haver o crime de estelionato que assenta na boa fé do favorecido surpreendido pela manobra ardilosa do agente. Isto é que muita gente não sabe e precisa saber, porque, na me-

didada em que se tome consciência do caráter não criminoso do evento, eliminando a força intimidante em que se apóia o compromisso de cobertura, essa prática, responsável também pelas alarmantes estatísticas registradas, será abandonada fatalmente.

Pois esse entendimento vem de ser confirmado em recente decisão do Supremo Tribunal Federal.

Aliás a Corte Excelsa apenas homologa sua iterativa jurisprudência, quando afirma que a falta de provisão de fundos não configura o crime de estelionato, se o cheque é emitido como garantia de dívida, cliente o beneficiário desta particularidade e aceitando-o para apresentação ao sacado em data posterior.

Nos tribunais inferiores a matéria não era pacífica. Argumentava-se que, mesmo na hipótese apresentada ao julgamento do Supremo, não importava saber se o cheque fora emitido como promessa ou ordem de pagamento. A simples emissão do cheque a descoberto já ensejaria o crime, tese fulminada no Supremo Tribunal. E com inteira razão, a menos que se modifique a lei: se o crime de estelionato pressupõe o dolo específico, isto é, o ardil para surpreender a boa fé de terceiro, tal não se dá no caso do recebedor de cheque frio. Aí não há vítima, mas co-autor, como está expresso no direito francês.

A verdade é que é muito difícil, senão impossível, por mais rigorosas que sejam as medidas punitivas, garantir a incolumidade do cheque, meta ainda não alcançada em qualquer parte do mundo, como lembra Othon Sidou. E é dele ainda a referência do exemplo de Londres, onde a emissão de cheque sem fundos tornou-se uma indústria altamente lucrativa, estimando-se em algumas lojas um prejuízo de 2 a 3 por cento do faturamento. Segundo Sidou, existe mesmo um mercado para a venda de talonários roubados a pessoas com coragem de utilizá-los.

Esse problema chega hoje a ser inquietante entre nós. Mas não partilhemos, pela experiência internacional, da tese dos que advogam um direito penal do cheque ou ainda proteção penal do cheque.

Sob este aspecto perfilho as palavras de Sidou: o direito penal do cheque e a proteção penal do cheque têm por tônica reprimir, enquanto a proteção legal visa a manter a pureza do instituto, a expurgá-lo de vícios, assegurando-lhe as condições que o capacitam a desempenhar com um mínimo de desconfiança, prevenção ou receio, o importante papel que ainda lhe está reservado nas atividades econômicas modernas.



As craques do Drogaria Guararapes

ção de que as mulheres não gostam de futebol feminino. Vez por outra, as jogadoras participam de preliminares como aquela em que antecederam, no Castelão, o jogo Flamengo contra a Seleção do RN, onde milhares de pessoas as viram jogar.

Mas o grande estímulo veio este ano, agora no início do segundo semestre, quando a FNF patrocinou o 1.º Campeonato de Futebol Feminino do RN. O título foi disputado pela Guararapes e sua rival, Cidade do Sol. A favorita era a primeira. Além desses dois, tem mais quatro times: **Palmeiras**, das Rocas; **Flamengo**, de Petrópolis; **Vênus**, da Cidade da Esperança e **Pinheiros**, de Dix-Sept Rosado. Óbvio que as equipes que chegaram à grande final foram aquelas que contam com patrocínio de empresa privada, enquanto as outras, times de bairro, enfrentam dificuldades maiores. A maior parte desses times pioneiros começaram a ser formados há cerca de três anos. Antes do Campeonato, limitavam-se a modestas apresentações em torneios e amistosos.

José de Paiva destaca que, na primeira fase do Campeonato, o Drogaria Guararapes ganhou a primeira Taça Cidade do Natal, da FNF, com o time formado por: Nailda, Sílvia, Aparecida, Katari, Lourdinha, Dore, Neca e Célia, Selma, Margareth e Neta.

BELEZA E TALENTO — Uma partida de futebol feminino tem duração de 70 minutos, dividida em dois tempos de 35 minutos, e é disputada com

uma bola menor e mais leve — número 4, entre 340 e 390 gramas. Em poucos Estados, como por exemplo o Rio de Janeiro, elas já são semi-profissionais. Num dos melhores times de lá, o Radar, uma titular ganha uma média de Cr\$ 60 mil mensais, pagos pelo Banco do Rio de Janeiro, que paga Cr\$ 6 milhões mensais de patrocínio ao clube. A Fifa, por sua vez, despertada para as potencialidades dessa modalidade, está organizando uma primeira Copa do Mundo, que será realizada já no próximo ano.

Já que o RN é um dos poucos Estados, onde, vencido o machismo, já há um certo incentivo: patrocinadores, simpatia da FNF e de parte da imprensa, há, portanto, possibilidades de colocar jogadoras na Seleção Brasileira. Até porque, entre os **marmanjos**, e especialmente após o irrequitado Marinho, está meio difícil enviar jogadores potiguares para a Seleção Masculina. E para a Seleção Feminina já desponta uma artilheira, Célia, também do Guararapes, que nesse primeiro Campeonato foi quem marcou mais gols: 40. Além do mais, seu time, enquanto a maioria das equipes estão pouco acima do medíocre, marcou 101 gols prós e sofreu cinco. Daí, porém ser tiradas outras minas.

Aliás, elas não marcam gols apenas em campo, mas em suas vidas particulares. Por exemplo: duas jogadoras do Guararapes se casaram. Na realidade, talvez seja gol contra. Porque a vida de casada exige renúncias, e as duas tiveram que abandonar a equipe.

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan "pensou em construir, pensou na Saci", já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa "na hora de construir, pensam na Saci". E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

QUEM AMA O FUTEBOL — Ao ser formado, há cerca de três anos, o nome do Drogaria Guararapes era Santa Cruz. Como qualquer equipe de esporte amador, logo se viu às voltas com dificuldades financeiras. Dois dos dirigentes do time, Carlos Antônio e José de Oliveira, procuraram o proprietário da Drogaria, José de Oliveira, que também é desportista e torcedor do ABC, e este topou a parada e investiu na equipe. Assim, foi eleito o presidente do time, que trocou de nome. Embora não pague nenhuma espécie de remuneração às jogadoras, já que são amadoras, ele contribui com transportes, camisetas, meias e outros materiais esportivos. **O bicho** vem em forma de presentes. Ele afirma que o faz, antes de mais nada por causa do seu amor ao esporte amador, especificamente ao futebol.

Porém, enquanto Paiva gosta tanto do ABC, quanto do futebol feminino, uma torcedora abecedista, Stela Dantas, ex-chefe da torcida «Garra Alvinegra», afirma que não gosta de futebol feminino. Ela acha que futebol é um jogo muito masculino e, que por isso mesmo, também pode tirar a feminilidade da mulher.

Quem não concorda com essa opinião é a lateral direito Sílvia, do time da Drogaria. Ela, atualmente com 16 anos, começou a jogar há três anos, e também torce pelo ABC:

“A minha família nunca me criticou por eu ter escolhido essa profissão”, conta, mostrando confiança quando fala em «profissão» porque acredita que um dia possa se tornar profissional, e que isso venha ocorrer a curto prazo, “daqui a uns quatro anos”. Até mesmo seu namorado, confessou, não se importa por ela jogar futebol e que, pelo contrário, dá a maior força. Quanto às observações de que uma bolada nos seios pode criar obstáculos para as mulheres que se interessam pelo esporte, ela respondeu, desembaraçada, que até agora isso não representou problema nem para ela nem para suas amigas: “É muito simples: quem é craque domina no peito”.

A DISCIPLINA DA MULHER — O técnico Koemo Barbosa, no time desde seu início, confessa que no princípio foi difícil. Mas como teve sorte de pegar jogadoras que levavam jeito para o futebol, todas talentosas, as dificuldades foram logo superadas. Afinal, eram garotas que desde pequenas brincavam de bola. “Além



Sílvia quer ser profissional

do mais”, afirma ele, “a mulher é mais disciplinada do que o homem, e aprende com facilidade as regras do jogo”. Essas regras, no geral, são iguais às do futebol masculino, levando-se apenas em consideração a estrutura física das jogadoras, que determinam bola e tempo de partida menores.

“A equipe é quase como uma grande família”, conta ele. “Três irmãs são parentes entre si, mais três também e mais duas são de uma terceira família”. Lembra, por fim, que o plantel do time ainda é reduzido e só conta com 14 atletas, divididas em duas categorias por faixa etária: uma primeira, que inclui garotas de 13 a 18 anos; e a segunda de 18 a 21 anos. Esse é um problema, porém, que não diminui o carisma e a garra da atuação do seu time. □

CRISE

Comércio exige revisão urgente da lei salarial

É necessário se rever por completo a política financeira do País, especialmente a política dos salários. Este é, por agora, o pensamento dominante no comércio de Natal. Com prejuízos crescentes que não chegam a ser solucionados com a drástica dispensa de mão-de-obra, o comerciante é hoje um homem cauteloso a respeito de novos investimentos no setor, e chega a temer pelo futuro dos seus negócios numa conjuntura de crise que afeta o mercado consumidor como um todo. Um único autor é apontado para este drama: o decreto-lei 2.065,

instituído em outubro de 83 e que dispõe que os reajustes salariais sejam praticados sempre abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC. Vale dizer: que os salários subam menos que a inflação.

O resultado de tudo isso é uma profunda redução de vendas no comércio, vez que o público passa a dispor de menos dinheiro a cada novo mês e é obrigado a reduzir suas despesas a níveis próximos do não-consumo, no esforço de não furar o orçamento.

“Todo o poder aquisitivo da classe média acabou”, diz Paulo de Paula, presidente do grupo Galvão Mesquita/Casa Lux, em comentário a respeito do decreto-lei 2.065. Lembra que esse decreto foi criado visando dois objetivos: combater o déficit dos orçamentos das empresas estatais e reduzir os elevados índices inflacionários. Em ambos os casos, observa, o decreto revelou-se um completo fracasso.

Quanto aos prejuízos resultantes do decreto salarial, afirma que eles não se limitam apenas à área do comércio, mas estendem-se a todos os setores produtivos, quer sob a forma de inadimplência, quer sob os níveis de venda, que caíram a patamares sem precedentes nesses últimos 20 anos.

Paulo de Paula é de acordo que o



Genival : política inflacionária

salário é fator inflacionário, haja vista que participa como elemento no processo de produção, mas argumenta que não se deve combater a inflação nesse componente. Revela-se partidário de reajustes salariais compatíveis com a variação do INPC, vez que a classe média já anda assoberbada com os diversos impostos — a maioria dos quais, indiretos. Se os salários seguem sendo reajustados abaixo do INPC, isso resulta em prejuízo até para o próprio Governo — que arrecada menos — sem falar no consumidor e no comerciante.

CAPITAL X TRABALHO — Mas a revogação pura e simples da atual política dos salários não resolveria tudo, conforme Paulo de Paula faz questão de frisar. Em seu entender, essa revogação terá de ser acompanhada por outras medidas que gerem emprego, pois destaca que num primeiro momento, o empregador seria onerado em sua folha de pagamento. Reivindicando uma total revisão da política econômica nacional, inclusive em termos de negociação da dívida externa, Paulo de Paula critica os exagerados incentivos que estão sendo oferecidos pelo mercado de capi-



No comércio, quase o não-consumo

tais em detrimento dos setores produtivos. “A atual política econômica está sufocando trabalhadores, empregadores e Governo. Apenas os setores de exportação e financeiro estão com alguma folga”, diz.

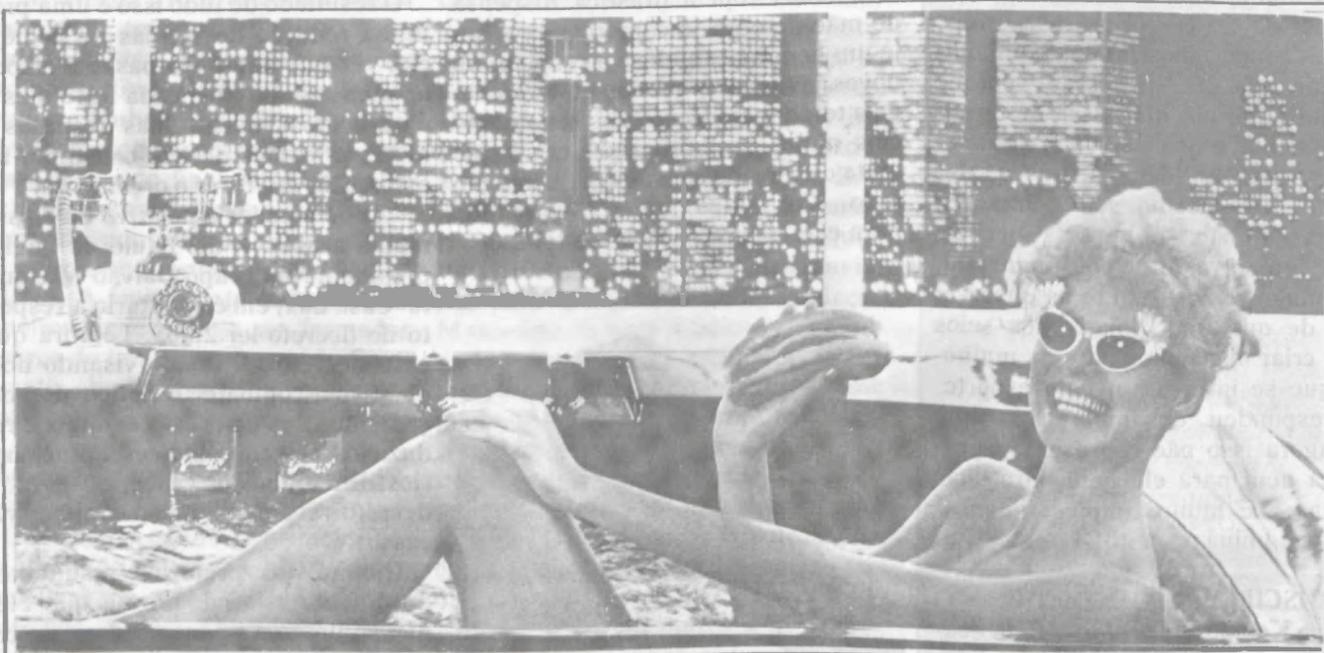
Na opinião do presidente do grupo Galvão Mesquita, o fato de algumas

empresas estarem fazendo vistas grossas ao decreto 2.065, concedendo aumentos maiores a seus empregados, encontra sua contrapartida em outras empresas que negociam salários abaixo do previsto naquela lei. Nenhuma das duas medidas é salutar. Para ele, o ideal seria que o

CODIF TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira
Fone: 222-3571 — Natal-RN

País voltasse a crescer, a gerar riquezas, com incremento à produção, não ao capital. Quanto aos altos juros que o Brasil está pagando ao exterior, Paulo de Paula acha que tal situação não pode durar. Para ele, é preciso que os juros sejam deduzidos da inflação americana, como defende o professor Kanitz, um economista paulista: "Só assim, haveria alguma folga de divisas, que poderiam ser empregadas no reaquecimento da economia interna".

SALÁRIO DEFASADO — "O decreto 2.065 está preterindo o desenvolvimento do País, porque a classe consumidora foi achatada por ele". A afirmativa é do empresário Heider de Mesquita, da Casa Rubi. Em sua opinião, os salários deveriam subir de acordo com o nível da inflação, pois no momento o que se tem, de fato, são salários defasados, consequência dos estímulos que são dados à exportação, em prejuízo do mercado nacional".

Heider observa que, se todo mundo ganhasse mais, consumiria mais, e acentua que a suspensão do pagamento dos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no mês passado, pelo Ministério da Educação (em retaliação à greve da categoria a nível nacional), teve reflexos desastrosos no comércio natalense, haja vista que cerca de Cr\$ 4 bilhões deixaram de circular no Estado naquele mês.

JUROS ALTOS — Confessando não estar muito a par da discussão que se trava no momento acerca da necessidade da revisão da atual política dos salários, o empresário Zildamir Soares, também presidente da Federação de Clubes dos Diretores Lojistas, diz-se totalmente a favor da revisão do decreto 2.065, "para realimentar o comércio". Quanto à alegação de que os salários são inflacionários, Zildamir contra-argumenta: "O que alimenta a inflação são os juros altos e os aumentos dos serviços das estatais". Afirma, ainda, que a situação do comércio é de crise, pois "não há empresa que chegue ao dia 1.º sem reajuste de tabela".

"O decreto-lei 2.065 está provocando uma defasagem muito grande no poder aquisitivo do trabalhador. A continuar essa política, chegaremos todos a um salário zero. É urgente uma revisão desse decreto". A frase é de Genival Inocêncio, presidente do Sindicato dos Comerciantes

do Rio Grande do Norte. Genival pleiteia reajustes salariais acima do INPC, ressaltando que aquele índice não retrata a realidade da inflação brasileira. Observa que, se o decreto tem sido danoso para o comerciante em termos de venda, suas consequências têm sido sumamente desastrosas em termos de qualidade de vida dos cerca de 23 mil empregados do comércio do Estado, cujo maior contingente — 20 mil — está ligado ao comércio natalense.

Na visão de Genival, o argumento levantado pelo Governo no sentido de que os salários são fatores alimentadores da inflação (por isso devem subir menos que ela) não traduz a verdade. "Inflacionária é a política financeira", rebate, dizendo-se perplexo com o que acontece no mercado de capitais, onde o dinheiro é especulado a taxas de 15 por cento ao mês,

sem que isso se traduza em qualquer tipo de atividade produtiva.

PERFIL DO COMERCIÁRIO — Traçando um rápido perfil do trabalhador do comércio natalense, Genival diz que a situação dele é uma das mais vexatórias em termos de categoria no País. Sua faixa salarial situa-se, na maioria, entre 1 e 2 salários-mínimos. E as informações que chegam ao Sindicato, tratam invariavelmente de dificuldades vividas no dia-a-dia do comerciante: falta de emprego, salário defasado, conta de água e luz atrasada, etc. Para Genival, o comerciante é um trabalhador muito desprestigiado, assoberbado com contas para pagar, temendo a rotatividade do comércio que funciona como fator de desemprego, e vivendo sem tempo para desfrutar o lazer que todo trabalhador merece. □



Subsistência com a mineração

MINERAÇÃO

Projeto Garimpo absorve mão-de-obra da emergência

Pioneiro no setor de cooperativismo mineiro desde 1979, quando foram implantadas as cooperativas dos mineradores de São Tomé e Cerro Corá, o Rio Grande do Norte já estabeleceu uma verdadeira tradição nesse setor, que se encontra em fase de expansão acelerada, vez que outras cooperativas similares estão sendo implantadas. Com tais medidas, o Estado coloca-se à altura das exigên-

cias do mercado importador — nacional e estrangeiro — de minérios, do qual o Rio Grande do Norte é um dos maiores produtores do País, considerando-se suas jazidas de scheelita, berilo, água-marinha, feldspato, diatomita e outros, todos considerados «estratégicos» e, como tais, com cotação em alta nos grandes mercados.

Nesse contexto, o Projeto Garimpo, ora em fase de expansão em seis mu-

ncípios potiguares — Parelhas, Equador, Tenente Ananias, São Tomé, Cerro-Corá e Lages — destaca-se das experiências anteriores na área de produção de minérios por se constituir num plano de longo prazo e que, já no presente, exibe resultados positivos. De fato, desde sua deflagração até março deste ano, o Projeto tinha feito investimentos da ordem de Cr\$ 195 milhões e obtido uma receita de cerca de Cr\$ 291 milhões.

A utilização da mão-de-obra das «frentes de emergência» em áreas tradicionalmente mineiras constitui a idéia-motor do Projeto Garimpo, gerado nos laboratórios da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais — CDM —, que cede todo o material necessário ao trabalho nos garimpos: compressores, veículos, explosivos, caixas, batéias e capacetes, além de assistência técnica e controle de pessoal.

REMUNERAÇÃO — Consolidar as cooperativas e, conseqüentemente, evitar que o pequeno minerador caia nas mãos dos atravessadores, tem sido duas preocupações prioritárias do Projeto Garimpo. A par disso, garantir a subsistência do minerador durante o período que antecede efetivamente a produção e comercialização do minério, é outro aspecto importante do Projeto. Para tanto, é assegurada uma remuneração fixa mensal de Cr\$ 15 mil e mais 50 por cento da produção ao garimpeiro, enquanto 40 por cento do total produzido nas minas são destinados a um fundo rotativo (para ser posteriormente reaplicado no projeto) e os 10 por cento restantes vão para o proprietário da terra onde se executam os trabalhos de garimpagem.

Quanto aos Cr\$ 15 mil que o minerador recebe mensalmente, remanescente das «frentes de emergência» constituídas nos períodos de seca no Nordeste, não têm faltado reclamações. Os mineradores querem que essa remuneração seja, no mínimo, dobrada, haja vista que têm família e, evidentemente, obrigações diárias com alimentação, aluguel, transportes. A reivindicação poderá ser atendida nos próximos meses, se concretizada a liberação de recursos do Programa de Ajuda ao Pequeno Minerador — Fundeminas —, extraídos do Imposto Único sobre Minerais e que permitirão a suplementação de mais Cr\$ 15 mil ao trabalhador mineral, pagos até que ele encontre o minério.

De acordo com Dario Pereira de Macedo, diretor-presidente da CDM, o Projeto Garimpo encontra-se desacelerado por agora em virtude da chegada do inverno, já que o pessoal engajado no projeto está aproveitando o período das chuvas para plantar. Mas já em setembro próximo, com a chegada do verão, o Garimpo será novamente acelerado, quando se tornará uma opção de melhor remuneração para o agora agricultor das regiões ricas em minérios.

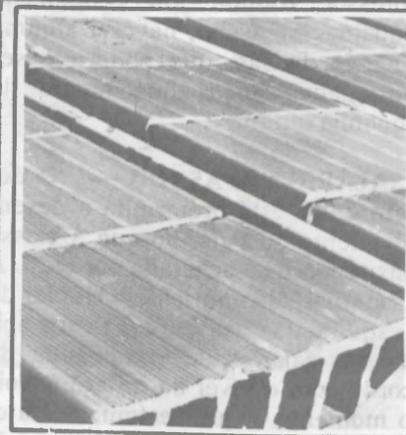
EVITANDO ATRAVESSADORES

— Dario Pereira ressalta que os minérios produzidos pelas cooperativas ligadas ao Projeto Garimpo têm compradores garantidos. Tanta é a procura, diz, que alguns compradores vão ao próprio garimpo para comercializar o produto diretamente com o minerador. Os minérios mais procurados, por enquanto, são a tantalita, a scheelita, o berilo e a água-marinha, que em sua maioria são exportados para o exterior do País. Isso porque a indústria nacional ainda não tem condições de aproveitar todo o potencial desses minérios, utilizáveis nos mais diversos setores industriais — desde os instrumentos odontológicos até as cápsulas espaciais.

No entanto, para evitar que o minerador seja ludibriado pelos intermediários, a CDM orienta as cooperativas, acerca das cotações dos preços de mercado, através de técnicos que são deslocados periodicamente ao campo. O resultado desse trabalho de assessoramento, segundo Dario Pereira, tem sido extremamente positivo, tendo em vista que algumas cooperativas já têm vida própria e já sabem se defender dos assédios dos intermediários, que representam grupos nacionais e multinacionais importadores. Outro detalhe importante do Projeto Garimpo, conforme frisa o diretor-presidente da CDM, tem sido traduzido na formação de uma mentalidade mais técnica entre os participantes.

Dario Pereira observa, ainda, que já não há o que discutir em torno da viabilidade do Projeto, tantos foram os resultados positivos alcançados. A tendência agora, acrescenta, é perpetuar o projeto, dando condições aos próprios garimpeiros, de cada uma das regiões minerais, de produzirem e adquirirem os meios de subsistência, fixando-os à terra e desenvolvendo neles uma mentalidade de comunidade por intermédio das cooperativas. □

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Telex: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

O Rio Grande do Norte e a queda do ICM

GARIBALDI FILHO

A questão não vamos dirigi-la, apenas, ao Secretário da Fazenda, mesmo sabendo que o problema pode parecer envolver especificamente o desempenho daquela Pasta. A exemplo das vezes anteriores, em que abordamos o problema da queda de arrecadação do ICM do Estado, comprovada por novo boletim do Ministério da Fazenda, achamos que o problema deve merecer uma reflexão mais ampla e um debate mais aprofundado.

É que, agora, estamos com os números fechados do primeiro semestre de 1984, onde se mostra que o Rio Grande do Norte não mais alcançou o penúltimo lugar no crescimento da arrecadação do ICM ganhando apenas, para Sergipe, mas sim o último, o 26.º, a despeito de ter reagido, no mês de junho, ficando no 8.º lugar, ainda, assim, atrás do Piauí.

É que gostaríamos, também, que o debate não enveredasse para aquela coisa, pequena e radical, como o Governo respondeu às nossas colocações depois daquele nosso artigo de RN/ECONÔMICO: "Um modelo, dilema do RN". A comparação que fizemos com o período do Governo Cortez Pereira foi sugerida por analistas econômicos, e não por nós, motivados pelo fato de que, no período 70-74, alcançara o Rio Grande do Norte não o último, e sim o primeiro lugar em aumento de receita tributária direta.

É bom este esclarecimento inicial. A polêmica deve ser dirigida para outros aspectos da questão, de modo que ficassem diagnosticadas outras causas, além daquelas já identificadas, como sejam a recessão e a seca.

A seca, entretanto, não se repetiu em 84 e não devemos ficar, a despeito de suas lições e sequelas, curtindo, eternamente, as suas conseqüências e os seus desdobramentos.

Por isso, estamos novamente cobrando um debate mais profundo, quando cada um deve dar a sua contribuição, a exemplo do que foi feito por nós e pelo ex-Governador Cortez Pereira, ao tratar do problema, nesta revista, que é um fórum de debates econômicos, com o seu artigo "No Pódium do ICM".

Que venham o Governo do Estado, a Federação das Indústrias, do Comércio, dos Diretores Lojistas, da Agricultura, do setor mineral, cada um dizer porque o Estado ficou tão pobre e tão débil economicamente!

Querem um exemplo do que poderia estar acontecendo, se estivesse o Governo, sobretudo ele, mais conscientizado da gravidade deste problema, que, afinal, redundaria na falta de uma resposta mais adequada do setor produtivo do Estado? Citariamos o problema da comercialização do algodão. É notório o fato da falta de recursos, principalmente para as Cooperativas atuarem, neutralizando a ação de empresas que apelam para manobras baixistas. Mas não é só isso. Na medida em que há uma comercialização mais desenvolta não lucram, apenas, os produtores, as Cooperativas, os maquinistas, as indústrias têxteis, mas o próprio Estado, na arrecadação do ICM.

Qual a providência, entretanto, para que estes recursos se mostrem adequados á dimensão da nossa safra, evidentemente, muito superior á do ano seco anterior? Em termos de Nordeste, poderá ser de 170 mil toneladas em pluma contra 90 mil do ano anterior. Neste caso, o Ceará que, também, não anda muito bem colocado na tabela do ICM, está partindo na frente, lutando aguerridamente por recursos junto aos Bancos do Brasil e do Nordeste. Está todo o chamado mundo cearense brigando, desde o Governador ás entidades de classe, por mais recursos para a comercialização do algodão.

No Rio Grande do Norte não se registra movimento semelhante, mesmo sabendo-se das dificuldades para a comercialização do algodão. Neste aspecto do algodão estamos perdendo o elo que nos diferenciava dos outros pólos produtores. Não é só o bicudo que começa a entrar aqui, enquanto esperamos pelos sempre retardatários recursos federais. É o nosso algodão seridó, o mocó, o fibra longa, que não encontra nenhum estímulo, nem se proporcionou recursos para os campos novos.

Sabemos que os recursos para a comercialização esbarram em outras definições assentadas peio modelo federal. Os empréstimos EGF's são, agora, cobrados com correção monetária, não havendo aquela disponibilidade para as Cooperativas.

Isto é, apenas, um exemplo, para um debate que não deixa de envolver problemas mais específicos da Fazenda Estadual, como a sonegação e a proliferação de firmas fantasmas.

É novamente uma tentativa para que elevemos o nível do debate. Se é que há debate.



Epifânio: ossos do ofício



Paulo Macedo: elogios

PERFIL

A notícia agora está “in” para o colunismo social

O ministro César Cals desceu do avião no Aeroporto Augusto Severo, em uma tarde de quinta-feira, 2 de agosto. Do grupo de jornalistas que cercaram o ministro para a entrevista coletiva, um — que conversava animadamente com os políticos presentes ao local — se destacava. Tratava-se de um colunista social, jornalista que difere da maioria. O colunista é mais elegante, se veste com apuro, é discreto ao coletar a notícia, não se afoba facilmente. Transita entre os donos do poder com a desenvoltura de quem conhece muito bem onde está pisando. Pisando e muito firme, por sobre a humildade dos colegas. Enfim, é um profissional da comunicação que convive com as pessoas que são notícia, e se esmeram em diminuir a natural diferença que existe entre eles e a fonte da informação.

O cronista social, pode-se dizer sem o menor constrangimento, é

chique. E para manter tal **status**, é necessário que aceite alguns presentes e favores prodigamente distribuídos pelos caciques da sociedade local. Convive, por isso, com um estigma terrível em qualquer profissão: o do oportunismo. Quando perguntados se aceitam presentes, a maioria diz que não, mas alguns admitem que recebem e até acham justo que recebem, como é o caso de Anna Maria Cascudo Barreto, de «A República», que justifica sua atitude com a seguinte explicação: “Se alguém quer me dar algum presente, obviamente é porque gosta de mim. Então, não tenho como recusar”. Entre os colegas jornalistas, o cronista social sofre um preconceito muito forte para ser negado. E é comum nas escolas de comunicação, tentar ofender um estudante dizendo que ele vai ser colunista social.

O simples fato de alguém lidar com

um trabalho que implica em promover pessoas, torna bastante suspeita tal atividade. E fica difícil tentar provar o contrário. O colunista sente isso na pele. Há que se acrescentar, também, que o ar afetado que colunista fatalmente ostenta transforma-o imediatamente em alguém discriminado pela maioria, e em decorrência, comentários desfavoráveis a respeito de sua inteligência são comuns. Sejam verdade ou não.

A POPULARIDADE JUNTO AO PÚBLICO — De todas as partes que compõem um jornal, a crônica social é uma das mais lidas pelo grande público, e a explicação, segundo o escritor Alex Nascimento, é “o profundo gosto pelo fuxico que todo ser humano tem”. Explicações curiosas à parte, Anna Maria conta que vislumbrou, certa vez no gabinete de Wellington Medeiros, diretor do jornal em que trabalha, uma pesquisa em que seu nome constava na cabeça da lista como a mais lida das mulheres que fazem crônica social em Natal. O segundo lugar, provavelmente, fica com Hilneth Correia, já que não existem outras mulheres no páreo.

Atualmente, no País inteiro, existe

Não troque de mulher. Troque de ambiente.

É bem provável que a melhor mulher do mundo esteja pertinho de você, todos os dias. E talvez você nem desconfie. Experimente fazer um convite a sua mulher para uma esticada no Tahiti. Vai ser uma tremenda lua-de-mel, independente dos anos de casados.

E ela vai dar em dobro todo o prazer recebido.

MOTEL TAHITI

O paraíso é aqui.

uma preocupação em se discutir e analisar seriamente o tipo de colunismo que vem sendo feito corriqueiramente. O normal é que se dê muito valor ao fuxico, ao comentário pedante, às briguinhas particulares. Essa é uma receita que garante popularidade, mas não valoriza a notícia. E aí surgem algumas contradições. J. Epifânio, da «Tribuna do Norte», é um dos mais respeitados colunistas de Natal, e acredita que o jornalismo moderno não aceita mais o colunismo que se preocupa em comentar a beleza, o sapato, a roupa ou o perfume que alguém usa em uma festa. Porém, em nota publicada na «Tribuna do Norte» de 9 de agosto, intitulada «Falta de Respeito», tece o seguinte comentário: "Nesta tecla continuarei batendo. Coisa de quem nunca alisou bancos escolares. Por exemplo: ir à casamentos de gente importante em mangas de camisas. Meses atrás, eram os rapazinhos; hoje, são os senhores que assim comparecem levando as mulheres de lado, bem arrumadinhas, bem penteadas e maquiadas". Ossos do ofício.

Ainda assim, para J. Epifânio, o mais importante é valorizar a notícia, e acrescenta: "O colunismo, hoje, é uma fonte segura de informação". Ao comentar sobre o trabalho que vem sendo feito pelos seus colegas, J. Epifânio prefere restringir as críticas a alguns colunistas que utilizam termos **estranhos** em suas colunas. Precavido, evita tocar em nomes, mas insiste em deplorar o uso deste tipo de linguagem. Talvez se refira ao uso de palavras estrangeiras ou gírias, por vezes encontradas nos jornais da cidade.

O NOVO COLUNISMO — Em junho, aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional de Cronistas Sociais. Primeiro sinal de que a categoria começa a se preocupar com o seu futuro. O Encontro foi patrocinado pela Primeira Dama, D. Dulce Figueiredo e, na ocasião, foram debatidos diversos aspectos do colunismo. Entre outros assuntos, foi largamente discutida a questão da linguagem e da forma como deve ser feito o novo colunismo. Ficou clara a intenção de se valorizar mais a notícia, em detrimento das fofocas habituais.

No entanto, torna-se difícil desvincular o colunismo desse recurso tão enraizado nas cabeças dos que o fazem. As damas da sociedade e os ricos produzem farto material para tal assunto. E são, assim, a base do

trabalho de qualquer colunista que se preze. Um depende dramaticamente do outro. A colunista Anna Maria não esconde a necessidade de uma constante afinidade com as damas do **high society**. Mesmo porque, sem elas, seria praticamente impossível manter o nível de curiosidade em torno de sua coluna.

Anna Maria divide a função de colunista com a de Procuradora de Justiça. Acreditando-se pioneira, pois começou o colunismo aos 13 anos de idade, fazia crítica de música na época da bossa nova. Foi, também, a



Anna: sem recusar presentes

Promotora de Justiça mais jovem do Brasil. Para ela, o colunista só é atual se falar de "política, modas, turismo, beleza, atualidades e, ainda por cima, lembrar os aniversários dos amigos".

Anna Maria comenta o trabalho de seus colegas da seguinte forma: "O trabalho desenvolvido por Hilneth Correia tem outra ótica, é diferente do meu; Paulo Macedo é sóbrio, discreto, não costuma pichar as pessoas, não faz o gênero «oba-oba», prefere informar os acontecimentos com poucas palavras; J. Epifânio é dono de uma coluna movimentadíssima, muito informativa, promove locomotivas da sociedade, sem esquecer lideranças emergentes; Adalberto é muito importante pelo seu trabalho de promoções e animação do carnaval; e J. Oliveira é a revelação do colunismo jovem".

SERIEDADE, SIM — Segundo Paulo Macedo, do «Diário de Natal», o colunismo social é um tipo de jor-

nalismo como outro qualquer. No seu entender, não há diferença entre seu trabalho e o dos outros colegas. E, no que faz, a seriedade é a marca registrada. Não costuma utilizar o que ele chama de **linguagem agregada**. O que parece uma forma mais sutil de repudiar o que J. Epifânio chamou de **termos estranhos**. E a primeira coisa que Paulo Macedo tenta deixar claro é a finalidade da sua coluna que, segundo ele mesmo, "é servir à comunidade. O colunismo", adianta, "reflete tudo aquilo que a comunidade deseja".

Paulo Macedo pertence à Academia Norte-riograndense de Letras — com apenas um livro publicado — e exerce, ao mesmo tempo, o trabalho de cronista. Afirma que não há nenhuma disparidade entre uma função e outra, pois, no seu entender, as duas se completam. Seu trabalho de cronista social transforma-se, assim, em uma extensão de sua atividade de acadêmico. Perguntado se o colunismo é uma atividade que carrega nas tintas do oportunismo, responde, com uma certa irritação, que isso não existe: "Não há tráfico de influências no colunismo; o fato de alguém ser elogiado em minha coluna significa que esse alguém mereceu". Ao finalizar a entrevista, dá uma aula de como deve ser feita uma reportagem: envia-se 5 ou 6 perguntas ao entrevistado, bem datilografadas em papel ofício. E o entrevistado, então, terá condições de responder com maior cautela.

COLUNISTAS INTERINOS — O colunismo goza de algumas sutilezas, entre elas a de fazer parecer que os colunistas formam uma classe dentro de outra; mais precisamente, sobre outra. Contudo, no meio de todo este vendaval de críticas, fofocas, apoios incondicionais e elogios rasgados, estão os que apenas tentam se divertir um pouco bancando a pose de colunista social que nunca foram, nem pretendem ser nunca. É o caso de Vicente Serejo e Alex Nascimento. O jornalista Vicente Serejo, por força das circunstâncias se viu na obrigação de substituir Paulo Macedo, que viajara para Brasília. Criou, então, a figura de Jacinto de Campos, que alcançou um relativo sucesso no «Diário de Natal». A própria condição de interino o deixou bastante à vontade, como ele mesmo explica, para tentar novas experiências no ramo.

Foi assim que os até então «incolunáveis» **gauleses** passaram a fre-



Cadeira cativa para primeiras-damas

qüentar o restrito espaço da coluna social. Os verdadeiros deuses da coluna social não precisaram se zangar por muito tempo, pois, legítimos donos daquele espaço sagrado, puderam voltar logo ao seu olimpo com o retorno do titular ao seu lugar de direito.

Para Serejo, ficou a experiência de ter participado de uma etapa diferente da sua profissão. "Jacinto de Campos foi uma coisa boa para mim", diz Serejo, "na medida em que me enriqueceu profissionalmente e me divertiu enquanto trabalho". Serejo afirma que foi muito importante, também, a ajuda prestada por sua mulher, Rejane Cardoso, que emprestava algum encanto à sua coluna com os termos em francês que ele utilizava.

CRÔNICA COM HUMOR — Quem entrou nessa dança, também, foi o escritor Alex Nascimento que, ao tentar substituir Rejane Cardoso num jornal da cidade, fez o que Rejane acredita não fazer: colunismo social. Aliás, não fez, como adverte Alex, pois ao criar o original Epifaulo Maçânio, estava apenas tentando criticar, na base do humor, a pessoa do próprio colunista, que no caso era ele mesmo. Epifaulo Maçânio, então, não fazia crônica social, mas apenas uma auto-análise bem humorada, que ocupou o espaço até a volta da titular.

Alex Nascimento explica que não gosta de ler crônica social e, portanto, não sabe fazer este tipo de traba-

lho. "O colunismo que eu conheço", diz Alex, "só se preocupa em produzir fuxico. Não existe a menor preocupação em dar a notícia. Mas, se o povo adora fuxico, que se faça, ora". Ao falar de Epifaulo Maçânio, ri muito e declara: "Foi a coisa mais incrível que me aconteceu, totalmente casual. Não havia uma pessoa, no mundo, que me lizesse colunista social. Mas alguém tinha que fazer o trabalho enquanto Rejane estava fora, e mesmo sabendo que o trabalho dela não tem nada a ver com colunismo social, decidi fazer mesmo assim. E pronto; fiz e gostei".

Por aí se vê que o colunismo social carrega, em seu interior, uma série de controvérsias. Apesar de ser importante para garantir a venda do jornal, já que para o grande público lê coluna social e gosta, os colunistas exercem sua doce profissão gozando as benesses do poder, formando uma casta nas redações de jornais. E são pessoas que, ao dar a notícia, quase que se transformam em notícia também. Esse convívio íntimo com a matéria-prima de seu trabalho se não o corrompe, não o isenta de desconfianças. Se, ao caminhar elegantemente ao lado de uma bela dama do **high society**, o colunista se sentir como em seu próprio ambiente, não é de se estranhar. Se recebe presentes caros, se é convidado para jantares finos, de quebra, há sempre a expectativa de que a notícia venha com gosto de **scotch**. Legítimo ou não. □

CARLOS DE SOUZA

COMERCIAL JOSÉ LUCENA A FERRO E AÇO



A Comercial José Lucena acaba de inaugurar mais uma filial, um grande espaço de 1.700 m², especializado em ferro e aço. É mais uma alternativa que a empresa oferece ao mercado natalense (construtores, empreiteiros, serralheiros, imobiliárias, repartições públicas e ao público em geral) com a vantagem dos preços, dos prazos, da qualidade e da entrega automática com que a Comercial José Lucena sempre brindou a sua clientela. Aliada a tudo isso a tradição de 50 anos que a empresa detém na praça. Na qualidade de Distribuidora da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional — a nova loja comercializará chapas pretas e galvanizadas. De outros fornecedores venderá ferro para construção civil, ferro quadrado, chato, barras e cantoneiras. Venha visitar as instalações da mais nova filial da Comercial José Lucena. Para aqueles que sempre acreditam no nosso trabalho, garantimos precinho amigo, prazo atraente, qualidade comprovada, além de um forte abraço.

Meio século fornecendo qualidade



COMERCIAL JOSE LUCENA LTDA.

Agora também com a loja de ferro
Av. Presidente Bandeira, 882,
Alecim — Fone: 223-4820

Universitas quae sera tamen - I

PEDRO SIMÕES NETO

"... que alguém coma o passado, principalmente se este passado já morreu, ainda vá; mas esta coisa de comer o futuro!..." Don Miguel de Unamuno («A Bolsa»)

Um aluno me perguntou que importância tinha a Universidade no contexto sócio-econômico nacional. Respondi, desanimado: nenhuma. E argumentei sobre a recente paralisação que durou quase três meses, concluindo com uma nova pergunta — quem, exceto a própria comunidade envolvida, deu a merecida importância a esse fato? Houve algum constrangimento nacional? Algum traumatismo social ou econômico?

Ao invés, o Governo Central, deliberadamente, ignorou a extensão e os possíveis desdobramentos da crise, tornando pública a ameaça de punir os grevistas. E por que seria diferente, poder-se-ia indagar. Por que um tratamento diferenciado se pouca ou nenhuma importância tem os universitários para a sociedade política e a sociedade civil brasileira?

No capítulo, articulava-se, sobretudo, a estratégia do golpe final — aquele que aliviaria o estado de coma da instituição pública de ensino superior no Brasil. A Eutanásia. Uma rara oportunidade para justificar a tão desejada conversão das autarquias em fundações, iniciando-se a caminhada em demanda da privatização do ensino.

Sim, meus senhores e minhas senhoras, a Universidade brasileira está agonizando. Desde 1968, quando a submetem a cirurgia plástica, numa tentativa de reforma. Converteram-na em biônica, com todos os componentes importados, gerando um Frankenstein tropicalizado, segundo versão de Hollywood para os latinos do Terceiro Mundo: espécie de Carmen Miranda (portuguesa, vestida de baiana, com o símbolo da United Fruit na cabeça, dançando rumbas). Porque o Terceiro Mundo é todo igual. E o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.

Conclusão: o Frankenstein tropical se deixa conduzir sem maiores resistências, ao sabor dos mais variados humores, tanto do regime quanto dos seus opositores. Biônica. No epicentro do maniqueísmo. Pois, como toda criação biônica com tecnologia importada, é multinacional. Não tem personalidade. Não possui identidade. Nem caráter cultural.

ENTRE OS DOIS... — Os utilitaristas, os nossos garbosos e arrogantes pragmáticos, filhos diletos da praxis do Instituto de Tecnologia de Massachusets, de Berkeley, Stanford e alhures, querem uma Universidade eficiente. E a expressão eficiente é cheia de intenções: conduta empresarial, profissionalismo, equidistância política. Nada de tolices literárias, por exemplo. Ou de bobagens filosóficas. Um produto, precisam de um produto mensurável — eis o toque de eficiência. Ciência & Tecnologia, as chaves do Reino.

Serviços, uma mercadoria apreciada. O que querem mesmo é um Frankenstein saxão. Aculturado.

Para esses, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, seriam objetivos e não funções. As instituições de ensino superior (IES) por definição, se ocupariam com a formação de profissionais de nível superior. Comme il faut. Supletivamente, desenvolveriam pesquisas e projetos tendo em vista duplo objetivo: para engordar o currículo dos scholars (e referidos em requerimentos de pós-graduação) e, muito principalmente, para devolver os subsídios e subvenções oficiais, como contraprestação. De tal sorte que se vangloriassem de não pesar no relatório contábil dos patrocinadores.

Um utilitarismo maroto, que se realizaria não na devolução dos benefícios à sociedade, de onde provém os recursos, mas em favor de quem os manipula. Muito mais sabida é a justificativa para esta postura, despropositada e intencionalmente alienada. "Se as Universidades formassem um bom profissional, já estariam prestando um bom serviço ao país". Leia-se nas entrelinhas: que mais poderia esperar um país pobre e atrasado... senão um produto (excedente) para o mercado de trabalho?

No lado esquerdo da agonizante, os estruturalistas. Os muito íntimos de Lévy-Strauss, de Popper, de Luiz Inácio Lula da Silva e outros importantes, embora menos citados. Uma consciência crítica para a Universidade. Uma espécie de grilo-falante para a sociedade-Pinóquio, a partir da consciência de classe e da missão histórica da Universidade brasileira. Uma frente dissensual que estabelece seu ideário partindo das negativas. Alguma coisa do gênero o que não é a Universidade, o que não está correto... Uma espécie de processo dialético contínuo e interminável que investiga as contradições, aplica-lhes o questionamento, mas cujo produto conclusivo é incipiente, incapaz de fornecer matéria-prima para desenvolvimento de um esboço teórico que se afirme como antítese ao modelo dominante.

Uma Universidade morena e cabocla. Com sotaque, todavia.

Um Frankenstein/Giuseppe Garibaldi/Antônio Conselheiro/Guevara/Platão/Marx.

Com sotaque. Esperanto.

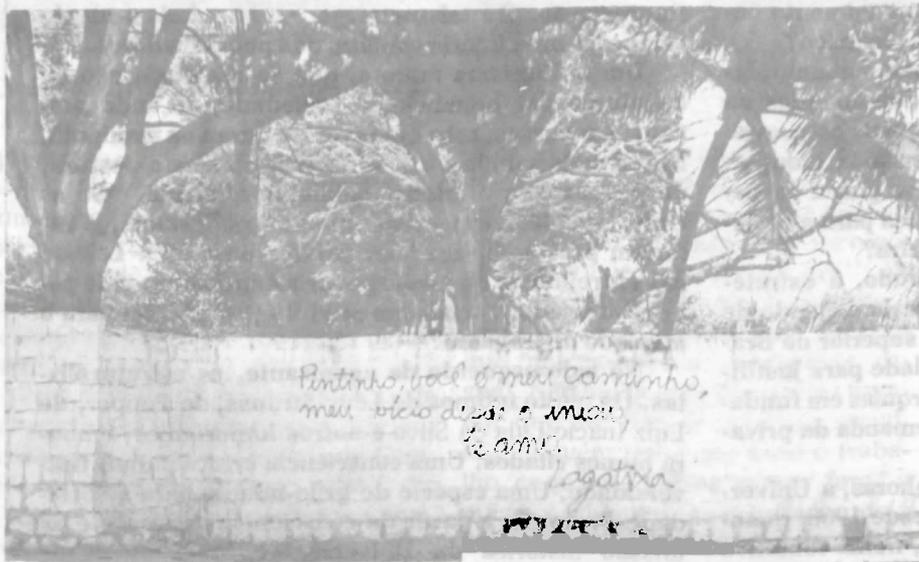
UMA DEFINIÇÃO — Ao pé do leito derradeiro, a massa universitária. A maioria silenciosa. os espectadores anônimos. Os professores-profissionais que iniciam e concluem suas atividades em salas de aula. Os alunos-futuros-profissionais-alienados, sem participação política relevante. Os funcionários. E a sociedade, em nome de quem dizem que lutam.

No leito derradeiro, o Frankenstein tropical. Perplexo. Aturdido. Atoleimado. Esclerótico. Com um pé na cova e outro no caixão. Que se pergunta constantemente: se lutam por mim, por que lutam contra mim?

Grafitos: a vida anônima ocupa os muros da cidade

A partir da década de 70, começou a surgir, em todo o mundo «civilizado», o grafito apolítico, que ganhava seu lugar nos cinzentos muros de uma época sem heróis. Inicialmente surgiu e mantido mais ou menos na esfera dos grandes centros, aos poucos foi ganhando popularidade e alcançando cidades de menor porte. Natal, apesar de ainda ostentar um ar acanhado de província, entrou na onda e passou a colorir os seus muros

as poucas chances que tem de ser ouvido, diz, e a única forma é sair pela noite correndo dos guardas e pichando os muros com uma latinha de **spray**". Beбето é um jovem comum e seu único sonho no momento é passar no Vestibular de Arquitetura. Não gosta de falar em política, mas é a favor de Tancredo. No final da entrevista, pede para não ser fotografado e se despede com um sorriso tímido no rosto.



As mensagens políticas...

com a marca registrada do grafito: o deboche, o humor, o inusitado. O grafito pode parecer expressar algo de revolta, algo de grito contra o monopólio formado pelos grandes meios de comunicação. Mas não é só isso. É curtição, também. Um modo de fugir um pouco da mesmice da cidade.

Bebeto é um rapaz típico da classe média, cada vez mais descaracterizada neste País. Ele é um grafiteiro, ou pichador de muros, como preferem os guardas-noturnos. É alegre e expansivo, mas pede para ficar anônimo com medo de represálias. Afinal, como ele mesmo diz, é um depredador do patrimônio público, segundo a lei. Adora pichar frases românticas para as garotas que eventualmente passam a ser alvo desse amor tão estranhamente público. "Na verdade, o grafiteiro é um cara descontente com



... e o amor, nos muros

AMOR E EROTISMO — Muitos acreditaram que o grafito teria vida curta e não passaria de um modismo de época. Enganaram-se redondamente; o grafito continuou alegre e irreverente, ora emitindo mensagens

muito engraçadas, ora incompreensíveis. Vicente Serejo, jornalista e interessado no assunto como forma de propaganda, acha que o grafito é um dos mais fortes veículos de comunicação: "Ele é barato e tem um poder de penetração como poucos. Imagine um anúncio pichado em um muro do centro da Cidade em que milhares de pessoas lêem diariamente. E este o segredo do grafito".

Mas Serejo também tem uma opinião a respeito do grafito apolítico e não comercial: "É uma forma barata das pessoas se comunicarem. Para se veicular qualquer coisa atualmente em um jornal paga-se muito caro. O grafito só exige uma pequena quantia e muita disposição para sair pichando muros". Esta maneira um tanto arriscada de externar seus anseios transforma o grafiteiro numa espécie de marginal. Porque, apesar da penetração e do baixo custo — **spray** na mão e imaginação solta — há sempre algum risco quando os guardas noturnos resolvem guardar a propriedade alheia.

Numa parede da Prudente de Moraes, a mensagem limpa e clara: "Júnior zang zang Lana no Tahiti". O componente erótico é uma marca registrada deste tipo de mensagem, e geralmente se dirige a um pequeno grupo ou a uma pessoa isoladamente; porém, mais que tudo, transparece o humor e a vontade de romper preconceitos. A **poeta** Marize Castro foi vítima de um grafito desse tipo. Só que, para ela tudo foi muito engraçado e

gostoso. Ela fala da experiência com um inequívoco ar de satisfação: "Gostei muito e gostaria que repetissem sempre. Um grafito como este só me dá alegria". Acontece que o grafito era mesmo dos melhores. Num

muro da Nilo Peçanha, enormes letras verdes proclamavam: "Ana C., Marize C. Me amem por favor"! A alusão à falecida poetisa Ana Cristina César é um comentário carinhoso que o grafiteiro faz ao comparar seu trabalho com o de Marize que, de certa forma, têm algum ponto de contato.

Pode parecer mau gosto para alguém o fato de que os grafiteiros sempre expõem seu amor aos olhos do público. Só que, no mundo dos grafiteiros, não existem regras, o que vale é a emoção, o momento. Depois, é só curtir e esperar os frutos dessa forma diferente de conquista. Claro que nem sempre os objetivos são alcançados. No caso de Marize Castro, por exemplo, até hoje ela ainda não conhece o grafiteiro misterioso, e pede com um gracejo, que ele se identifique, pois como ela mesma diz, "adoraria conhecê-lo".

VEÍCULO PUBLICITÁRIO — Um fato de que, com uma simples olhada nos muros de Natal, se encontre freqüentemente o nome do Motel Tahiti, pode ser justificado pela forte influência que a campanha publicitária desencadeada pelo Motel emprestou à imaginação dos grafiteiros. Aproveitando-se do nome, que pode ter um sentido dúbio, os grafiteiros anunciam que foram com esta ou aquela garota ao Tahiti. Para um leitor menos atento, pode parecer que o grafiteiro está anunciando uma deliciosa estadia naquela ilha de mesmo nome. Assim, um muro na Avenida Salgado Filho estampa: "Beto e Nina estiveram no Tahiti". Pronto, está instaurada a confusão.

O jornalista Adriano de Sousa acredita que "o grafito é uma tentativa meio louca de vencer o caos" e acrescenta: "Para vencer o caos, só atacando-o de forma caótica". Segundo Adriano, o grafito tem dois momentos distintos: no primeiro, a explosão das inscrições nos muros neuróticos dos grandes centros urbanos. "O ambiente é **agredido** por inscrições desconexas, que traduzem aparentes banalidades do tipo **«gonha mo breu»**. É uma atitude política na medida em que procura fundar uma linguagem nova e que, paradoxalmente, tem raízes na própria forma caótica da vida que se leva nessas megalópoles".

Marize Castro acha que "esse tipo de mensagem surpreende pela forma como ela é apresentada, e complementa: "Mas, o importante mesmo fica sendo a mensagem". No entan-

to, o grafito, além de servir de veículo para mensagens pessoais, apresenta-se como um poderoso componente publicitário e os teóricos de publicidade têm voltado constantemente suas baterias criativas para esta forma de comunicação. Adriano de Sousa diz que chegou o instante em que as pessoas pararam e começaram a pensar numa forma de dizer: "Eu estou aqui e preciso viver". Mesmo sendo o grafito um meio publicitário ou não, era a única coisa que elas tinham em mão. "É claro", diz Adriano, "havia o risco da institucionalização dessa nova linguagem".

Serejo reafirma essa utilização concreta do meio por órgãos oficiais que até então deixavam o grafito à margem de tudo. E aí surge o segundo problema de que Adriano fala. "Seguindo uma tendência mais ou menos natural, até mesmo porque o ambiente agredido tem a capacidade de se reprogramar — **remember** contracultura — o grafito se dilui na pasmaccira geral consumista e passou a ser mais um modismo".

O grafito clama por algo de novo, e joga isto na cara indiferente das pessoas. Tem seus próprios mecanismos e faz uso deles. Um grafito na parede do jornal «A República» incentiva: "Caia na vida", caia now". Um outro, também na Junqueira Aires,

torna pública a voz de uma minoria com uma simples declaração de amor: "Diniz, eu te amo". Assinado, Jack.

Os grafiteiros trabalham à noite, driblam os guardas, atentam contra o patrimônio público ou privado, subvertem a ordem estabelecida e fazem questão de esconder suas identidades. Ainda segundo Adriano de Sousa, "o que existe hoje são os otários. Os **porra-louca** descobrem o diamante bruto, e os otários vêm em seguida, com seus cinzéis e outros instrumentos babacas para lapidá-lo segundo as suas necessidades **vanguardistas**. O cinzel, em forma de lata de **spray**, pode servir para explosões de mentes estreitas e que não criam nada de novo". Mas o grafiteiro, seja ele medíocre ou não, tem o seu encanto particular.

Enquanto isso, o grafiteiro continua enchendo os muros da vida com os mais variados tipos de mensagens. Até fazendo uma espécie de «ménage a trois» com sua garota e a cidade, que afinal é sua grande musa. Alguns teóricos gostam de apontar certos traços de narcisismo no grafiteiro. Mas há a revolta, mesmo que seja apenas inconsciente. Natal já produz as suas neuroses urbanas. E os grafiteiros estão por aí para tentar provar o contrário. □

TRÂNSITO

Alcoolismo e negligência: um perigo duplo nas ruas

Maior problema de trânsito em Natal, principalmente nos fins de semana, o alcoolismo integra as cifras da «criminalidade oculta», por uma razão muito forte: faltam bancos de dados nos órgãos públicos e privados do Estado, que dêem a exata medida de sua dimensão nas diversas ocorrências do dia-a-dia do trânsito em Natal e nas principais cidades do interior. Não se trata, porém, de um fato **sui generis**: na maioria dos outros Estados, as estatísticas de trânsito estão por fazer, num País onde ainda não se atingiu a maturidade do respeito aos números exatos, aos dados precisos e às inferências estatísticas.

Mas uma coisa é tida como certa: o alcoolismo, isto é, a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas, está entre os principais responsáveis pelas muitas vezes graves acidentes de trânsito

ocorridos em nosso País, e Natal ocupa um posto privilegiado nesses números negros. Quem afirma isso é o diretor-presidente do Departamento Estadual de Trânsito — Detran —, Gastão Mariz, para quem o problema já está a exigir uma campanha de ordem repressiva que desestimele, por parte do motorista, a ingestão de bebidas alcoólicas. Essa campanha deverá ser levada às ruas nos próximos dias, sobretudo durante os fins de semana, de preferência nas estradas que dão acesso às praias da Zona Sul de Natal.

Segundo Gastão Mariz, as infrações de trânsito mais freqüentes em Natal são, pela ordem: corte de sinais, estacionamento paralelo e estacionamento proibido. Cita, ainda, que o motorista costuma «costurar» o trânsito, cortar as faixas de pedes-



A culpa do pedestre

tres. Enfim, é um motorista displacente. Esse traço do seu caráter explica boa parte dos acidentes que daí decorrem, pelo que se faz necessária uma campanha pública sobre a necessidade de observância às leis do trânsito e sobre o perigo que decorre da ingestão de bebidas alcoólicas, haja vista que o álcool reduz os reflexos de quem dirige e facilita o registro de colisões, muitas vezes com conseqüências fatais.

Conforme o diretor do Detran, portanto, o desrespeito à sinalização e a ingestão de bebidas alcoólicas são dois problemas que precisam ser combatidos na sua origem, e para isso nada melhor do que uma educação sistemática acompanhada de medidas repressivas.

EDUCAÇÃO — Retomando a sugestão do diretor do Detran, o advogado criminalista Italo Pinheiro vê com preocupação os problemas de trânsito em Natal e em cidades do interior, reconhecendo que o Código Penal não age com o necessário rigor nos casos em que o motorista apresenta sinais de embriaguez. Argumenta, porém, que uma legislação mais rigorosa não resolveria o problema. Mais importante que isso, segundo ele, seria educar as pessoas para o trânsito desde a escola primária.

Quanto à visão jurídica da questão, Ítalo Pinheiro explica que os delitos de trânsito são definidos por lei como delitos culposos, o que significa dizer que ocorrem por imprudência, negli-



«Altos» não devem dirigir

gência ou imperícia. Nesses casos, a lei supõe que o crime ocorreu por força das circunstâncias, e não por vontade deliberada do infrator. A pena prevista em lei, nessas circunstâncias, é de detenção de um a três anos. Observa, porém, que é regra o infrator responder em liberdade pelo delito, quando réu primário. O criminalista é partidário, contudo, de um maior rigor para os delitos em que se prove que o motorista ingeriu álcool, uma vez que a legislação atual está defasada em relação à realidade do trânsito.

PEDESTRE — Mas, para Ítalo Pinheiro, o problema da violência no trânsito não diz respeito unicamente ao motorista. É também do pedestre. Assinala que, muitas vezes, a vítima é fator preponderante nos casos de atropelamento, e diz: “Há falta de preparo do pedestre no trânsito, tan-

to que muitos motoristas apenados são absolvidos”. À guisa de exemplo, cita o caso de crianças e pessoas idosas que, por desconhecerem o perigo a que se expõem (crianças) ou já por falta de reflexos (idosos), atravessam artérias movimentadas e se tornam vítimas.

O criminalista destaca que uma campanha educativa também para o pedestre seria mais eficaz que uma legislação rigorosa, e sugere a criação de um banco de dados sobre criminalidade, a fim de se ter uma idéia mais exata da dimensão do problema, suas causas e, daí, poder-se elaborar medidas para reduzir seus efeitos.

Quanto aos delitos especificamente de trânsito, Ítalo Pinheiro afirma que esse é um problema da maior gravidade e, por conseguinte, que Natal já comporta uma vara exclusiva para tais delitos, a exemplo do que ocorre em outros Estados. E explica: “O número de acidentes sobrecarrega a Justiça, e isso porque metade dos delitos não chegam a ela”.

DÚVIDA — Na opinião do Juiz da 1.ª Vara Criminal de Natal, Licurgo Nunes, a grande maioria dos homicídios de trânsito, sendo de natureza culposa e tendo em vista seu elevado número, já comporta, como sugeriu o criminalista Italo Pinheiro, uma vara especializada, “porque o volume de processos é por demais grande”. Nos casos em que é comprovado o propósito deliberado de um motorista num homicídio, o infrator é punido, mas admite que é difícil distinguir quando o homicídio deixa de ser culposo para ser doloso, isto é, proposital.

Sobre os processos remetidos pela Delegacia de Acidentes à 1.ª Vara Criminal, Licurgo Nunes diz que, em sua maioria, eles são de delitos culposos, e que não houve nenhum caso de recolhimento de motoristas à Penitenciária. Via de regra, explica o juiz, eles são beneficiados com *sursis* (cumprimento da pena em liberdade) e sujeito a algumas exigências, como: pagar as custas processuais no prazo de trinta dias; não ingerir bebidas alcoólicas; não freqüentar bares e se apresentar ao juiz da Vara das Execuções Criminais a cada sessenta dias. Observa, ainda, que não vê razões para enviar para a Penitenciária uma pessoa que pratica um delito involuntário (culposo), quando muitos criminosos estão soltos nas ruas beneficiados pela Lei Fleury.

Na opinião do coronel José Reinaldo Cavalcanti, titular da Delegacia de

Acidentes, a razão para o crescente número de acidentes no trânsito origina-se no desrespeito à sinalização: velocidade excessiva, corte de sinais, ultrapassagem perigosa. Isso posto, diz que o percentual de acidentes que têm como causa o alcoolismo é bem elevado, mas que a verificação desses casos torna-se problemática porque o motorista suspeito de embriaguez quase nunca é encontrado no local do sinistro. Quando isso ocorre, diz, o exame etílico é solicitado ao Instituto Técnico e Científico de Polícia — ITEP —, sendo remetido posteriormente ao Detran para o auto de infração.

EMBRIAGUEZ — Para José Valério Cavalcanti, coordenador de Medicina Legal do ITEP, o exame de embriaguez oferece alguns problemas técnicos, dado o álcool ser uma substância fugaz. Explica que, entre a apreensão do motorista e a sua con-

dução ao ITEP ocorre, muitas vezes, que o motorista não está mais embriagado. Valério Cavalcanti assinala que o órgão faz uma média de 30 exames de embriaguez por mês, sempre que solicitado pela Polícia ou pelo Detran.

O exame de embriaguez visa detectar o teor de álcool no sangue, e é muito freqüente o uso do «bafômetro» para essa aferição. No caso do ITEP, porém, esse método não é empregado por ser muito oneroso. Mas a analista desse Instituto Técnico de Polícia, Maria das Graças, explica que há outros meios de se saber quando uma pessoa está embriagada ao volante, ou, pelo menos, se ingeriu alguma bebida alcoólica. São dois os exames feitos nesse sentido: o de sinais vitais (reflexos) e a análise quantitativa do teor de álcool no sangue. O primeiro revela se o paciente está em pleno domínio de seus reflexos — visão, senso de equilíbrio,

coordenação motora, etc; o segundo denuncia o volume de álcool no sangue, através da análise de uma amostra de sangue do suspeito. A partir de um teor de 0,8 gramas de álcool no sangue, já é possível constatar a ingestão de bebida alcoólica. Mas, segundo Maria das Graças, os acidentes de trânsito se verificam mais comumente quando esse teor se situa entre dois a três gramas de álcool, quando ocorre a embriaguez completa. Quando o volume de álcool chega a cinco gramas, a pessoa fica incapaz de dirigir: entra em coma.

Conforme a analista do ITEP, as transgressões de trânsito vêm aumentando. É muito freqüente, diz ela, que pessoas sejam autuadas por causa do odor do álcool, mas nem sempre isso significa embriaguez, e destaca que não é preciso se ter tomado uma dose excessiva de álcool para se provocar um acidente de trânsito.

A doença da civilização com destaque em Natal

A questão essencialmente polêmica, o alcoolismo continua reticente a um conceito unânime dos seus estudiosos. Médicos e moralistas, membros da A. A. A. — Associação dos Alcoólatras Anônimos — e religiosos se dividem em torno das motivações que levam as pessoas à ingestão excessiva do álcool. Os pontos de vista mais comuns sobre o problema, todavia, são os formulados pelos médicos-psiquiatras e pelos membros da A. A. A.

No primeiro caso, como para Maurício Roberto Campelo de Macedo, coordenador de um programa de alcoolismo do Inamps, esse problema tem uma gama complexa de procedências que incluem três níveis de determinação: o biológico, o psicológico e o social. Maurício de Macedo acredita, todavia, ser possível que um alcoólatra consiga dominar-se frente ao álcool através de procedimentos clínicos e psiquiátricos, e que possa voltar a beber dentro dos limites de normalidade definidos por seu ambiente cultural. Reconhece, porém, que em certos casos, a

abstinência total funciona como medida mais indicada, como lhe ensina a experiência médica no programa do Inamps.

Quanto à validade da orientação defendida pelos Alcoólatras Anônimos, de abstenção total, ele acha que isso é válido em muitas situações, e tem se mostrado útil em grande número de casos, mas sempre há pacientes reticentes a trabalhar com esse ponto de vista.



A cura exige abstinência

Para os representantes da Alcoólatras Anônimos (a condição de anonimato da organização impede que se identifiquem na imprensa), o alcoolismo é, sobretudo, uma questão de fortalecimento da vontade de cada indivíduo. O alcoolismo seria, segundo eles costumam dizer, uma doença, definição que encontra apoio na Organização Mundial de Saúde, órgão da ONU. Sendo uma doença, admite um restabelecimento do paciente, que só será possível, dentro desse raciocínio, com a abstinência total do álcool, vez que essa doença, segundo os A. A., tem uma peculiaridade: é incurável, pois o primeiro gole de álcool pode desencadear todo um processo de dependência à bebida.

Para os representantes dos A. A., Natal é, em termos proporcionais, a cidade onde mais se bebe no Brasil, o que explica a grande procura pelos núcleos de A. A. não só em nossa capital, mas também no interior, onde está em franca expansão o processo de criação de grupos de trabalho dessa organização. Os A. A. costumam enfatizar que o alcoolismo é hoje o maior fator de mortes, desajustes nos lares, separações de casais, absenteísmo no trabalho e abertura para a dependência de drogas em nosso País.

Para Maria das Graças, seria recomendável que fossem feitos exames em todos os acidentes de trânsito. Explica que o ITEP não tem podido fazê-los dados os seus altos custos, mas anuncia que o órgão está utilizando, em fase experimental, um no-

vo método — por cromatografia fase-gasosa — que proporciona resultados mais eficazes de análise a custos mais baratos, e promete que, a partir daí será implantado um banco de dados com os resultados obtidos. □

NELSON PATRIOTA



Herbáceo substitui o arbóreo

AGRICULTURA

Falta de crédito ameaça culturas de algodão do RN

As chuvas voltaram a cair em todo o Estado e as promessas de boa safra alegam os produtores. Mas nem tudo flora com a chegada das chuvas. O algodão está com o seu futuro ameaçado e, apesar da previsão de uma safra regular para este ano, é bem provável que em 1985 o nosso plantio de algodão venha a sofrer um dos piores colapsos dos últimos tempos. E, embora a resposta para tal problema esteja bem ao alcance das autoridades responsáveis pelo setor, na verdade, estas autoridades se vêem momentaneamente de mãos atadas frente ao problema. A política monetarista do Governo e o cabresto imposto pela comunidade financeira internacional obrigam o Governo a conter o crédito para o custeio de novas áreas do plantio de algodão. Principalmente o arbóreo.

De uma hora para outra, os produtores se viram impossibilitados de refazerem suas plantações devido ao pouco caso que os bancos estão dan-

do ao calendário de safras do Estado. Após todos esses anos de seca, a maior parte do algodão está necessitando de um novo enraizamento. Porém, os bancos por não confiarem no inverno, só liberaram as primeiras parcelas do custeio quando a chuva já estava consolidada na região. Assim, o produtor se viu incapacitado de fazer o trabalho de limpeza da terra e o enraizamento em tempo prático. Começa, então, a surgir no Estado uma prática que pode prejudicar toda a produção de algodão nos próximos anos: planta-se algodão herbáceo em áreas prioritárias do algodão arbóreo ou mocó.

O PERIGO DE HIBRIDAÇÃO — Na Região Agreste, onde o algodão herbáceo é largamente aceito, a safra já está garantida, e os produtores poderão sorrir com as possibilidades de lucro. O herbáceo resiste bem a longos períodos de chuva e é muito procurado pelas fábricas que trabalham

com fibra curta. Sua produção é anual, e por isto necessita de custeios agrícolas para corte e reenraizamento. Por fim, o herbáceo é um grande negócio para o produtor, pois a sua procura é bem maior. Porém, é preciso notar que, na Região do Seridó, onde o plantio de arbóreo é mais difundido, começa a se fazer presente o herbáceo, principalmente em várzeas. Acontece que o mocó, que resiste bem a longos períodos de seca e tem vida para 4 ou 5 safras anuais, não pode conviver com o herbáceo, uma vez que há o perigo de hibridação, o que significa mistura da qualidade dos produtos, implicando em sua imediata desvalorização.

Segundo Ronaldo Fernandes, diretor da Emparn — Empresa de Pesquisa na Agricultura do Rio Grande do Norte —, órgão vinculado à Embrapa, não há o risco de hibridação, pois o Centro Nacional do Algodão já vem desenvolvendo um trabalho de pesquisa na região e garante que os dois tipos de lavoura podem conviver. O Ceará também está substituindo o algodão mocó pelo herbáceo, tendo em vista as enormes perspectivas de produção. E por ser o algodão herbáceo de grande poder de comercialização, os produtores do RN começam a trocar suas plantações de mocó por herbáceo. Isto pode se refletir, inclusive, na arrecadação de ICM, hipótese em que Ronaldo Fernandes não acredita.

O Secretário da Agricultura, Geraldo Gomes de Melo, afirma que, atualmente, a safra de algodão do RN vai se concentrar basicamente no algodão herbáceo. O que não implica na decretação de morte do algodão mocó, argumenta Geraldo Gomes, “pois o mocó tem o seu mercado específico, já que é um algodão de fibra longa e destinado a um setor específico da indústria têxtil”. Mesmo assim, o Secretário acha que a área de plantação do mocó foi prejudicada. Só que o motivo não foi o clima nem a técnica de plantio, e sim a falta de financiamento. “70% da produção de mocó não resistiu à seca e o financiamento para novos enraizamentos não pôde ser feito de modo satisfatório. Mas o Governador José Agripino foi a Brasília e garantiu verba para o custeio da safra do próximo ano”.

CALENDÁRIO DE CUSTEIO — Apesar de toda esta situação difícil e caótica, o algodão mocó tende a resistir, assim como resiste o homem do Seridó. E, como diz Geraldo Gomes,

“mesmo assim vamos ter uma safra melhor do que a do ano passado”. Já o produtor Vinício Freire acredita que o mocó está sofrendo esta queda na produção porque os bancos só dão preferência ao algodão herbáceo: “Houve retração de crédito devido à desvalorização da moeda, os custos aumentaram e ficou difícil de se conseguir uma boa produção”.

Um outro problema que afeta o setor, cita Vinício Freire, é o calendário de custeio de crédito: “O contrato é feito no começo do ano, nos 3 primeiros meses, mas a verba só sai quando o inverno já está bem avançado. Assim não dá para se conseguir muita coisa”. Vinício Freire é médio produtor, mas acha que os resultados para quem planta algodão no Estado não são muito bons, pois tudo é muito incerto.



Geraldo Bezerra: vocação

A VOCAÇÃO DA TERRA — Para Geraldo Bezerra, delegado federal do Ministério da Agricultura, é preciso que os prazos de custeio sejam corrigidos de acordo com as necessidades de cada região. E acrescenta que, “se houvessem medidas por parte dos bancos financiadores, no sentido de aceitarem as propostas no mês de dezembro, daria tempo de serem preparados os contratos, que só seriam assinados de acordo com as primeiras chuvas de janeiro e fevereiro”. A diferença nas características de plantio de algodão herbáceo e arbóreo exigem uma política de crédito diferenciada, “para evitar confusão”, diz. Em agosto, houve uma reunião de secretários de Estado em Brasília e ficou definido, segundo Geraldo Gomes, que será levado em consideração, nas próximas safras, o calendário específico de cada Estado, sendo “definidos, então, um prazo de cus-

teio para a região do mocó e outro para a região do herbáceo”.

Quanto ao hábito de se plantar herbáceo em região do mocó, as opiniões são divididas, como já ficou provado anteriormente. Mas Geraldo Bezerra acredita que a questão se resume na vocação que a terra tem para produzir determinadas culturas. “O arbóreo é uma planta típica do Sertão”.

Vinício Freire teme a hibridação. Ronaldo acha que é possível a convivência das duas plantas. A explicação, contudo, pode residir na afirmação do Deputado Kleber Bezerra, que é presidente do Sindicato de Fibras do RN. “Tecnicamente, não é correto plantar herbáceo em área prioritária do mocó. Pode ocorrer hibridação”, diz o Deputado. “Mas, economicamente, é um grande negócio para o produtor”.

Ao se referir ao problema do financiamento, Kleber Bezerra tem a seguinte opinião: “Os bancos não liberam crédito com medo de que o inverno não seja satisfatório e tenham prejuízos com a impossibilidade do pagamento. Porém, é preciso lembrar que a parcela que o produtor tem de pagar ao banco já está coberta pelo Proagro”. E completa: “Não pode haver falta de crédito para a agricultura num País como o nosso”. No ramo dos beneficiadores, a situação não é menos complexa. Com a seca, veio a falta crônica de matéria-prima que, em decorrência de sua escassez, possibilitou a alta nos custos de operação e nos custos financeiros. O setor passou a trabalhar com capacidade ociosa, provocando uma atividade de rentabilidade muito baixa. O setor está a beira do colapso, coloca Kleber Bezerra.

A descentralização de risco é muito pequena para quem comercializa algodão, pois se vende uma quantidade muito grande em dinheiro a um número muito reduzido de compradores. Ainda é Kleber quem diz: “É muito dinheiro na mão de poucos para se ter confiança e certeza de pagamento. Tomemos como exemplo uma empresa que comercialize 1 mil toneladas de pluma, o que vem a dar aproximadamente Cr\$ 4 bilhões de faturamento, só em pluma. Sem falar em caroço, torta e óleo. Onde a empresa vai conseguir arranjar limite de desconto para vender, e capital de giro para adquirir? Algodão é comprado à vista. Ninguém dispõe de capital com recursos próprios. Tem que recorrer aos bancos. E aí está a dificuldade”.

PEÇAS PARA VOLKSWAGEN E FIAT

A Casa do Volks é um ponto de referência no comércio de peças e acessórios para Volkswagen e Fiat, em Natal. Agora, uma boa notícia para sua clientela: a Casa do Volks é distribuidora da câmbio Reboque Ribotta, fabricada em São Paulo. Os modelos das câmbios Ribotta são especiais para praia e campo, usados também em várias utilidades como depósito para gelo, converte em armário espaço para pneu de suporte Capacidade para 30 quilos de carga. Facilmente adaptável a todos os tipos de carros.



CASA DO VOLKS
Av. Frudente de Moraes, 1804
Tel.: 213-2488



UM PRESENTE DE 15 ANOS

*A sua revista
está fazendo 15 anos.
Venha participar
desta festa
que é nossa,
que fala da gente,
que conta as coisas boas
da terra da gente —
documenta, registra,
enaltece e critica
com isenção e seriedade,
tem um grande público,
muito bom conceito
e, sobretudo, merece confiança.
São 15 anos de jornalismo
especializado feito
com a prata da casa,
revelando valores novos,
consagrando nomes da terra,
enfim, servindo a cultura
e estimulando o desenvolvimento
do nosso Rio Grande do Norte.
Junte-se a nós,
venha participar
da festa mais potiguar
de nossa cultura
ao lado de quem acredita
no futuro do Rio Grande do Norte.
Faça agora sua assinatura
da nossa revista
RN/Econômico.
Preencha um cheque nominal
de Cr\$ 12.000,00 em favor
de RN/Econômico Empresa
Jornalística Ltda.
e remeta-o à Rua São Tomé, 421,
Centro — CEP 59.000 —
Natal (RN),
durante um ano
você vai acompanhar de perto
a história da sua terra.*

RN/ECONOMICO
EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
RUA SÃO TOME, 421 - TEL. 222-4722 CEP 59.000
NATAL-RN

1 (UMA) ASSINATURA ANUAL

NOME _____

END. DE RECEPÇÃO _____

CIDADE _____

ESTADO _____ CEP _____

TELEFONE _____

DATA ____/____/____

BRINCANDO DE AGRICULTURA

— Os bancos e instituições financeiras, de um modo geral, lidam com o lucro, e somente o lucro interessa. Fica, portanto, difícil o manuseio da agricultura por órgãos que não se esmeram em manter intimidade com a matéria-prima com a qual trabalham. “Este ano, por exemplo, aconteceu um fato **sui generis**”, explica Geraldo Bezerra. “O Banco do Brasil não atendeu ao custeio para fundação de novas culturas em áreas do arbóreo, deixando os produtores perplexos. É fundamental que este atendimento seja procedido a tempo para que se evite uma devastação total dentro de 2 ou 3 anos da cultura do arbóreo. Sem a renovação de suas áreas, seu desaparecimento é certo”. Mas, para os bancos, não interessa muito se uma cultura vai desaparecer ou não, o que importa é lei da oferta e da procura. O herbáceo é mais procurado. Então, só se financia o herbáceo. Geraldo Bezerra espera que, “no próximo ano, novos procedimentos sejam adotados e o custeio para novas cul-

turas seja uma realidade”.

Como o Banco do Brasil decidiu eliminar o custeio para a implantação dessas novas culturas em detrimento do custeio do herbáceo, fica a impressão de que os bancos **brincam** de agricultura em uma região que carece de uma política mais séria no setor. A agricultura é área de atividade econômica imprescindível para o Rio Grande do Norte, um Estado eminentemente agrário. Um outro equívoco comprovado é que o Banco do Nordeste também dá preferência ao custeio do herbáceo, segundo afirma Vinício Freire: “No entanto, este ano não houve custeio de espécie alguma. Há muita anomalia no Brasil”, completa, desolado, o produtor.

Este problemático ciclo em que se viu envolto o algodão do RN, principalmente o sofrido mocó, padece do paradoxo em que se debate a região inteira. O mocó, sendo um algodão que se vende caro, pode ser um grande negócio. Mas o Estado é pobre. E não consegue contar com esse recurso para deixar de ser. □

ENTIDADE

Congresso da CUT em Natal vê greve pelas Diretas

Enquanto no sábado, 11 de agosto, a televisão mostrava o esbanjamento de dinheiro em Brasília, com farta distribuição de mordomias federais na convenção do PDS, em Natal, na mesma hora, presenciou-se espetáculo diverso. Cerca de 200 trabalhadores — à custa de seu próprio sacrifício e a maioria deslocando-se do interior do Estado — trouxeram a própria alimentação em sacos de feijão e farinha, acomodaram-se nas residências de militantes locais e no Centru (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) e começaram a discutir seu destino. E concluíram, entre outras coisas, pelo repúdio à Constituição e pela possibilidade de greve geral em favor das eleições diretas para presidente. Naquele dia e no seguinte, para surpresa de quem pensava que o trabalhador tinha perdido sua capacidade de organização, realizou-se o 1.º Congresso Estadual da CUT — Central Única dos Trabalhadores —, no Instituto de Teologia Pastoral de Natal, onde foram discutidas a pauta proposta para o Congresso Nacional da CUT — com rea-

lização prevista para o final deste mês em São Bernardo do Campo SP — e a criação da CUT estadual.

CUT E CONCLAT — Abrindo o Congresso, Brasília Carlos Ferreira, da Adurn e um dos dois representantes efetivos da Direção Nacional da CUT no Estado (o outro é Francisco Ferreira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedra Grande), após ressaltar o momento de grave crise no País, disse que “cabe aos trabalhadores a discussão e a procura de soluções dos seus problemas”. E enfatizou que o objetivo da CUT, fundada em São Bernardo do Campo, em 1983, é unir a classe trabalhadora do Brasil e estabelecer um caminho próprio para ela.

Falando sobre a divisão no movimento sindical, numa clara alusão ao «racha» ocorrido no ano passado em São Paulo, que originou a Conclat — Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras — e a própria CUT, Brasília afirmou que “essa cisão só se acaba se todos defenderem o respeito as decisões democráticas e a um

sindicalismo autônomo, independente, desatrelado do Estado". E tentou, na prática, concretizar esse desejo de unificação do movimento sindical, ao convocar para o Encontro a Conclat e a Intersindical, que não compareceram.

VOTANDO PARA PRESIDENTE

— O campo e a cidade, o rural e o urbano se uniram e, representados por 18 sindicatos de trabalhadores rurais, 8 urbanos e 6 associações também urbanas, juntamente com outras entidades como a de imprensa, conselhos comunitários e os partidos políticos de oposição, PT e PDT, discutiram as condições de vida, o trabalho, e o salário dos trabalhadores no Estado. E fizeram, ainda, o balanço das lutas da classe trabalhadora, elaborando um plano de lutas e elegendo a Direção Estadual, a Executiva Estadual e o Conselho Fiscal Estadual da CUT.

Assim, com alto espírito de organização e mostrando, na prática, como se exerce a democracia, os trabalhadores se dividiram em três grandes grupos — as chamadas comissões de trabalho — discutiram seus problemas e apresentaram, na plenária, a visão de cada grupo, para uma discussão mais ampla sobre três importantes temas atuais: "A situação política nacional", "A questão agrária" e "A avaliação da estruturação e implantação da Central Única dos Trabalhadores". E não faltou nem mesmo uma pitada de humor, quando um trabalhador, ao votar para compor a mesa de sua comissão de trabalho, lembrou que, "pelo menos, aqui votamos pra presidente".

DIRETAS, FMI... — No final do Encontro, além da lição de democracia, ficaram algumas conclusões. Sobre a situação política nacional, por exemplo, os trabalhadores se posicionaram pela continuação da luta pelas eleições diretas já, repúdio ao colégio eleitoral, não pagamento da dívida externa, rompimento com o FMI e contra a Constituinte na atual conjuntura (posição, aliás, que desagrada uma parte da oposição). Quanto à questão agrária, decidiu-se pela luta por uma reforma sob o controle dos trabalhadores, pela ocupação de terras devolutas e pelo cumprimento dos acordos coletivos de trabalho.

No tocante à CUT propriamente dita, concluiu-se pela execução de um trabalho de educação política junto aos sindicatos, conscientizando o trabalhador a exigir que sua entidade

seja instrumento de luta e não apenas um órgão burocrático, decidindo-se, ainda, pela criação de Centrais de Trabalhadores Regionais no Estado, tendo como principal referencial o trabalho voltado para a base. E finalmente, sobre a greve geral, definiu-se que cada entidade discutirá a viabilidade de sua realização, por um dia, em favor das diretas.

O último ponto da discussão foi a eleição dos órgãos estaduais da CUT. Foram eleitos 32 nomes para a Direção Estadual e, entre os efetivos que constituem a Executiva Estadual, es-

tao Eliziel Barbosa de Lima (presidente), João Batista de Lima Filho (secretário), e Wilma Aparecida de Araújo (tesoureira).

Essa eleição refletiu bem a proporcionalidade e a representatividade do Encontro por segmento e por categoria.

No fim, o evento ficou bem retratado na impressão deixada por um dos oradores, que, parafraseando o poeta, disse que "pode-se matar uma flor, algumas flores, muitas flores, mas ninguém deterá a chegada do primavera" □



Aulas: tapa-buraco

UNIVERSIDADE

O saldo moral e a perda concreta de uma greve

"Maior poder de mobilização" e "fortalecimento da categoria" (ou das categorias), foi o etéreo saldo positivo da greve nas Universidades brasileiras e, em particular, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, já que as reivindicações de professores e funcionários — que paralisaram suas atividades durante quase três meses — não foram atendidas pelo Ministério da Educação e Cultura. Depois de exaustivas assembleias, discussões e diversas tentativas de diálogo com o MEC, professores, funcionários e alunos voltaram às suas atividades e, no caso específico da UFRN, enfrentando a mesma e grave crise financeira, que foi a causa maior da greve. E o que é pior: com seus vencimentos atrasados e a incômoda suspeita de que a sua força de

reivindicação perante o MEC sofreu um forte abalo. Na melhor das hipóteses.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a greve liderada pela Adurn — Associação dos Docentes da UFRN — durou 83 dias, e só terminou depois da promessa do MEC de suspender as medidas punitivas que vinham sendo postas em prática, com a suspensão do pagamento. Os funcionários, que paralisaram suas atividades muito depois do início da greve nacional, voltaram às atividades dia 25 de julho, 55 dias depois de iniciada a greve, com seus vencimentos atrasados em quase uma semana e com o corte das horas extras.

Agora, a Universidade está voltando à normalidade, com o seu calendá-

rio totalmente refeito: o Reitor Genivaldo Barros autorizou a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos se responsabilizar pela confecção de um novo calendário, o que foi feito em reuniões com Diretores de Centros, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Cursos, Representantes da Adurn e de discentes. A proposta inicial foi remetida ao Consuni — Conselho Universitário —, que fez pequenas alterações, tendo sido fixado, portanto, a data para o término do semestre letivo de 84.1 para 17 de setembro próximo. O início do segundo semestre (84.2) será dia 8 de outubro e seu término, dia 30 de janeiro do próximo ano.

Acredita a professora Isaura Pinheiro, Pró-Reitora Acadêmica, que essas modificações (ou atraso) no calendário não irão prejudicar muito os estudantes, uma vez que “todos estão conscientes do maior esforço que lhe é demandado. Acreditamos que o melhor será feito”.

O Vestibular, previsto para o início de julho próximo passado, também foi adiado em decorrência da greve, mas já foi remarcado para os dias 7, 8, 9 e 10 de setembro, “já referendado pelo MEC”, avisou a professora Isaura Pinheiro.

MAIOR CRISE — Considerando a paralisação uma consequência da crise, “a maior crise já atravessada pela Universidade brasileira”, o Reitor Genivaldo Barros continua na mesma situação de antes, ou seja, sem recursos para aplicar na Universidade. Ele frisa, porém, que essa greve pelo menos serviu para proporcionar um maior entrosamento entre reitores, organizados no CRUB, e servidores, “e também para demonstrar o espírito de classe de docentes e funcionários”. Isso, no seu entender, é bom a partir do momento em que se trata de uma manifestação de coesão “e que dá condições a que os direitos e pleitos sejam mais fortalecidos e, conseqüentemente, mais facilmente atendidos”.

A comissão integrada pelo CRUB — e com representantes da Andes e da Fasubra (entidades nacionais que congregam docentes e servidores das Universidades) com direito à voz — para negociar junto ao Governo Federal, foi considerada por Genivaldo Barros como uma vitória. A formação dessa comissão foi condição imposta pelo MEC para abrir as negociações na luta de docentes e funcionários.



Reitor: saldo positivo

O Reitor da UFRN acha que o simples trabalho (ou intermediação) dessa comissão pode ser insuficiente para solucionar o problema da Universidade brasileira, e que seria preciso a influência de políticos nas questões nacionais, que poderiam advogar junto à área econômica para atendimento das questões e dos pleitos levantados e identificados pela Comissão.

SEM ESPERANÇAS — Mesmo considerando positivo o trabalho da comissão de reitores, a professora Marlíria Nóbrega, presidente da Adurn, afirma que não há grandes esperanças. Os docentes entraram em greve em maio último, reivindicando suplementação de verba para a Universidade estimada em Cr\$ 4 bilhões e meio (e só foram concedidos 900 milhões), reposição salarial, retroativa a janeiro, de 64,8%, reajuste



Marlíria: sem esperanças

semestral, por lei, com base em 100% do INPC, entre outros pleitos que vêm sendo feitos pela classe há algum tempo. No entanto, a UFRN continua na mesma: funcionando precariamente, com alguns cursos tendo de paralisar as atividades de laboratório, por absoluta falta de material.

Além do já referido poder de mobilização, a greve teve como consequência positiva para os docentes um avanço em termos de conscientização, “e a gente conseguiu abrir e mostrar a situação da Universidade”, frisa Marlíria. E a Adurn continuará com a luta contra a privatização do ensino superior, por mais verbas para o pleno funcionamento da Universidade e pela questão salarial.

POUCAS AULAS — No frigidão dos ovos, os alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tiveram poucas aulas esse ano. Até porque, no início do ano letivo, alguns cursos como Fisioterapia e Psicologia tiveram de parar por total falta de condições de funcionamento, e em Fisioterapia, por exemplo, não foi considerada uma paralisação, porque até então as aulas não haviam sido iniciadas. Com a ocupação da Reitoria, durante cinco dias em março/abril último, toda a Universidade parou.

Esses movimentos dos alunos, argumentou Christian Vasconcelos, presidente do DCE, foram tentativas de se chamar a atenção dos responsáveis pela educação no País, “para o descalabro em que se encontrava a Universidade brasileira. No momento em que os professores deflagram a greve, os estudantes da UFRN já tinham em mente um indicativo de greve geral e, em várias instituições do País, os estudantes paralisavam suas atividades acadêmicas, reivindicando melhores condições de ensino e aprendizagem”.

Até o momento, informa o presidente do DCE, a Universidade não tem assegurada o seu funcionamento até o final do ano, mas pelo menos a greve ampliou o debate e a discussão em torno do papel da Universidade brasileira. “A greve teve o mérito de levar, de forma ampla, à população, o conhecimento da situação real do ensino superior, fruto de uma política econômica e social, que tem levado a crise a setores como saúde, habitação, transportes e educação”, arremata.

A paralisação não foi considerada prejudicial pelo representante dos estudantes da UFRN, “já que a Uni-

versidade não vem oferecendo, de forma contínua, oportunidades para um bom desenvolvimento, do ponto de vista acadêmico, a seus estudantes”.

FUNCIONÁRIOS DIVIDIDOS —

Os funcionários da UFRN, embora com um atraso em relação a outras Universidades brasileiras, conseguiram se unir e entraram em greve a partir de 1.º de junho, depois de realizado um plebiscito (aconselhado pela administração da Universidade) pela Afurn — Associação dos Funcionários da UFRN. Até então, o presidente da entidade, Francisco Cavalcanti Rocha, não se dispunha a discutir a possibilidade de greve, no que era questionado por alguns funcionários que já vinham fazendo contato com a entidade nacional, Fasubra.

A greve dos funcionários só parou com a medida punitiva do Ministério de atrasar os vencimentos e cortar as horas extras, já incorporadas ao orçamento da maioria dos servidores da UFRN. Pelo menos até o fim do mês, a expectativa é de as horas extras continuarem suspensas e, segundo informou Francisco Cavalcanti, os funcionários serão orientados para dar entrada na Justiça contra a Universidade, se não houver alteração do quadro.

O presidente da Afurn também acha que o maior ganho da greve (pela primeira vez a classe permaneceu por tanto tempo paralisada) foi a mobilização e unidade da categoria. Essa mesma opinião é comungada por Evane Lopes Tavares, do Comando de Greve, que não sabe “até que ponto” os 20% concedidos pelo Governo, a título de gratificação de apoio a atividades de ensino, ainda em junho, tenha sido uma conquista da greve, uma vez que essa reivindicação vinha sendo feita ao MEC desde fevereiro último pela Fasubra.

Já Francisco Cavalcanti acredita que essa gratificação tenha sido consequência do movimento grevista, como também o reajuste salarial de 65%, quando o solicitado era 68%. Portanto, uma diferença mínima. Ele argumenta ainda que, em se tratando de uma segunda parcela (a primeira



UFRN: desalento de todos

foi em janeiro), esse percentual foi considerado alto, além de que “o Dasp e a Seplan estavam pensando num aumento de 45%.

Alguns setores da Universidade esperam agora que o MEC cumpra a promessa de equiparar o salário dos servidores das Universidades autárquicas com as fundações, o que é considerado uma faca de dois gumes por outros setores, como a Adurn. Segundo Marlíria Nóbrega, essa promessa do MEC se baseia no percentual mais baixo das fundações brasileiras, como é o caso da UNB, e além disso há o perigo de se diminuir bastante os percentuais de aumento.

INDÚSTRIA TÊXTIL

Falta de crédito e seca agravam crise do setor

As indústrias têxtil e de confecções, responsáveis pela maior parte do Parque Industrial potiguar — tanto pelo espaço de fábricas montadas quanto pelo volume de negócios, que representam grande peso na economia estadual — são dois setores ainda a espera de melhores dias. Especialmente, o primeiro. Afinal, além da política econômica adversa, o setor ainda sofre as conseqüências dos cinco anos de seca que arrasaram a lavoura algodoeira do Estado, que, mesmo com o bom inverno deste ano, levará algum tempo para se recuperar. Por conseguinte, a indústria têxtil teve de adaptar sua maquinaria para o algodão herbáceo, importado. Embora as fábricas, quando se instalaram aqui, esperassem utilizar o arbóreo, ou moço, tradicional cultura algodoeira do RN, que faltou no mercado.

Importações do herbáceo tiveram que ser feitas. Assim, o problema foi sanado, mas a partir do ano passado surgiu outro mais grave: a recessão. Faltando matéria-prima e dinheiro, não restaram outras alternativas: fechar as portas das fábricas ou vendê-las para outros grupos empresariais, especialmente do Centro-Sul,

foram as únicas. Nos últimos meses, por exemplo, a situação se agravou de tal maneira que ameaçaram fechar duas das mais importantes empresas do setor: a SPERB, em Eduardo Gomes, e a Seridó, em Igapó. O problema se resolveu recentemente para a SPERB que, passou para o Grupo Guilherme Giorgi, de São Paulo, que antes havia adquirido a Texita — Companhia Têxtil Tangará — de fiação, e a Tecelagem Texita S. A., localizada na Cidade da Esperança. A Seridó, tudo indica, será adquirida pelo Grupo Coteminas, de Minas Gerais, estando a negociação em fase final.

SEM ALGODÃO. SEM DINHEIRO

— A realidade é que o Rio Grande do Norte, especialmente Natal, tem suas fábricas de fiação, tecelagem e confecções, mas hoje não tem algodão, nem dinheiro. Por isso, as fábricas pequenas fecharam, e as grandes tiveram que ser transferidas para grupos sulistas economicamente mais consolidados. O Diretor da SPERB, Texita Têxtil e Tecelagem Texita, Mário Alberto Reis Coutinho, conta que a situação das empresas do grupo atualmente é boa. Mas existem di-

Lua-de-mel no Tahiti.



Vale a pena passar uma rápida e deliciosa lua-de-mel no Tahiti. Se você ainda não passou, não sabe o que está perdendo.

Vamos, experimente! Mesmo que você esteja perto de comemorar as bodas de prata.

MOTEL TAHITI
O paraíso é aqui

ficuldades, especialmente quanto a crédito. "O que é agravado, porque a praça de Natal não suporta a necessidade de capital de giro das empresas. Falta dinheiro na praça. Por isso, temos de recorrer a Giorgi, em São Paulo, de onde saem os créditos".

Embora os prédios das fábricas estejam aqui, as atenções estão voltadas para fora. A produção das três fábricas é quase toda exportada para o Centro-Sul do País, mais países da Europa — Mercado Comum Europeu — e Estados Unidos. O Estado apenas se beneficia com o recolhimento de ICM, além da garantia de empregos para trabalhadores do setor. As três pagam aproximadamente Cr\$ 300 milhões de ICM, mensalmente, e empregam cerca de 1.300 pessoas. Assim, com uma política voltada especialmente para exportações, segundo Mário Alberto, as empresas esperam faturar cerca de 10 milhões de dólares neste ano.

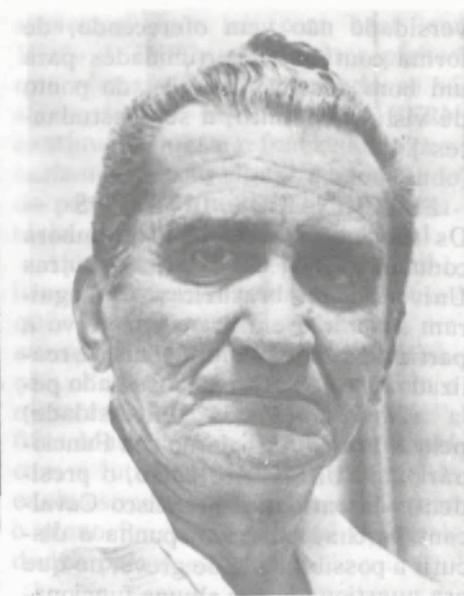
Para completar a situação sem dúvidas pouco favorável ao Rio Grande do Norte, essas exportações são feitas a partir dos portos de Ceará, Paraíba e São Paulo. Além do mais, desses Estados são importados o algodão herbáceo, por ser pequena a produção local desse tipo de algodão. Comentando a respeito, Mário explicou que o Porto de Natal, apesar de suas deficiências, poderia também fazer essas exportações. "Bastaria um navio por mês, que saísse daqui para a Europa, e um outro para os Estados Unidos, que atenderiam toda a demanda de exportação do Estado". Mas problema grave mesmo é a não-liberação de crédito, haja vista a Resolução 882/Banco Central, que dispõe sobre o assunto: "Os empréstimos estão parados desde janeiro", explica ele. Não tendo esse dinheiro, conclui, tem que se usar dinheiro à taxa de mercado.

As dificuldades também seriam diminuídas se houvesse crédito ao agricultor local, porque este teria condições de vender a prazo e, assim, as empresas diminuiriam a necessidade de capital de giro, cuja falta, levou outras empresas a pararem. "As despesas são altas, e o que pesa mais são matéria-prima e despesas financeiras". No final das contas, para Mário, a culpa maior é da inflação.

FÁBRICA PARADA — A negociação da Seridó com a Coteminas está atualmente dependendo do resultado da auditoria — avaliação patrimonial, da contabilidade, exames de balan-



Osório Dantas: algodão sem crédito



Garibaldi: solução em 80 dias

ços — que está sendo feita. O diretor administrativo da empresa, Garibaldi Alves, acha que esta estará concluída em 80 dias. Enquanto isso, o BNDS — maior credor da empresa — faz adiantamento salarial para o pagamento dos trabalhadores, e o Governo do Estado, por sua vez, assume o compromisso de repassar quinzenalmente uma cesta alimentar, para pagamento posterior.

O presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio Grande, Osório Dantas, concorda que a indústria têxtil ainda enfrenta dificuldades. Tanto por causa da seca, quanto pela recessão. "A situação apresenta-se um pouco melhor apenas com relação à produção de algodão, por causa do bom inverno. Mas não acredito que a lavoura de algodão de fibra longa e média tenha se recuperado num espaço de menos de um ano". Comentando a tradição do Rio

Grande do Norte em produzir um tipo de algodão de boa qualidade, o **mocó**, ele sorri e afirma que é uma lenda a crença de que esse é o melhor algodão do mundo. Além dele, coloca, existem muitos outros tipos de algodão de fibra longa de boa qualidade.

No entanto, ele reconhece que é preciso recuperar a lavoura desse tipo de algodão, que melhor se adapta ao clima quente e seco do Seridó. "No Seridó, ou cria-se boi ou algodão mocó. Outro algodão não dá". Para ele, do ponto de vista de produção, o herbáceo é melhor de se cultivar. Já do ponto de vista do valor, é o mocó. Por outro lado, comentando ainda a situação de dificuldades atravessadas pela indústria têxtil local, Osório Dantas lamenta que a Seridó, que ele considera a maior indústria de fiação e tecelagem do Nordeste, tenha parado suas máquinas. E prevê: "Pode-



Indústria têxtil em dificuldades

rão superar a situação, trabalhando com muito juízo e com novas linhas de crédito”.

Osório Dantas afirma, ainda, que não é pessimista quanto ao futuro, porque toda essa dificuldade “nos fez pensar muito no sentido de termos de conviver mais objetivamente com a seca, especialmente partindo-se para cultivar o algodão em terras irrigadas, como por exemplo faz hoje a Algodoeira São Miguel, que adquiriu terras no Vale do Açu e está produzindo com alta técnica mais de três mil quilos de algodão por hectare. Isso enquanto a produção média, em outras lavouras do Estado, é de 150 quilos por hectare”

CONFECÇÕES — No setor de confecções, onde tem peso positivo a boa situação financeira da Guararapes, os problemas também existem. Naturalmente, devido a crise econômica que afetou o bolso do consumidor, houve uma redução na demanda mesmo no Sul, para onde vai 90 por cento da produção. Do volume total, 70 por cento é comercializado por lojas do grupo: a Riachuelo e Seta. Um indicativo de sua capacidade administrativa, é que a empresa inaugurará a Guararapes Têxtil — malharia — no Distrito Industrial de Ex-

tremoz no meio do ano que vem. Será uma transferência dessa malharia, localizada em São Paulo, para cá. Além do mais, explica o diretor da Guararapes Têxtil S. A., Maxwell de Oliveira, essa fábrica será inaugurada especialmente porque a empresa trabalha com capital próprio. Outro motivo, é a proximidade que terá com as fábricas de confecções, em Natal e Fortaleza.

Embora o Governo Estadual ofereça uma série de vantagens para as empresas pioneiras do Distrito Industrial, em implantação, alguns problemas de infra-estrutura do DI, ainda não solucionados, poderão atrasar o início de funcionamento da fábrica. “Falta esgoto industrial e a ampliação da rede de energia elétrica. O que é uma situação crítica, porque precisamos estar funcionando na data prevista”, afirma Maxwell. Por outro lado, um outro bom motivo para a instalação da fábrica, ali, é que ela usará o gás natural — do Gasoduto Nordeste — para o funcionamento das caldeiras, com o que economizará recursos logo de início.

A fábrica oferecerá 150 novos empregos — haja vista ser muito mecanizada — que irão se somar aos 2 mil e 500 empregados da Guararapes em Natal. □

No primeiro caso, o ex-Reitor da UFRN, Diógenes da Cunha Lima, é considerado por muitos como um forte e bem preparado intelectual para a Presidência, daí um certo consenso. Mas o mesmo Diógenes, apesar de lisonjeado com a escolha, explica que não se autocandidatou e, elegantemente, lembra nomes de outros acadêmicos capacitados a assumir a Presidência daquela entidade cultural. Como exemplos, cita o próprio Arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte — acadêmico e atual presidente em exercício —, Alvamar Furtado, Enélio Lima Petrovich, Veríssimo de Melo, Américo de Oliveira Costa, João Wilson Mendes Melo.

Na disputa da outra vaga, mesmo que o nome do ex-Ministro e jurista Seabra Fagundes também seja considerado forte, se o advogado e escritor Iveraldo Lopes decidir partir para a disputa — como parece inclinado a fazer — outros intelectuais poderão se sentir motivados a competir. Pode-se perguntar o que leva um intelectual a sair à cata de votos ou aceitar a sua indicação para a Academia. Mas, certamente, a busca de uma posição social que, aparentemente, é pouco visível e prestigiosa, é um estímulo considerável. Daí, o interesse que desperta especialmente nos intelectuais mais bem postos na vida. Fato que, aliado ao conservadorismo da entidade, torna a Academia alvo da irreverência de intelectuais críticos e heterodoxos. Embora, pelo menos teoricamente, qualquer escritor possa se candidatar a membro.

CULTURA

Sucessão na Academia: um consenso relativo

Apesar de a sucessão presidencial na Academia Norte-rio-grandense de Letras estar se processando sem maiores polêmicas, há uma certa expectativa de intelectuais natalenses em acompanhar a eleição dos candidatos que ocuparão a Presidência da Academia e a cadeira de acadêmico, até há pouco ocupadas por Onofre Lopes, recentemente falecido. O interesse parte, especialmente daqueles ligados a uma cultura mais acadêmica e afinada com os privilégios de uma elite não apenas cultural, mas social e política. Afinal, embora haja um chamado candidato do consenso — o acadêmico Diógenes da Cunha Lima, indicado para a Presidência — e dois outros nomes — Seabra Fagundes e Iveraldo Lopes — estejam sendo cogitados para preencher a vaga de acadêmico, as eleições po-

derão apresentar algumas surpresas. Como o surgimento de novos pretendentes às vagas.



Diógenes: consenso



Américo: presidência, não

inha de irreverência. Convidado várias vezes a se candidatar à Academia Brasileira de Letras, embora ele seja um dos nomes mais representativos da cultura local, Cascudo sempre se desvencilhou dos convites. Bem humorado, certo dia ele explicou, em tom de **blague**, que a Academia seria sempre sua noiva, mas sem casamento. Também o mais importante poeta modernista potiguar, Jorge Fernandes, via a Academia com sarcasmo. Possivelmente, até mais que Cascudo, já que a entidade nunca o seduziu. Para o poeta, Academia só aquela das brincadeiras infantis, o que ele expressa neste poema: "Ah!... As academias/de minha infância/onde se entrava/com um pé só/e arriscava a sorte".

No entanto, para entrar na Academia de Letras, é preciso mais que um pé só. Para o também poeta, Luiz Rabelo, é necessário que o acadêmico tenha uma obra que justifique sua entrada. Reconhece, entretanto, que "a partir do momento em que se é candidato e se consegue catalizar os votos dos acadêmicos, isso passa a ser demonstrativo do valor cultural desse candidato". Luiz Rabelo, que é acadêmico há cerca de dez anos, é protagonista de uma engraçada historinha "pouco conhecida até mesmo dos demais acadêmicos". A história é a seguinte: antes de entrar para a Academia, ele foi à posse de um imortal. O acadêmico, cuja voz era muito baixa, começou a ler seu discurso. Luiz se esforçava para ouvir, mas não conseguia. Para completar, o cachorro do vigia daquela casa de cultura latia desesperadamente, no térreo do prédio. De repente, a inspiração transbordou e Luiz Rabelo, papel e lápis nas mãos, escreveu um poema divertido.

"É um poema jocoso, mas sem nenhuma maldade", garante ele. "Uma glosa", que surgiu de improviso: O acadêmico falava,/mas o cachorro latia./Era bem grande a arrelia./nada o auditório escutava./Assim se desenrolava a sessão na Academia./Afinal, ninguém sabia/(era a impressão que deixava)/se o cachorro discursava,/se o acadêmico latia". Quem gostou muito foi o irrequietíssimo crítico literário Franklin Jorge, que publicou o poema numa edição do extinto «O Mossoroense», pouco tempo depois.

ELEIÇÕES E REVERÊNCIA — Mas tanto Luiz Rabelo, como Diógenes da Cunha Lima e Américo de Oliveira Costa, enfim os acadêmicos,

vêm a Academia como um local de promoção da cultura. "É de distribuição do saber", acrescenta Diógenes. Só que Diógenes anda muito ocupado é com outra eleição, a de Paulo Maluf, seu candidato. Daí, pediu a Dom Nivaldo Monte que permanecesse à frente da Academia até o final do ano. Todavia, Dom Nivaldo Monte declinou do convite e a **RN/ECONÔMICO** explicou que não tem tempo devido à posição de bispo". Para Dom Nivaldo, "foi uma ótima escolha o nome de Diógenes". E revelou que outros bons nomes são, por exemplo, Alvamar Furtado e Otto de Brito Guerra. Também acha o jurista Seabra Fagundes outro forte nome. Dom Nivaldo era o único religioso na Academia, até há pouco, por-



Para D. Nivaldo, bons nomes

que no dia 30 de agosto seria empossado o Padre Jorge O'Grady Paiva, autor de livros de astronomia. Anos atrás, porém, passaram por aquelas cadeiras Dom Adelino e Padre Monte. O órgão cultural também é aberto à mulher, e uma acadêmica é a escritora Maria Eugênia Montenegro.

Muitos concordam que a Academia dá **status**. Para Luiz Rabelo, esse **status** dá ao intelectual uma responsabilidade maior quanto ao que ele produz e possa produzir, criar. "O sujeito pertencer à Academia serve como respaldo a outras atividades". Questionado a respeito do elitismo ali, Rabelo responde considerar que a Academia deve ser eminentemente popular. "De certa forma já é", pondera ele, uma vez que suas sessões são abertas". Diógenes também concorda com essa colocação e frisa que ali é um lugar de homens de boa vontade. Américo de Oliveira Costa, como não poderia deixar de ser, acredi-

ta também que aquela entidade dá prestígio. "É uma entidade que honra o Rio Grande do Norte", enfatiza ele.

Américo de Oliveira Costa — ainda em convalescença devido a um acidente automobilístico que sofreu poucos meses atrás, em Lisboa, motivo porque não tem freqüentado assiduamente a Academia — afirma, entretanto, que tem acompanhado a sucessão acadêmica com interesse. Admite que os nomes dos dois candidatos são muito bons e que estará de acordo com o consenso, seja em torno de Diógenes, Dom Nivaldo ou Mário Moacyr Porto — este último um intelectual que ele aponta como à altura de suceder Onofre Lopes. A respeito de Onofre, ele ressalta que o ex-acadêmico foi o renovador e ampliador das instalações do prédio da entidade e "impôs o prestígio da Academia no ambiente cultural do Estado, presidindo-a com dignidade". Acrescenta, inclusive, que o próximo presidente terá o exemplo de Onofre diante dos olhos.

Américo de Oliveira Costa, que há cerca de 20 anos presidiu aquela casa de cultura, "de maneira nenhuma", aceitaria presidí-la de novo. Hoje, prefere ser apenas acadêmico...

A PROCURA DE VOTOS — Sobrinho de Onofre Lopes, o escritor Ivanaldo Lopes, quando entrevistado, disse que ainda estava estudando a possibilidade de se candidatar. "Porque não é do meu feitio disputar cargo eletivo. Não tenho gênio para sair à procura de votos. Esperaria que o voto seja voto voluntário". Por isso, por não se sentir suficientemente motivado, acrescenta ele, muitos intelectuais não se dispõem a pertencer à Academia. Advogado e Promotor do Estado, Ivanaldo Lopes (se assumir oficialmente a candidatura), vai competir com Seabra Fagundes. Para o que, afirma Ivanaldo, muitos o estão apoiando. Sem, no entanto, se dispor a revelar os votos que tem.

Ivanaldo Lopes diz que sempre freqüentou a Academia, da qual recebe convites para reuniões e sessões solenes, e considera Diógenes da Cunha Lima "um excelente rapaz e bem preparado". Para ele, Diógenes segue a linha administrativa e o exemplo de Onofre Lopes. "Aprendeu muito com Onofre, e é um nome da minha preferência pessoal". Se Ivanaldo oficializar a candidatura, será a primeira vez que concorrerá. Quanto à Academia, Ivanaldo comenta que quem

“está ali dentro tem seu valor. É uma plêiade que a dignifica e projeta o Estado no cenário cultural local e nacional”.

Mas, vez por outra, surgem candidaturas inesperadas. Até mesmo francamente críticas, como a do crítico literário e artista plástico Franklin Jorge. Em 1978, ele se candidatou. “Mais com a intenção de agitar o marasmo”, explica ele. Todavia, em meio à irreverência, parecia haver uma intenção de seriedade. Afinal, ele chegou a contar com a promessa de votos de acadêmicos: desde o sério e compenetrado Enélio Lima Petrovich, aos simpáticos gordos Sanderson Negreiros e Gumerindo Saraiva. Ele concorria à vaga da poetisa Palmira Wanderley, disputando com o Desembargador Mário Moacyr Porto, naturalmente vitorioso. Franklin sorri um sorriso tímido e miúdo e reconhece que não tinha condições de se eleger. Além do mais, as promessas de votos não se concretizaram.

“Era uma campanha muito anárquica”, resume. A experiência valeu. Mas ele não pretende mais se candidatar. “Sou muito anti-grupo. Jamais conseguiria sobreviver numa sociedade tão uniforme, onde todos são super-homens, super-gênios. Além do mais, o cerimonial da Academia daqui é tão pobre... Tão desprovido de refinamento e de senso de humor,

que prefiro mesmo me reunir com meus pares na calçada do Café São Luís!”. Sobre a candidatura de Diógenes da Cunha Lima, Franklin disse, ironicamente, que acredita no consenso. “O que caracteriza a Academia é o espírito de concordância”. Aproveita e completa sua crítica com essa observação: “Falta, à Academia, uma dinâmica, vitalidade e identificação com a realidade atual”. Explica que a Academia local poderia seguir o exemplo da Academia Brasileira de Letras, que tem se destacado, em sua opinião, por uma efetiva promoção à cultura, através de realização de prêmios literários e importantes cursos e conferências.

Franklin declarou, ainda, que qualquer nome é bom para a Presidência daquele órgão, “porque nenhum mudará nada”. Depois de pensar um pouco, Franklin toma fôlego e pondera que talvez Aluízio Alves fosse um bom nome. Explica que o político escreveu bons livros: uma monografia, «Angicos» e uma biografia sobre o político João da Pena. “Aluízio foi quem criou a primeira coleção de livros de autores potiguares. Foi editor no Rio de Janeiro e é um homem de ação”.

Será que Aluízio Alves trocará Tancredo Neves pela Academia?

J. A.

BOA TODA.



Murim voltou às prateleiras, aos bares, aos bons copos. Voltou melhor do que nunca, duplamente filtrada, feita com muita técnica e muito carinho.

Murim desce redondinha, porque é boa toda. Experimente.

Av. Antônio Basílio, 253, Natal,

Peça Murim com seu nome gravado no rótulo. Fone: 223-1306.

CONDOMÍNIOS E COMPRANDO NO ARMAZÉM PARÁ



Hoje, você quando pensa em construir, reformar, ampliar, a primeira idéia que ocorre é como gastar pouco e ter um material de qualidade. Então a solução aparece com o nome do **ARMAZÉM PARA**. Procure nos seguintes endereços: Loja 1, Av. Antônio Basílio, 180; Loja 2, Rua Almino Afonso, 40 e Loja 3, Av. Prudente de Moraes, 2007 ou pelo PABX 223-4977. Em cada uma delas, você vai encontrar uma empresa preocupada com o seu problema, pronta e em condições de lhe atender, dando orientação quanto a aquisição e aplicação do produto ideal para o seu caso, em particular. **ARMAZÉM PARA** mantém à disposição de seus clientes, uma equipe especializada, em condições de orientar e fornecer produtos de qualidade a preços *sem igual* na praça. Nosso slogan confirma a tradição — **ARMAZÉM PARA — O MUNDO BARATO DA CONSTRUÇÃO.**

ARMAZÉM
PARÁ

**IMPORTADORA
COMERCIAL
DE MADEIRAS LTDA**

Rua Antônio Basílio, 180
PABX (084) 223-4977

Uma iniciativa, no mínimo, original e que serve como um estímulo no sentido de se criar, aqui e agora, uma intimidade mais objetiva entre todos os norte-riograndenses e a história do nosso Estado. Está claro, claríssimo, que me refiro a campanha publicitária do Grupo Nordeste, denominada **Nossa Terra, Nossa Gente**, realizada sob a competência da Expo, conhecida agência de publicidade que atua há vários anos na cidade. Diz o poeta Sander-son Negreiros, em texto de apresentação que serve, também, como uma síntese perfeita do espírito nordeador desta campanha de extraordinário bom gosto, didática e instrutiva na sua abrangência esclarecedora e que ficará, certamente, como um referencial dos mais importantes na história da publicidade regional: "Até agora, quase todos ignoramos por inteiro a história verdadeira do Rio Grande do Norte, seu dramático curso e discurso, os fatos e os lances dos homens e mulheres que construíram a história do nosso Estado".

Para realizar a campanha, que consta de filmes de 60 segundos — veiculados pela TV Globo Nordeste — e de 60 pequenos textos, divididos em séries de 10 renovadas a cada duas semanas, a Expo mobilizou o trabalho de historiadores, escritores e poetas potiguares como Luís da Câmara Cascudo, Ivoncisio Meira, Sander-son Negreiros e Diva Maria Cunha de Macedo. Os textos são im-

pressos nos sacos de papel, confeccionados no Recife, que servem de embalagem às compras realizadas nos supermercados do Grupo Nordeste, formando, assim, uma verdadeira reportagem abrangendo uma variada temática que cobre da História ao Folclore, passando pela existência dos Monumentos Históricos, Personalidades, Lendas, Mitos e a presença da Mulher norte-riogran-



dense no espaço e no tempo, num período de 400 anos de história registrada.

O Nordeste e a Expo deram-nos um exemplo de respeito a comunidade, contribuindo, por outro lado, para dignificar uma área que tem sofrido — principalmente em Natal — tantas arremetidas de mau gosto e de sistemática apelação.

O PRÓDIGO — Estreou com casa cheia e muito aplauso do público a peça Greta Garbo, Quem Diria, Acabou no Irajá, logo se constituindo num dos bons mo-

mentos de Jesiel Figueiredo como ator.

Há muito que não se via uma produção local tão esmerada, apoiada numa direção competente e sóbria, a dosar com sabedoria o trágico e o cômico de vidas frustradas e em choque irremediável com a dura realidade do mundo. Dez anos contam demais na existência de um texto teatral. Mas a peça de Fernando Melo, estreada ainda na década de

balho de Eduardo Pinto, nas exigências de uma montagem sem luxos mas pensada nos seus mínimos detalhes, por uma pessoa sensível e arguta na elaboração de toda uma atmosfera que dá o pathos existencial de personagens como a «bicha» velha que se agarra a uma última possibilidade humana, capaz de redimí-la de toda uma existência frustrada, o rapaz da cidadezinha do interior que a cidade grande, insaciável, vai aos poucos corrompendo e amputando em sua fé no futuro e, finalmente, a jovem prostituta, mais que um simples contrapeso de carpintaria teatral, uma vida humana, um drama em desenlace.

É indiscutível a importância da presença construtiva de Jesiel Figueiredo para a vida do teatro norte-riograndense, como diretor que vem adestrando há anos uma multidão de jovens atores, semeando, ao mesmo tempo, num trabalho árduo e mal remunerado, num meio hostil, o gosto pelo teatro.

SENZALA ABERTA

— O final da década passada foi por demais efervescente. Abriram-se respiradouros, após os anos sangrentos da ditadura de Médici, por onde uma vaga de insatisfação aflorou através de recados enviados pelos chamados poetas marginais, ou seja, filosoficamente à margem de um sistema autoritário e cruel que se queria exemplar, bonitinho e asséptico.

A rebeldia e a insatisfação atingiram o seu

'70, em famosa temporada carioca, continua de uma atualidade pungente e a aceitação que vem obtendo, da parte do público, a versão natalense comprova, tão somente, que atores — Jesiel Figueiredo, Valdo Almeida (ótimo no papel do gigo-lô), Carminha Dantas — e platéia continuam receptivos as verdades dum texto que tem toda a pinta de um clássico do teatro brasileiro contemporâneo.

Embora faça questão de apresentar-se apenas como co-diretor da peça, nota-se claramente o tra-

ponto de exaustão, estimulando o aparecimento de numerosos grupos de poetas a produzir, em nível artesanal, centenas de livrinhos que circulavam de mão em mão, por toda a parte, integrando — num anseio comum de liberdade — os mais diferentes autores e as mais contundentes mensagens, algumas ainda cifradas pela ferocidade da longa repressão.

Leila Mícolis e Glória Perez, que acabam de publicar pelas Edições Trote/Achiamé um livro em conjunto, sob o intrigante título de **Mercado de Escravas**, pertencem a este time de criadores que se distinguem, em meio a massa amorfa, pelo seu espírito de rebeldia que apaixonava na medida em que se arremete contra o estabelecido e aceita como dogma de vida.

Tomando a mulher como tema do seu discurso poético, Leila e Glória questionam não sem um corrosivo senso de humor, a condição da mulher numa sociedade patriarcal, injusta e machista, que subsiste apesar de todas as conquistas sociais.

ROTEIRO POÉTICO (E SENTIMENTAL) — Infatigável no seu afã de valorizar a produção intelectual do Rio Grande do Norte, insulada por uma distribuição deficitária, Manoel Onofre Jr. publica o seu Guia Poético da Cidade do Natal, aumentando uma bibliografia específica de que consta os títulos Estudos Norte - riograndenses, Salvados e Breviário da Cidade do Natal, já pra-



ticamente esgotados. Neste Guia Poético, publicado sob a chancela da Nossa Editora, Manoel Onofre Jr. reúne, com zelo sentimental, toda uma produção inspirada na cidade, em diversas épocas de sua história, e assinada por numerosos poetas.

A VOLTA DE TÚLIO — Suas exposições anuais conquistaram, já, o peso de uma tradição que se cumpre com a inexorabilidade dum mecanismo de precisão. Túlio Fernandes Filho, o homem e o pintor se confundem, magnetizando um grupo cada vez maior de amigos e admiradores de suas maneiras britânicas, de sua cortesia regulada pela sobriedade e de sua arte feita com o

deliberado propósito de agradar ao olho — deslumbrado diante de uma profusão de cores e formas híbridas.

A pintura ecológica de Túlio Fernandes resulta de uma recriação de vegetais que, recompostos e enxertados por força de sua imaginação delirante, geram novos espécimens.

TESSITURA POÉTICA — Numa edição financiada pelo próprio autor, estreia em livro o poeta **Jair Maciel**, após obter prêmios em concursos patrocinados pela Associação de Escritores Médicos do Brasil.

Recomendado pelo Embaixador Paschoal Carlos Magno, em prefácio datado de aproximadamente dez anos, **Jair**

Uma poesia mal comportada, que lança mão de todo um arsenal de idéias, sempre revolucionárias, a marcar em fogo a insubmissão de toda uma geração de jovens poetas. A poesia transformada em instrumento de análise, a esvurmar o câncer social, a abrir as portas para deixar passar a vida em toda a sua multiplicidade, num diálogo fecundo e incessante só comparável, entre nós, a um outro movimento revolucionário — o romantismo.

Maciel reúne, em Tessitura, toda uma década de exercícios poéticos realizados sob o fluxo e o influxo de estados emocionais, anotados com lirismo.

UMA REEDIÇÃO — A reedição do romance de Aurélio Pinheiro, **Macaú**, originalmente publicada pela Pongetti, sairá nos próximos dias, numa coedição da Fundação José Augusto/ Presença Editora, do Rio de Janeiro. Felizmente, dessa vez, a coisa é pra valer e vai propiciar com a graça de Deus o conhecimento, pelas novas gerações, de uma obra que faz boa presença na bibliografia potiguar.

FRANKLIN JORGE

Desempenho da economia potiguar entre 1970/80

ALUÍSIO ALBERTO DANTAS

Dois aspectos marcaram o desempenho da economia potiguar na década passada: o crescimento econômico e a composição da força de trabalho.

Com base nas estatísticas regionais recentemente divulgadas pela SUDENE (Produto, Formação Bruta de Capital e Indicadores Sociais do Nordeste) e em suas respectivas taxas de crescimento anual, calculadas pela primeira vez para o presente texto, observa-se que, no período 70/80, a nossa economia passou por um substancial processo de crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) real, sem a correspondente absorção da População Economicamente Ativa (PEA), conforme demonstra o quadro seguinte:

INDICADORES ECONÔMICOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE
PIB TOTAL	9,7	11,5
PIB AGROPECUARIO	6,7	8,0
PIB INDUSTRIAL	9,3	11,1
PIB DE SERVIÇOS	10,9	12,3
PEA TOTAL	3,2	3,7
PEA AGROPECUARIO	0,8	(-) 0,6
PEA INDUSTRIAL	6,8	10,1
PEA DE SERVIÇOS	6,3	7,1
DESEMPREGO ABERTO	1,9	2,0
SUBEMPREGO VISIVEL	22,9	16,6
SUBEMPREGO INVISIVEL	64,9	65,6

Foram satisfatórios os resultados globais da produção e da renda incorporadas ao Estado, inclusive por setor de atividade econômica, quando o Rio Grande do Norte apresentou indicadores de desempenho superiores às taxas médias de expansão anual da Região Nordeste.

É questionável, porém, o processo e a natureza do crescimento econômico em prática no Estado, principalmente em função de alguns outros resultados que indicam substanciais mudanças nas relações produtivas e nos fluxos setoriais da força de trabalho, e que podem comprometer, de forma acentuada, o desempenho atual e futuro da nossa economia.

O Rio Grande do Norte foi o Estado do Nordeste que apresentou o maior índice de redução da força de trabalho do setor primário (- 0,6%); em contrapartida, foi também o Estado que registrou a maior taxa geométrica anual de expansão da PEA nos setores secundário e terciário, de 10,1 e 7,1%, respectivamente. São resultados que podem conduzir características específicas e de graves resultados sociais, principalmente por se refletirem no esvaziamento da população e da força de trabalho rural, em detrimento da população urbana. Deve-se ressaltar que a expulsão do homem do campo ocorre, de forma acentuada e contínua, em todo o Nordeste; no Rio Grande do Norte,

porém, esse indicador ultrapassou a média regional e foi a fronteira de regressão populacional ora enfatizada.

Associados aos efeitos diretos das adversidades climáticas, pode-se justificar a saída de cerca de 15 mil trabalhadores, que anualmente trocam o campo pelas cidades potiguares, (a) em função do exaurível modelo de crescimento agrícola baseado nas atividades de subsistência; e (b) decorrente da política econômica regional que sacrifica o pequeno produtor e as atividades rurais mini-fundiárias.

As tendências de modificações nas relações de produção «pré-capitalistas», ainda vigentes na nossa região (tipo trabalho familiar, parceria, pequeno arrendamento, morador, etc.), pelo trabalho assalariado, reduzem o autoconsumo e a renda real do homem do campo, além de provocar o desemprego e, conseqüentemente, o êxodo rural. Este comportamento é visivelmente observado nos anos de seca, quando diminui o fluxo produtivo de alimentos, do algodão moído (xerófila) e evidencia-se a migração rural-urbana.

Estas hipóteses merecem um maior aprofundamento no conhecimento da nossa realidade, exigindo pesquisas que assegurem as correlações explicativas do desemprego no Estado. O que se tem de concreto, porém, é que a subproletarização do espaço e do desemprego urbano vem se agravando em níveis proporcionais ao esvaziamento do campo, considerando que a diminuição da população rural ocorre com a expansão da PEA industrial e do setor serviços.

O crescimento econômico, na sua fíziologia numérica e de expansão do PIB, nem sempre agrega virtudes e benefícios sociais, principalmente quando o mesmo provoca a concentração e a desigualdade na distribuição da renda, aumentando os níveis de pobreza e de insatisfação social.

O que se evidenciou no Rio Grande do Norte, na década passada, foi a efetiva concepção do crescimento dualista, quando a expansão do produto real, de 11,5% ao ano, foi acompanhada por um desemprego total de 84,2% (desemprego aberto e subemprego) da população economicamente ativa.

Merece, pois, uma criteriosa avaliação da nossa política econômica, no sentido de dirigi-la para o fator trabalho, dando prioridade ao campo e ao pequeno produtor e promovendo a absorção do excedente de mão-de-obra. Outro aspecto também evidente é que as proposições relativas à criação de oportunidades de trabalho constituam apenas parte de um conjunto de medidas, cujo objetivo deve se reduzir a subutilização e, sobretudo, a sub-remuneração da força de trabalho.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

RN/ECONÔMICO mantém atualizados os índices, taxas e percentuais que permitem o acoomanhamento dos principais indicadores e as variações da economia no País, que são úteis não somente para o empresário, mas para todas as pessoas que precisam dessas informações.



ORTN	Variação Anual	
Junho	Cr\$ 12.137,98	187,32%
Julho	Cr\$ 13.254,67	191,05%
Agosto	Cr\$ 14.619,90	194,92%

UPC	
UPC (julho-setembro)	Cr\$ 13.254,67
No trimestre	29,502%
No ano	89,002%
12 meses	191,052%

ALUGUÉIS	
Semestral	
Julho	54,72%
Agosto	56,08%
Setembro	59,04%

Anual	
Julho	155,52%
Agosto	159,82%
Setembro	157,63%

REAJUSTE SALARIAL	
Faixa salarial	Reajusta
De 97.176 a 291.528	1,6840
De 291.529 a 680.232	1,5470 + 39.881,03
De 680.233 a 1.457.640	1,4104 + 132.936,76
Acima de 1.457.640	1,3420 + 232.639,34

INPC	
Junho	8,79%
6 meses	71,00%
(Reajusta os salários de agosto)	
12 meses	199,78%
Julho	11,6%
6 meses	73,8%
(Reajusta os salários de setembro)	
12 meses	197,04%

INFLACÃO		
	Junho	Julho
	9,2% (12.667,2)	10,3% (13.974,3)
No ano	75,6%	93,7%
12 meses	226,5%	217,9%

IPC (Índice de Preços ao Consumidor)		
	Junho	Julho
	9,8% (10.145,2)	10,6% (11.220,4)
No ano	73,4%	91,8%
12 meses	195,2%	190,2%

IPC (Natal)	
Julho	Variação percentual
Índice de preços	7,60%
Alimentação	6,80%
Habitação	0,45%
Despesas pessoais	4,89%
Bens duráveis	9,58%
Transportes	8,86%
Vestuário	8,48%
Educação	52,56%
Saúde	4,08%

ICC (Índice do Custo de Construção)		
	Junho	Julho
	8,9% (9.102,3)	5,3% (9.580,7)
No ano	73,1%	82,1%
12 meses	190,2%	186,4%

MVR (Maior Valor de Referência)	Cr\$ 48.751,90
Salário mínimo	Cr\$ 97.176,00

CORREÇÃO CAMBIAL			
	Junho	Julho	Agosto
No mês	9,229%	6,632%	6,382%
No ano	75,61%	87,232%	106,027%
12 meses	225,491%	223,874%	208,414%

CADERNETA DE POUPANÇA (RENDIMENTOS)	
Junho	9,444%
Julho	9,746%
Agosto	10,851%

INDICATIVOS AGROPECUÁRIOS	
Preço da Tonelada de Cana (Região Nordeste)	
Posta na esteira	Cr\$ 25.598,92
Preço líquido	Cr\$ 19.066,29

Preços Mínimos Básicos — Safra 1984 (em Kg)	
Algodão (pluma)	Cr\$ 2.439,23
Algodão (caroço)	Cr\$ 661,62
Alho (comum) — meia cura	Cr\$ 906,50
Alho (comum) — curado	Cr\$ 1.360,00
Alho (nobre) — meia cura	Cr\$ 1.295,00
Alho (nobre) — meia cura	Cr\$ 1.942,00
Arroz Sequeiro	Cr\$ 224,40
Feijão (macaçar)	Cr\$ 354,87
Feijão (outras variedades)	Cr\$ 545,93
Mandioca (farinha)	Cr\$ 161,45
Mandioca (fécula)	Cr\$ 148,63
Mandioca (raspa)	Cr\$ 98,76
Mamona	Cr\$ 342,65
Milho	Cr\$ 190,29
Sorgo	Cr\$ 171,26

Preços Diversos Para o Produtor	
Litro de leite (CLAN) — Bruto	Cr\$ 353,00
Litro de leite (CLAN) — Líquido	Cr\$ 344,18
Arroba de gado bovino (boi em pé)	Cr\$ 34.000,00
Quilo de Ovino e Caprino	Cr\$ 3.200,00
Quilo de suíno	Cr\$ 3.000,00
Custo médio da diária no campo	Cr\$ 3.200,00

Fonte: IDEC

RN/ECONÔMICO — Agosto/84

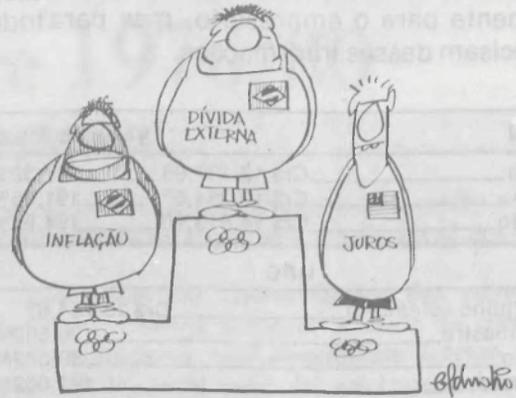
Fonte: SERTEL S. C. LTDA. — Dados válidos para o RN

OLIMPIADAS NO BRASIL

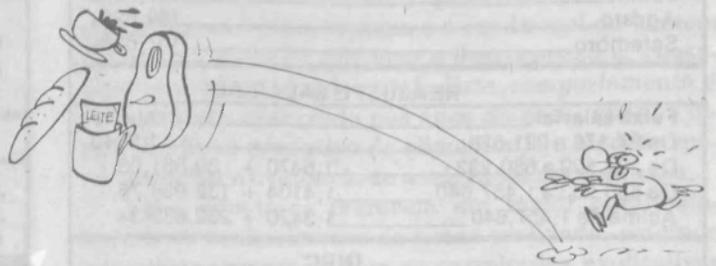
LEVANTAMENTO DE PESO



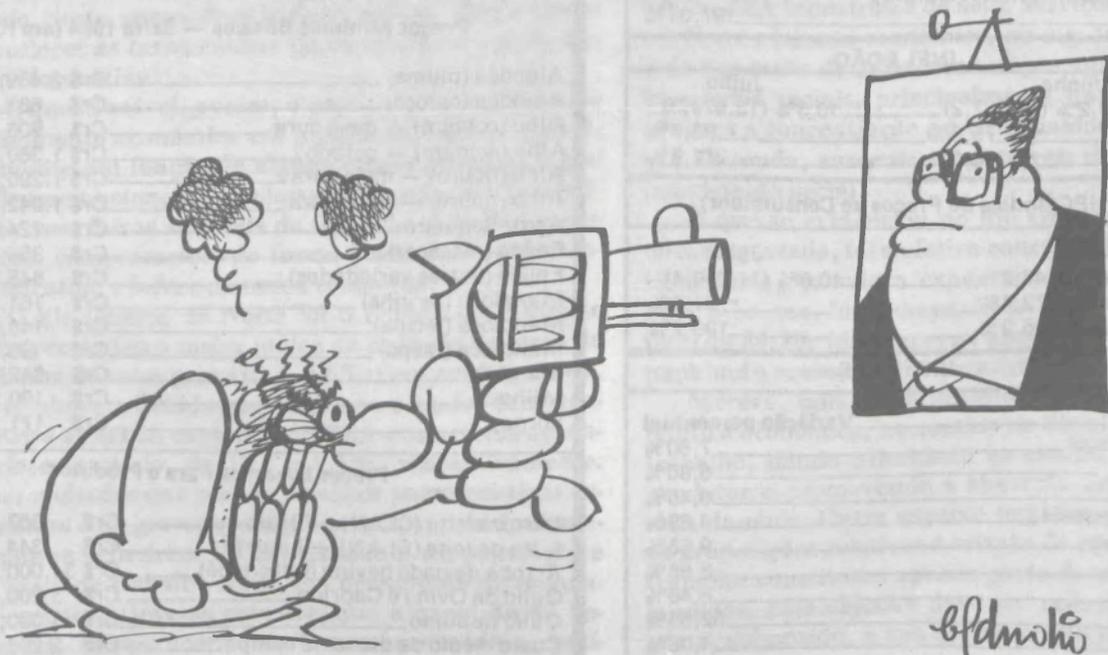
SALTO EM ALTURA



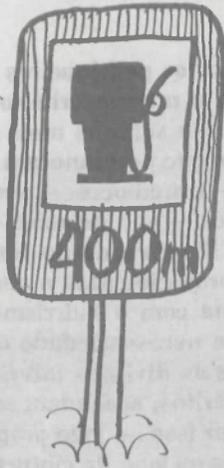
SALTO EM DISTÂNCIA



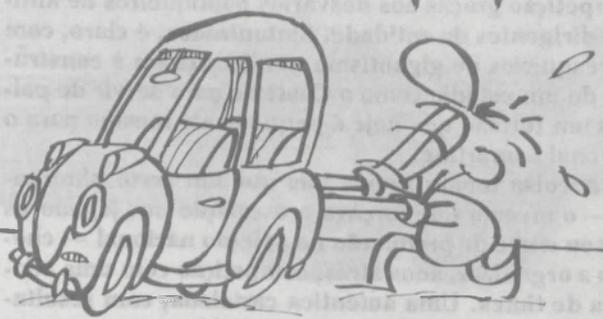
TIRO AO ALVO



400 METROS RASOS



el d m w h



MARATONA



el d m w h

Sem açúcar e sem bairrismo

OLGA DE MATTOS

Bastante louvável a iniciativa da Confederação Brasileira de Futebol ao propor a limitação do número de clubes participantes do Campeonato Nacional de 1985. É o primeiro passo no rumo da moralização do futebol brasileiro, privilegiando a capacidade técnica e o apelo de massa dos clubes de expressão realmente nacional e eliminando equipes que participavam da competição graças aos desvarios politíqueiros de antigos dirigentes da entidade. Sintonizados, é claro, com os resquícios de gigantismo que induziram à construção de um estádio como o Castelão para servir de palco a um futebol que hoje é pequeno até mesmo para o Juvenil Lamartine.

A coisa tomou rumos tais que um certo almirante — o mesmo que forçava a escalação dos jogadores do seu clube de predileção na seleção nacional — chegou a organizar, anos atrás, competição com uma centena de times. Uma autêntica cartolada, com resultados ridículos, entre os quais o endividamento progressivo dos clubes e a projeção imerecida — porque incompatível com sua real dimensão técnica — de equipes que se prestaram somente para engrossar os anais folclóricos do nosso futebol.

Pois bem: mal a CBF divulgou sua intenção de reduzir para vinte o número de participantes da Primeira Divisão do Campeonato Nacional, dirigentes do apropriadamente chamados «pequenos clubes» soltaram os cachorros para cima da entidade. No que, em alguns casos, contam com a conviência da crônica esportiva. Claro: de certa forma, os colegas cuidam apenas de defender o seu salário da forma que lhes parece mais apropriada. O que, todavia, não é argumento bastante para toldar-lhes a visão até o ridículo de enxergar no remédio uma variante da doença...

Afinal, foi exatamente por contar com um campeonato muito bem organizado, com acesso e descenso, que os italianos roubaram à cena brasileira os seus mais expressivos ludopedistas. E sem pretender debochar das boas intenções de ninguém, creio que os camaradas indignados carecem de praticar algum tipo de exame de consciência ou de fazer uso do seu senso crítico. Se é que isso não saiu de moda no jornalismo deste burgo de muitas celebridades e poucos cérebros...

Reduzir o número de participantes do Campeonato Nacional significa minimizar os custos da competição, inclusive para o torcedor, que verá a qualidade substituir a quantidade. Mais: pode significar também o exi-

mir o futebol de vínculos politíqueiros doentios, aplicando-se ao esporte o mesmo critério biológico que governa a natureza. Ou seja: os mais fortes sobrevivem e os mais fracos que permaneçam no seu território particular — e medíocre —, senão...

Bem que todos nós — eu, inclusive — gostaríamos de ver os clubes do Rio Grande do Norte ombreados a outros de maior projeção. Mas a competência não tem relação nenhuma com o bairrismo e nada mais justo que entender a necessidade dos nossos clubes serem relegados às divisões inferiores. Até que, por seus próprios méritos, ascendam ao primeiro plano e possam justificar isso no jogo propriamente dito, dentro do campo; não no jogo de cintura dos seus dirigentes ou da crônica esportiva, pródiga em manifestações bairristas que raiam o ridículo.

Se somos nós — os torcedores, bem entendido — a pagar pelo subdesenvolvimento provinciano — sem complexos, por favor... — há a saída de não ir a campo enquanto o espetáculo não justificar os cruzeirinhos pagos pelo ingresso. Se se consegue sobreviver sem pão, por que não sem circo? Afinal, o futebol pernambucano incluiu dois dos seus melhores clubes entre os vinte com melhor desempenho nos últimos anos porque, ao longo do tempo, fez por merecê-lo. Em que pesem as diferenças econômicas entre os dois Estados.

E vejam que eu estou sendo até mesmo indulgente com os nossos clubes, às mais das vezes dirigidos por pessoas interessadas exclusivamente nos dividendos políticos auferidos no exercício da função. Não adianta mesmo imaginar em «tamanho-postal» o que se reduz a um «três-por-quatro» dos mais desbotados, apesar dos retoques vez por outra engendrados pela crônica mais venal, que se utiliza da capacidade de persuasão das diversas mídias para induzir o torcedor a sacrifícios inúteis.

Compaixão, caríssimos, não se acasala com profissionalismo, que é a tônica desses tempos modernos. Amadorismo é hoje figurinha premiada de álbum de recordações bolorento e de muito mau gosto. E se a CBF não iniciar o saneamento do nosso ludopédio, em breve este País estará transformado num reles laboratório onde os clubes estrangeiros observam o desempenho dos espécimes mais interessantes, acabando por levá-los para enriquecer a sua fauna futebolística. Então, inevitavelmente, o país do futebol terá mudado de continente.

Novo Chevette L. Diferente nos mínimos detalhes.



Para se chegar à perfeição é preciso somar detalhes. Assim nasceu o Chevette L Silver Line. Uma série que tem o bom gosto como marca e a Chevrolet como garantia de garra, desempenho, agilidade e a segurança do carro mais econômico do Brasil. E agora, com o novo Chevette L Silver Line, você vai ter ainda mais razões para se sentir atraído nos mínimos detalhes. Sua cor exterior é prata andino, os bancos são cinza claro, carpete cinza escuro, os pára-choques são da mesma cor do carro, enfim, até o logotipo Chevrolet é prateado. Tudo do jeito que você sempre quis. Para completar: vidros coloridos (verdes), com desembaçador elétrico do vidro traseiro e pneus radiais. A 5.^a marca é opcional. Com tudo isto, é lógico que não dá para ficar aí parado. Vá ver de perto o seu Chevette L Silver Line e seja o primeiro a ocupar o espaço perfeito deste carro de verdade. No seu Concessionário Chevrolet.

Chevrolet

NATAL
veículos

**NATAL VEÍCULOS
E PEÇAS S.A.**

BR-101 — KM 04 — FONE: (084) 231-1226 — NEÓPOLIS

Chevette L Silver Line
Um conjunto perfeito, nos mínimos detalhes.

OESTE 84



UMA VISÃO ATUAL DA REGIÃO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE

30 de setembro de 1984. Exatamente neste dia, dentro da programação oficial de eventos alusivos a Abolição dos Escravos, a revista *RN/ECONÔMICO* lança mais uma edição especial em Mossoró.

OESTE/84 — trabalho jornalístico realizado na região por profissionais idôneos, revelando dados e informações atualizados sobre a chamada «zona

oeste» do Estado. Revista *RN/ECONÔMICO*, 15 anos informando o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Setembro — Mossoró — Edição Oeste/84.

RN/ECONÔMICO

Rua São Tomé, 421 — Tel.: 222-4722 — Cidade Alta — Natal-RN